

As reformas por fazer

O Governo apresenta-se neste final da legislatura frequentemente com programas e planos que ninguém conheceu ao longo de quatro anos. Sempre com a preocupação de mostrar algum trabalho feito, mas sobretudo que tem afinal ideias sobre o trabalho que há para fazer.



■ Luís Sá

Pág. 19

Forças Armadas

As várias análises vindas a público sobre a situação nas Forças Armadas coincidem na necessidade da reflexão, mas não coincidem na necessidade de ela ser serena e seriamente feita.

■ Rui Fernandes

Pág. 24

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 15 de Julho de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1337 • Director: José Casanova

Programa Eleitoral do PCP em debate

Preparar o futuro

O Programa Eleitoral do PCP será o resultado de múltiplos debates e contributos de todas as áreas de intervenção social. É um compromisso que se assume com os

portugueses, não um papel para meter na gaveta. As questões do associativismo a incluir no Programa foram tema de animado debate realizado, segunda-feira, na capital. Amanhã à tarde o projecto de Programa Eleitoral está aberto à discussão pública.

Págs. 5 a 7



Legislativas 99

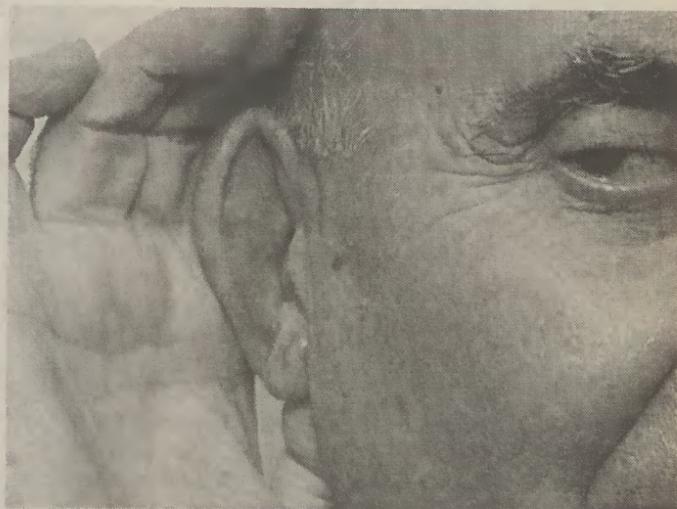
A CDU prossegue a apresentação dos seus candidatos às próximas eleições. Neste número damos conta das iniciativas levadas a cabo em Bragança, Porto, Portalegre e Santarém.

Págs. 8 e 9

Afinal, a cassete era boa!

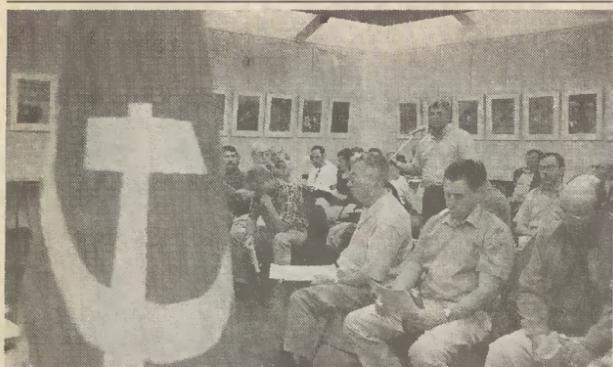
Para avivar memórias e suprir lacunas que nada têm de inocentes, Vítor Dias propõe aos leitores uma breve viagem ao que, sobre matérias agora em voga no discurso político – como benefícios fiscais, taxa Tobin, medicamentos genéricos, entre outras –, têm proposto os comunistas nos últimos anos. O que agora alguns parecem ter descoberto foi no passado recente classificado de «cassete» comunista. Agora ninguém fala em «cassete» pirata...

Págs. 20 e 21



EDITORIAL

Diferenças que fazem a diferença



PCP debate movimento associativo

RESUMO

7
Quarta-feira

Auditoria do Tribunal de Contas à gestão do Serviço Nacional de Saúde entre 1996 a 1998 alerta para a existência de «ilegalidades» e «fuga ao orçamento» e conclui que o défice da Saúde atingiu os 330 milhões de contos ■ A Federação Académica do Porto expressa «grande satisfação» pela aprovação da Lei que prevê um programa interdisciplinar de promoção da saúde e sexualidades nas escolas ■ O responsável da diplomacia paquistanesa admite a retirada dos islamitas infiltrados na Caxemira indiana ■ Reacendem-se os confrontos fronteiriços na Chechénia ■ O primeiro-ministro israelita afirma querer relançar o diálogo com os líderes árabes.

8
Quinta-feira

Um estudo da CGTP-IN revela que os jovens são os trabalhadores que auferem salários mais baixos e que estão em situação de maior precariedade no emprego ■ Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos condena a actuação das milícias em Timor-Leste e exige à Indonésia que controle a violência no território ■ O Tribunal dos Direitos do Homem, em Estrasburgo, condena a Turquia em 13 casos de violação da liberdade de expressão dos curdos ■ O Presidente argelino, Abdelaziz Bouteflika, afasta a hipótese de levantar o estado de emergência em vigor no país desde 1992.

9
Sexta-feira

Carlos Carvalhas acusa o CDS/PP de ser uma «efectiva muleta do PS» ■ O Presidente da República defende consenso para uma mudança do sistema eleitoral e uma profunda remodelação do funcionamento da Assembleia da República ■ É atribuída a Portugal a pasta da Justiça e Assuntos Internos da Comissão Europeia, sendo António Vitorino o comissário nomeado ■ O Governo aprova o projecto global de revisão global dos salários dos membros das Forças Armadas ■ Um comandante das Falintil e responsáveis pelas forças de segurança da Indonésia de Manatuto fazem acordo de não agressão.

10
Sábado

Estudo revela que o Alentejo é a região europeia que mais habitantes perderá até 2005 ■ Jorge Sampaio assina decreto marcando as eleições legislativas para o dia 10 de Outubro ■ Bispo de Viseu considera que a chamada pílula do dia seguinte é imoral e corresponde à prática do aborto ■ A CDU acusa a Câmara do Porto de transferir ilegalmente

competências e verbas, superiores a quatro milhões de contos, para fundações, associações e agências ■ Repressão policial abate-se sobre estudantes que se manifestam em Teerão.

11
Domingo

Estudo revela que Portugal, apesar de subir cinco lugares no índice de desenvolvimento humano entre os países do mundo, continua a deter a pior posição entre os 15 da União Europeia ■ Almeida Santos admite em Luanda que a guerra pode ser a «única solução» para o conflito angolano ■ O clima de medo e insegurança que se vive em Timor-Leste levam Koffi Annan a adiar o processo de recenseamento dos timorenses ■ Governo iraniano exonera dois responsáveis da polícia na sequência da repressão sobre os estudantes ■ Índia e Paquistão chegam a acordo sobre uma separação de forças militares em Caxemira ■ Representantes dos sérvios do Kosovo anunciam o rompimento da sua cooperação com a Kfor em consequência das «violências cometidas pelos albaneses contra os sérvios».

12
Segunda-feira

PCP debate em Lisboa projecto de programa eleitoral para o movimento associativo popular ■ Jorge Sampaio, de visita aos Açores, afirma que só com «realismo e políticas sociais para as pessoas» é possível resolver os problemas de pobreza e exclusão social ■ Paulo Portas acusa Durão Barroso de ser um «líder provisório» e «desesperado» ■ António Guterres afirma que «o principal factor de ruptura dos acordos» em Angola tem sido a UNITA ■ Novos confrontos voltam a opor as forças policiais e os estudantes iranianos ■ O Governo da Holanda recomenda a descriminalização da eutanásia ■ Ali Alatas chefia uma delegação indonésia a Díli, prometendo mais empenho na segurança no processo de referendo.

13
Terça-feira

A Comissão parlamentar de inquérito às denúncias de corrupção na JAE rejeita proposta do PSD para acareação entre o ministro João Cravinho e o general Garcia dos Santos ■ É inaugurado em Tui, Galiza, o terceiro posto de fronteira luso-espanhol ■ Centenas de professores protestam em frente à Escola Superior de Educação de Viseu contra a escassez de vagas para o curso que permite aos docentes com bacharelato adquirirem a licenciatura ■ O Tribunal de Vila Nova de Gaia condena a prisão efectiva quatro elementos das milícias populares de Francelos e os 13 elementos da comunidade cigana acusados de tráfico de droga.

Tem sido amplamente difundida a ideia de que uma das grandes vantagens de que dispõe o Governo do PS decorre do facto de não ter pela frente uma oposição «credível», «actuante», «eficaz». É claro que tal ideia assenta numa visão das coisas muito característica dos tempos e da situação que vivemos e que modela um conceito muito específico de

oposição. A consideração de que a alternância e a bipolarização estão definitivamente instaladas e dominam a vida política, confere ao conceito de oposição um conteúdo igualmente alternante e bipolar que empurra para conclusões simplistas e falseadoras da realidade: a oposição ao Governo do PS é o PSD e vice-versa. Daí a frequência com que, na situação actual, os mais diversos comentadores se referem ao PSD como «a oposição» e ao seu líder como «o líder da oposição».

Nessas circunstâncias, «a oposição» pratica-se em mediáticos duelos verbais, mano a mano, apresentados como expressão suprema de debate plural e democrático, dos quais sai vencedor o protagonista que mais rápido e certo for no manejo do verbo e na arte oratória. Ora, se se tiverem em conta as turbulências internas ocorridas nos últimos tempos no PSD, é fácil perceber que tal método de análise conduza à conclusão de que o engenheiro Guterres tem vivido, nesse aspecto, num verdadeiro mar de rosas.

Essa visão das coisas procura esconder, e esconde de facto, várias realidades.

Em primeiro lugar, pretende vender a ideia de que o PSD constitui uma alternativa política ao PS, ou seja, que é oposição à política de direita que o Governo do PS pratica — quando, como sabemos e é evidente, há uma convergência total dos dois partidos no que toca às grandes linhas da política que ambos (agora o PS, antes o PSD) têm vindo a executar. Em segundo lugar, pretende escamotear a existência de uma verdadeira oposição à política de direita, a existência de uma oposição de esquerda, protagonizada pelo PCP e visível, para quem não queira ser cego, quer na intervenção dos deputados comunistas na Assembleia da República quer na participação activa de milhares de comunistas na luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do país.

À luz das concepções e critérios acima referidos, o PCP não contaria, sequer, como oposição: limitar-se-ia a, como usam dizer esses comentadores, utilizar a cassette do «contra» em regime de permanência ou a repetir e repetir as mesmas e velhas opiniões... por não ter outras. O argumento que sustenta essa «análise» é simples e, por isso, facilmente assimilável pelos eleitores e tem a suprema vantagem de, segundo os seus utilizadores, não carecer de demonstração: é verdadeiro porque está dito e escrito. Postas as coisas assim, é evidente que vale tudo. Como pode verificar-se no texto de Vítor Dias publicado nesta edição do «Avante!», acontece até que posições do PCP, durante anos silenciadas ou arrumadas na cómoda qualificação de «cassete», transformam-se em espantante novidade, em «propostas concretas e fundamentadas», em «ideias passíveis de ser discutidas a sério», mal um qualquer plagiador delas se apropria e as apresenta como suas — isto se o alvo que o plagiador quer atingir for o PCP, naturalmente. O silenciamento, a deturpação, a

desvalorização da actividade, das propostas e do projecto do PCP constituem, assim, uma necessidade para os que pretendem reduzir a vida política nacional a uma mascarada de debate democrático, ao espalhato verbal, à folclórica exibição de pretensas posturas de oposição e, assim, ocultar o papel singular dos comunistas na oposição à política de direita.

Tudo isto confere maior relevância ao balanço do trabalho efectuado pelos deputados comunistas na Assembleia da República e lembrado há uma semana pelo Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas e pelo Presidente do Grupo Parlamentar do Partido, Octávio Teixeira — balanço que evidencia, com exemplos concretos e irrefutáveis, a diferença existente entre os deputados comunistas e todos os outros, enquanto representantes do Povo no Parlamento, balanço que demonstra com clareza que, afinal, os partidos não são todos iguais ou, falando com mais rigor, que o PCP é diferente dos que são todos os iguais... «Marcámos a diferença fazendo incidir a nossa intervenção sobre os problemas e as preocupações da grande maioria dos portugueses. Ainda que isso nos pudesse fazer perder tempo de antena nos órgãos de comunicação social...», afirmou Octávio Teixeira, numa sín-

tese esclarecedora sobre o que se passou no Parlamento. E a enunciação que fez do trabalho concreto desenvolvido pelos deputados comunistas — é indispensável sublinhar que em termos quantitativos, e com apenas 13 deputados (5,6% do total), os comunistas foram responsáveis por cerca de 27% do total das iniciativas parlamentares e por 32% dos projectos de lei apresentados — não deixa margem para quaisquer dúvidas sobre as diferenças que fazem a diferença.

De facto, como sublinhou Carlos Carvalhas, «o que de mais positivo foi aprovado nesta legislatura tem a iniciativa, ou apoio, ou a pressão, ou o empenho e os votos dos comunistas», sendo igualmente verdade que tudo o que de negativo foi aprovado teve a oposição e o voto contra do PCP; é evidente, por isso, que «se o PCP tivesse tido maior representação parlamentar teria feito aprovar mais medidas positivas e progressistas»; e é mais do que legítimo concluir que «se o PS tivesse tido a maioria absoluta, o poder absoluto, a legislatura teria sido muito mais negativa, teria havido mais abuso do poder e muito mais medidas negativas e retrógradas teriam sido aprovadas».

Assim sendo, é indispensável e imperioso que esta realidade seja tida em conta nas eleições legislativas de 10 de Outubro. Os trabalhadores, as mulheres, os jovens, as crianças, os agricultores, os reformados, os pescadores, os deficientes, a população em geral e o País, tiveram nos deputados comunistas na Assembleia da República os verdadeiros e incondicionais defensores dos seus interesses e direitos. Difundir a exemplificação desta verdade constitui uma tarefa prioritária no futuro imediato. Para que a votação nas próximas eleições legislativas seja decidida em consciência e não pelo foguetório demagógico, pela manipulação de consciências e sensibilidades, pelo número de beijos distribuídos no decorrer da campanha eleitoral. Para que o voto cumpra o seu objectivo democrático de premiar ou castigar quem o mereça.

Afinal, os partidos não são todos iguais ou, falando com mais rigor, o PCP é diferente dos que são todos os iguais...

Avante!

Proprietários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Saeiro Pereira Gomes, 3
— 1600 — 196 Lisboa — Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Saeiro Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22 — Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A.
— 1169-161 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00, CRC/matricula: 47058
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:

DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A.
— 1169-161 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linhó — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B.L. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1169-161 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1169-161 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 — 139 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Portugal em subconjunto

O ministro das Finanças declarou-se "indignado" pelo puxão de orelhas da Comissão de Bruxelas ao veto português do negócio de Champalimaud com o Banco Santander. O Procurador Geral da República resolveu abrir inquérito aos "favores" que o Estado português "ingenuamente" concedeu ao ingrato Champalimaud. E Freitas do Amaral publicou um artigo sentenciando que "nem o mais entusiástico defensor do federalismo poderá aceitar que um qualquer país comunitário seja economicamente colonizado por um ou vários dos seus vizinhos".

Entretanto, ao arpejo destas posições, o ministro Pina Moura, falando no Porto, considerava o caso Champalimaud simplesmente como "uma andorinha que não faz a Primavera" e enaltecia "a interpenetração dos negócios entre Portugal e Espanha, que torna a região um 'subconjunto' do mercado europeu".

Ora os resultados da subordinação portuguesa ao tal "subconjunto" estão à vista. Há cerca de 300 empresas portuguesas a actuar em Espanha, enquanto são mais de 3000 as empresas de capital espanhol que operam em Portugal (eram 100 há 15 anos). Estamos pelos vistos a perder Aljubarrota.

O negócio Champalimaud e o subpapel de Portugal no "subconjunto ibérico" não

são mais que a aplicação da doutrina político-económica de "integração global" instilada por uma legião de conselheiros económicos e arvorada em dogma pelos governos PS e PSD que se têm alternado há mais de vinte anos. Desregulamentação do mercado e da circulação de capitais, internacionalização financeira, desregulamentação do trabalho e dos direitos laborais, privatização das empresas nacionalizadas e das riquezas nacionais: tais são as prioridades docilmente aplicadas pelos governos que, dispostos a matar a mãe e vender a pátria, se submetem às imposições do FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio.

O "Relatório do Desenvolvimento Humano" da ONU, divulgado esta semana nos jornais portugueses, mostra a que situações essa política conduziu o mundo: "crescente marginalização dos países e pessoas pobres, crescente insegurança humana, crescente desigualdade". E alerta: "O hiato mundial entre os que têm riqueza e os que não têm está a aumentar."

Os números do Relatório comprovam-no: os bens dos 3 maiores bilionários são superiores ao produto nacional bruto de todos os países menos desenvolvidos, com os seus 600 milhões de habitantes; a diferença de rendimentos entre os 20% mais ricos e os

20% mais pobres da população mundial, que era de 30 para 1 em 1960, passou a ser de 74 para 1 em 1997; em mais de 80 países o rendimento *per capita* é hoje inferior ao de há 10 anos.

E quanto a Portugal? Portugal continua no hiato ao lado dos perdedores, como um "sub" no "conjunto europeu", apesar das farroncas de passagem ao "pelotão da frente" apresentado como engodo para a moeda única. Segundo o relatório, vai no carro-vassoura, em último lugar na União Europeia, atrás da Grécia, e bem atrás do seu parceiro de "subconjunto", a Espanha.

Inquieto, Freitas do Amaral recomendava no seu artigo: "É preciso evitar que a soberania de cada país seja reduzida a zero, para impedir que Marx renasça das cinzas e reclamar outra vez a nacionalização dos principais sectores económicos."

Mas queiram ou não, a chama de Marx continua a queimar. O "fantasma" que há 150 anos percorria a Europa, como dizia o Manifesto Comunista, permanece vivo. E as suas acusações e ideias aplicam-se hoje com plena actualidade às condições criadas no mundo por este capitalismo devastador, que nos empurra para amanhã que choram.

■ Aurélio Santos

De mãos estendidas

O que estava anunciado era uma Convenção Nacional. Organizada pelo PS. Aberta a todos os interessados. O que, levando em linha de conta o que estava apresentado como objectivo para o dia — uma nova maioria —, não seriam poucos como será fácil de calcular.

Mas quem menos avisado, e sobretudo menos desprendido, estivesse, julgar-se-ia em lugar diverso. Mais no género de ambiente de Bolsa ou em lugar de peregrinação conforme a corrente filosófica que perfilhasse.

É que em largo sentido aquela convenção esteve bem próxima de uma verdadeira OPA (Operação Pública de Apoios), a que não faltou a presença do Presidente da Bolsa de Lisboa, destinada a atrair e expor tudo e todos quantos possam contribuir para a concentração de apoios e votos por mais diversas e contraditórias que sejam as motivações de cada, mas de enorme utilidade para o objectivo imediato dos promotores da operação.

Embora, em sentido não menos amplo, se pudesse constatar que o ambiente de eterno reconhecimento e de profundo agradecimento que envolveu a Convenção, a colocou muito próxima de um daqueles lugares de peregrinação onde não só se agradecem as graças concedidas como se pedem novas dádivas e protecção.

E mais do que julgar motivações e interesses individuais nem sempre elevados, o que há a criticar é sobretudo a forma e a intenção dos que, jogando com as tentações do poder, e já se sabe como a carne

é fraca, propiciam e organizam os ambientes que melhor lhes segure o poder que não querem largar.

Ainda sabendo que tal não os aflige por aí além, aqui fica no entanto registada a opinião de que para um partido que passou a legislatura a pretender cultivar uma imagem de diferença e de novo estilo face aos tiques do poder dos seus antecessores a Convenção e o que ela revelou não é nada abonatório. Seria de esperar, pelo menos para os que ainda alimentassem essa ilusão, uma coisa que fosse para além de um momento colectivo de reconhecimento e gratidão, um cortejo de indistância vassalagem, um espaço para se fazer notada a presença já a pensar nas «boas mãos» que os cartazes anunciam. Todos em geral tão embevecidos com a nova mensagem eleitoral do PS que rapidamente foram levados a confundir o País com o Governo e o PS com Portugal.

E sobretudo a confundir, por razões que facilmente cada um dos convencionalistas poderá explicar, a oportunidade da mensagem no que aos próprios respeita com a da generalidade dos portugueses. Porque para muitos dos primeiros, particularmente para os que de uma forma ou outra se apresentaram no Coliseu de mão estendida, estão seguramente em boas mãos.

Até que a cotação desta nova maioria continue em alta na Bolsa das Oportunidades. Para gozo e proveito dos que agora aqui investiram. Depois se verá.

■ Jorge Cordeiro

NOVA ordem

A guerra da Jugoslávia com todo o seu cortejo de horrores permanece viva no corpo e na alma dos jugoslavos. Os mortos, a destruição brutal, o desastre ecológico, a agudização dos ódios interétnicos, a desestabilização dos Balcãs são os sinais do céu carregado de desastres que se abateu sobre a Jugoslávia. Nada pode justificar semelhante acção. A guerra violou a Carta das Nações Unidas, a Carta Constitutiva da NATO, a Acta Final de Helsínquia, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Convenção Europeia de Salvaguarda dos Direitos do Homem. E durante a própria guerra verificaram-se violações graves das leis humanitárias, nomeadamente as actas de S. Petersburgo, de Haia e de Genebra, de protecção das populações civis face às armas utilizadas, nomeadamente as armas de fragmentação e de urânio empobrecido.

A guerra acabou mas os seus efeitos devastadores vão ficar para décadas. Os EUA e a NATO cínica e friamente decidiram destruir as infra-estruturas económicas da Jugoslávia para a obrigar a render-se às suas ordens. O pretexto esteve à vista, todos o têm na mente, a situação em que se encontravam os albaneses na Jugoslávia depois de ter sido limitado o estatuto de autonomia à província onde são maioritários, mas onde não são únicos. Mas esse foi o pretexto. Um dia se conhecerão melhor todos os cordelinhos desta guerra. A sensação com que se fica muitas vezes é que muita da verdade está por vir ao de cima, de um lado e de outro. Mas sabe-se o suficiente para afirmar que em nenhuma circunstância esta guerra devia ter tido lugar. Os EUA e a NATO sabiam que desencadeavam esta guerra por motivos bem diferentes dos anunciados. Os EUA estão hoje com armas e bagagens nos Balcãs, de mãos dadas com o UCK, na limpeza étnica dos sérvios do Kosovo. Não foi pois por motivos humanitários que a NATO destruiu a Jugoslávia. Motivos humanitários impediriam esta guerra, desencadeada em violação dos princípios do direito internacional. Acaso uma guerra "humanitária" pode consubstanciar-se na destruição sistemática de pontes, caminhos-de-ferro, hospitais, fábricas, escolas, auto-estradas, bibliotecas, refinarias de petróleo, estações de televisão, reservatórios de água, instalações eléctricas e de comunicações?

Esta guerra teve outro objectivo: alargar a área de influência dos EUA numa zona de importância estratégica na Europa. O pretexto foi a política repressiva do regime sérvio em relação aos albaneses.

Vem tudo isto a propósito da brutal violência que os ocupantes indonésios instigam no martirizado território de Timor-Leste e das dificuldades que a ONU enfrenta. A situação assume tal gravidade que as forças das milícias, bandos de terroristas à solta, atacam as próprias instalações da ONU. Tal ataque mostra até que ponto estes bandos têm as costas quentes ao decidirem atacar a própria ONU. Só que os que decidem no mundo e na ONU estão preocupados com outros assuntos... A Indonésia é um grande cliente e os países ocidentais sabem bem o que ganhavam com os seus negócios com Suharto e o que continuam a ganhar com Habibe. Por isso o que se passa na Indonésia, o que se passa em Timor é como se não se passasse. Os poderosos do mundo decidem o que é crime, acontecimento, drama e violação dos direitos humanos. E aí não há margem para dúvidas: de acordo com os seus princípios, as violações de direitos humanos só ocorrem nos países que não aceitam a ordem imperial...

A humanidade, os povos, os países enfrentam hoje uma cruel e impiedosa ordem, a chamada "nova ordem". Nessa "nova ordem" os governantes mais corruptos, mais repressivos desde que proclamem a fé no mercado e entreguem os seus países aos negócios das multinacionais, são tidos como parceiros, mesmo quando às suas ordens em Viqueque, Liquiça ou Dili, as populações indefesas são dizimadas.

■ Domingos Lopes

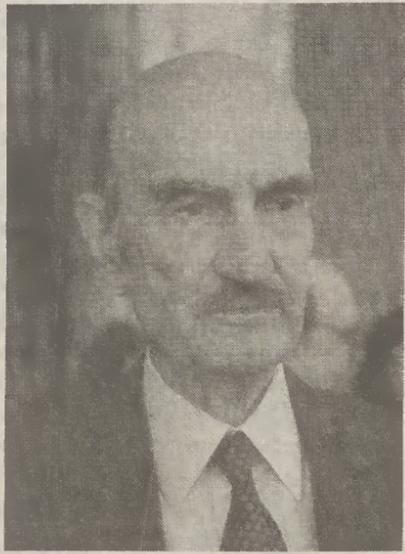


Foto: Sérgio Morais

SEMANA

Instituto Seguros de Portugal «reduz» Champalimaud a 10%

De acordo com uma comunicação do Instituto Seguros de Portugal (ISP), os votos de António Champalimaud na Mundial Confiança estão reduzidos a apenas 10% devido a uma «inibição» definida por este Instituto público, apesar de as diversas participações nesta empresa seguradora por parte do grupo Champalimaud e do próprio industrial totalizarem 65,5% do capital da Mundial Confiança em bolsa, nomeadamente através das *holdings* Mundac (31,8% do capital), Munfinac (5,5%) e AC Holding (0,7%), a que se junta ainda os 17,4% detidos pelo Banco Santander Central Hispano (BSCH) em aliança com Champali-



maud e os 7,5% registados em nome do próprio António Champalimaud. Esta «inibição», que decorre da aplicação estrita da lei nesta matéria, desloca o actual controlo da seguradora para os investidores minoritários e fundos de investimento, que totalizam 35,5% do capital da Mundial Confiança dispersos em bolsa. Este facto, só por si, facilita a «tomada do poder» da Mundial Confiança por parte do BCI, do monopolista Jorge Gonçalves, a quem bastará acrescentar 22,7% mais uma acção à sua actual posição na empresa para obter a maioria de direitos de voto numa assembleia geral da Mundial Confiança.

Eleições legislativas para 10 de Outubro

O Presidente da República, Jorge Sampaio, assinou esta semana o decreto que marca as eleições legislativas para o próximo

dia 10 de Outubro, explicando que considera ser esta a data que mais favorece uma maior participação do eleitorado. O PS, com o

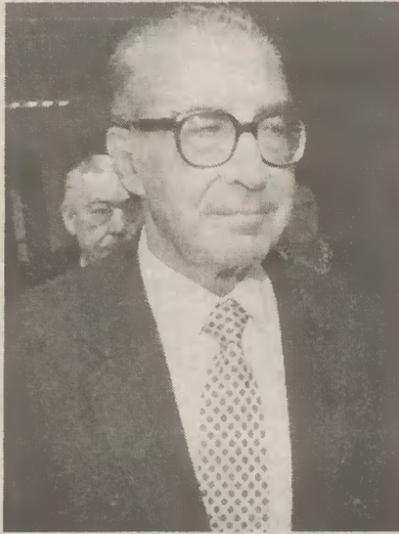
PP de Paulo Portas mais uma vez a servir de muleta, queria à viva força que este escrutínio se realizasse ainda em Setembro, ao con-

trário do que defendia tanto o PCP como o PSD, que consideravam tal data inadequada dado situar-se numa altura em que muitos portugueses ainda estão de férias, o que, logicamente, conduziria a uma maior abstenção. Entretanto, o Presidente da República rumou para os Açores, numa visita oficial onde pretende visitar as nove ilhas do arquipélago e inteirar-se, pessoalmente, dos principais problemas vividos nesta Região Autónoma.

Críticas esmagadoras a Savimbi e à UNITA

Na sequência das declarações proferidas pelo presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, durante uma deslocação oficial a Angola realizada esta semana, Jonas Savimbi e a UNITA acabaram a ser frontalmente criticados pela quase generalidade das forças políticas portuguesas. Almeida Santos afirmou o óbvio, nomeadamente que «depois de terem falhado os acordos de Alvor, Bicesse e Lusaca, violados sempre pelo mesmo subscritor (a

pronunciar-se sobre estas declarações, os diversos dirigentes partidários não podiam ser mais claros: Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, sublinhou, em relação ao drama angolano, que a própria ONU considera que «há uma parte que é responsável – a UNITA –, que tem desrespeitado todos os acordos», o primeiro-ministro António Guterres afirmou que «o principal factor de ruptura desses acordos tem sido a UNITA» e Durão Barroso, presidente do



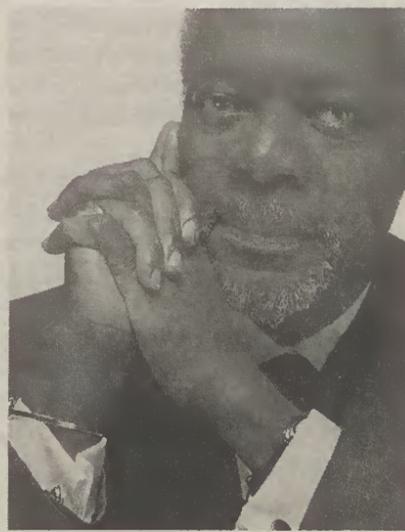
PSD, declarou que «Jonas Savimbi tem especiais responsabilidades» na continuação da guerra em Angola. A remar contra estas críticas apenas surgiu o presidente do PP, Paulo Portas, e a própria UNITA através dum chamado «comité permanente», o primeiro para mais umas tiradas demagógicas sobre a «paz» e o segundo para mais

UNITA de Savimbi), é possível que os angolanos tenham de encontrar solução para a paz pela via militar». Instados pelos órgãos de comunicação social a

uns graves insultos ao Governo e ao Estado português, ao abrigo dos quais, aliás, continuam as suas manobras políticas no estrangeiro.

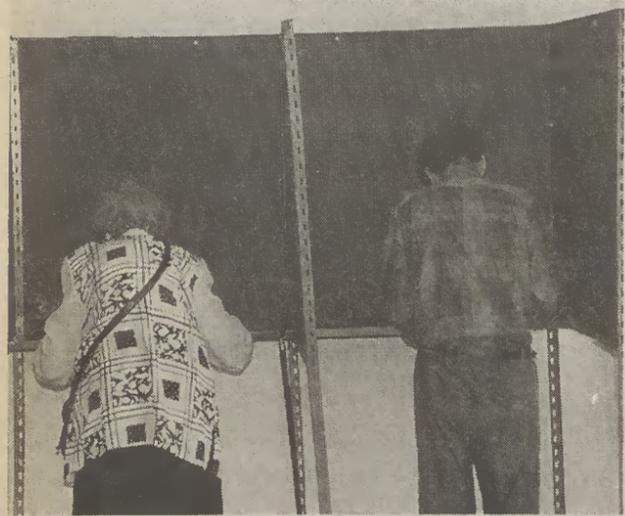
ONU intima Jacarta sobre Timor-Leste

O próprio presidente da ONU, Kofi Annan, intimou o governo indonésio para que, até à próxima sexta-feira (amanhã), tome «medidas concretas» para garantir a segurança em Timor-Leste, após ter adiado o referendo e o processo de recenseamento dos timorenses que tem estado a ser realizado por pessoal da ONU. Este ultimato da ONU surge como resposta às continuadas agressões e acções de violência levadas a cabo no território pelas



milícias pró-integracionistas armadas e apoiadas pelo exército e a polícia indonésios, agressões essas que já foram exercidas sobre o próprio pes-

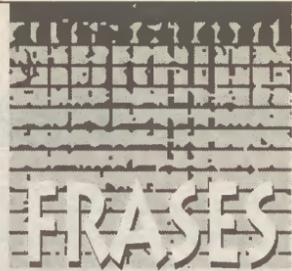
soal da ONU instalado no território. Num aparente acatamento deste ultimato da ONU, o governo indonésio fez deslocar a Timor-Leste uma luzida representação das autoridades, com relevo para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas, e altos dirigentes militares e policiais, querendo assim fazer crer que estão «empenhados» na realização de um referendo que, na prática, continuam a boicotar por todos os meios, incluindo a violência e o assassinio.



Brasil denuncia acordo com Portugal

O acordo entre Portugal e o Brasil contra a dupla tributação foi, na prática, unilateralmente denunciado pelas autoridades brasileiras, numa aparente pressão para apressar a renegociação deste acordo entre os dois países. O acordo contra a dupla tributação tem permitido, até agora, que tanto os investidores portugueses no Brasil como os investidores brasileiros em Portugal não vejam os seus rendimentos tributados duplamente, ou seja, simultaneamente no país originário do investidor e no país onde se realiza o investimento. Estão igualmente abrangidos por este acordo os emigrantes portugueses e brasileiros instalados no respectivo «país irmão». Esta medida unilateral das autoridades brasileiras ocorreu quando o próprio pri-

meiro-ministro português, António Guterres, se encontrava no Rio de Janeiro para participar na cimeira dos chefes de Estado da União Europeia e do Mercosul, não tendo a delegação governamental portuguesa sido informada de nada. Na sequência desta medida do governo brasileiro, as autoridades portuguesas apressaram-se a encetar negociações para a renegociação do acordo.



“Começa a ficar claro, com o novo desenho das fronteiras dos Balcãs sob protectorado da NATO, desde a Bósnia até à Macedónia, passando pela Albânia e pelo Kosovo, que os pretensos motivos humanitários da intervenção militar escondiam, de facto, objectivos geoestratégicos que só a Administração americana saberá exactamente quais são.”

(Manuel Villaverde Cabral - «Diário de Notícias», 09.07.99)

“A iniquidade do actual sistema fiscal é aquele que mais admite a potenciação de crimes de vária ordem, nomeadamente de branqueamento de capitais. Não deve haver país no mundo com tantas empresas que ano após ano apresentam prejuízo no saldo final da actividade. Este processo de controlo fiscal desajustado provoca injustiças profundas, protege usurários, oportunistas, mafiosos.”

(Francisco Moita Flores - «Diário de Notícias», 12.07.99)

“O que aconteceu com a nova lei de regulação da reprodução medicamente assistida é um exemplo paradigmático de perversão silenciosa. É uma vergonha para um país que se quer europeu, é uma brutalidade física para as mulheres com problemas de infertilidade, é uma regressão assustadora na tecnologia do terceiro milénio, é um entrave ao progresso da investigação.”

(Clara Pinto Correia - «Diário de Notícias», 11.07.99)

“(...) campeia a mais despudorada partidarização da administração pública central e regional, protege-se a alta finança – que emprega como assessores e administradores dirigentes e ex-dirigentes do Bloco Central – florescem os “novos-ricos”, estimula-se a competição desenfreada e o consumismo sem limites, advoga-se um liberalismo “cultural” de modos, comportamentos e atitudes que gera a irresponsabilidade e o egoísmo. Estamos em “ricas mãos”, não há dúvida.”

(Ricardo Pinto Leite - «Diário de Notícias», 10.07.99)

“Segundo o eng. Guterres, o seu PS pretende «uma economia de mercado, mas não uma sociedade de mercado». Teria evidentemente passado à História se Aristóteles houvesse escrito que queria uma economia escravagista, mas não uma sociedade escravagista, ou que o conde de Borgonha tivesse tonitruido que achava muito bem uma economia feudal, mas em nenhuma circunstância uma sociedade feudal.”

(Ruben de Carvalho - «Diário de Notícias», 09.07.99)

“O problema de António Guterres é que não tem nada para apresentar ao País, a não ser a sua simpática e apaziguadora figura.”

(José António Lima - «Expresso», 10.07.99)

A «recusa democrática e revolucionária»
de ver a política como mero *marketing*

Programa eleitoral do PCP é compromisso para manter

A manhã à tarde, em Lisboa, tem lugar um fórum de debate sobre o projecto de Programa Eleitoral do PCP. Segunda-feira à noite assistimos a uma reunião onde foi analisado o projecto de contributo para o capítulo sobre o movimento associativo popular. Enquanto há quem questione se os programas eleitorais dão votos – ainda nas recentes eleições europeias, se viu o desprezo com que o mais ambicioso dos candidatos tratou o seu manifesto, distribuído a muito poucos dias do acto eleitoral –, os comunistas marcam a diferença.

Para o PCP, salientou Luís Sá, ao intervir no encerramento do encontro de segunda-feira, «apresentar um programa eleitoral é, no fim de contas, a recusa democrática e revolucionária de entender a política como venda de sabonetes». No documento-síntese que o PCP prepara para apresentar aos eleitores, «estamos a tratar de problemas concretos das pessoas concretas e, em primeiro lugar, dos trabalhadores porque são explorados, dos reformados que recebem baixas pensões, dos jovens e de

Luís Sá admitiu como «perfeitamente natural» o procedimento adoptado, e fez questão de sublinhar que, havendo no Partido «um conjunto de pessoas que trabalham constantemente, com ligação ao Grupo Parlamentar e ao movimento associativo», esses camaradas entenderam que não bastava pôr no papel o que sabiam e que já têm exposto em diversas ocasiões, entenderam que seria importante vir ouvir mais gente, para enriquecer e completar o Programa Eleitoral, de forma a que ele reflecta



A importância que o PCP dá ao movimento associativo popular reflectiu-se no trabalho realizado pelo Grupo Parlamentar, na preparação do Programa Eleitoral e na composição das listas da CDU (o presidente da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, Alfredo Flores, no uso da palavra durante o debate de segunda-feira, é um dos candidatos pelo círculo de Lisboa)



contrapomos um entendimento humanista do movimento associativo, que é também um entendimento humanista da democracia participativa, emancipadora, de uma cidadania autêntica e sem excluídos», concepção que «está também subjacente na intervenção do movimento associativo e, por isso, há um empenho tão grande da nossa parte em relação aos direitos do movimento associativo», disse Luís Sá.

Apontado à acção – que será tanto mais eficaz quanto maior for o peso eleitoral do PCP –, o debate permitiu também iniciar a mobilização de esforços para a campanha das legislativas. Da legislatura que agora terminou, os

comunistas trazem muito fortes argumentos (ver artigo de António Filipe, na página seguinte). Do texto que esteve em discussão, o PCP fará «um documento para trabalho eleitoral, para divulgar e debater junto do movimento associativo, com as reuniões e debates e contactos, opiniões, visitas, em todo o lado», como salientou Carlos Rabaçal, membro do Comité Central do Partido e do grupo de trabalho para as questões do associativismo.

Considerando «inaceitável e violenta a forma como o poder trata o movimento associativo», Carlos Rabaçal reportou-se ao Congresso das Colectividades do Norte, promovido nos dias 9 e 10,

em Gondomar, pela Federação das Colectividades do Distrito do Porto, e onde «o ambiente foi claramente de indignação e de revolta, com afirmações de que as estruturas associativas «têm que ir para a guerra» com o poder, tem que gerar-se um movimento de exigência e de luta». Salientou que, nos mais de 700 delegados, não era certamente maioritário o número de comunistas, mas as propostas, exigências e opiniões saídas do congresso vão no mesmo sentido que o apontado nos documentos e na intervenção do Partido. O trabalho a desenvolver, até 10 de Outubro, é para que a proximidade de ideias e propostas se reflecta na opção de voto.

todos aqueles que vivem com problemas», realçou aquele membro da Comissão Política, deputado e candidato que ocupa o segundo lugar na lista da CDU no principal círculo eleitoral do País.

Em oposição a outros políticos e outros partidos, Luís Sá apontou o Programa Eleitoral do PCP como «um compromisso que nós queremos tomar, após todo o debate, para guiar o nosso trabalho parlamentar e a nossa participação no Governo, se conseguirmos que tal aconteça. É algo que não é para meter na gaveta».

Durante pouco mais de duas horas, umas dezenas de dirigentes (comunistas ou não) de clubes desportivos, filarmónicas, associações de moradores e colectividades de cultura e recreio, responsáveis do Partido e eleitos nas autarquias do distrito praticaram no Centro de Trabalho Vitória «um estilo completamente diferente de fazer política».

melhor os problemas do movimento associativo e o pensamento dos dirigentes associativos.

O dirigente comunista indicou um contraponto: «Não se trata de contratar uma empresa para escolher a cor da camisa e a cor da gravata com que um político pergunta às pessoas se já têm o Portugal que querem, com um ar descarado, como se não tivesse estado largos anos no poder fazendo exactamente o contrário. A nossa preocupação é encontrar formas de ajudar as pessoas a viver melhor, de ajudar aqueles que trabalham para as pessoas a trabalhar melhor.»

O PS, cujo Governo continua a demonstrar «muito pouca consideração do poder pelo movimento associativo», foi acusado de ter das associações populares «um entendimento instrumental», encarando-as como «melhor forma de assaltar autarquias nas eleições». «A este entendimento instrumental,



■ António
Filipe

O associativismo na VII Legislatura

Na VII Legislatura que agora termina, apesar de terem sido recusados importantes projectos de lei de apoio ao associativismo apresentados pelo PCP, foi possível aprovar algumas medidas legislativas positivas, que se ficam a dever à iniciativa e à luta persistente dos comunistas, à acção reivindicativa do movimento associativo e ao facto de não ter havido uma maioria absoluta na AR.

Nos últimos 4 anos, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou 7 projectos de lei relacionados com o exercício do direito de associação e com o apoio ao associativismo, quer globalmente considerado quer com referência a determinados tipos de associações. No mesmo período, a Assembleia da República aprovou 7 leis relacionadas com o associativismo, 6 das quais tiveram origem em projectos de lei do PCP. Mas como os números, por muito elucidativos que sejam, não dizem tudo, vale a pena fazer um balanço mais rigoroso do que esta Legislatura trouxe de positivo e de negativo para o movimento associativo.

Os aspectos negativos consistiram na recusa de 2 dos projectos de lei apresentados pelo PCP: o Projecto de Lei-Quadro do Apoio ao

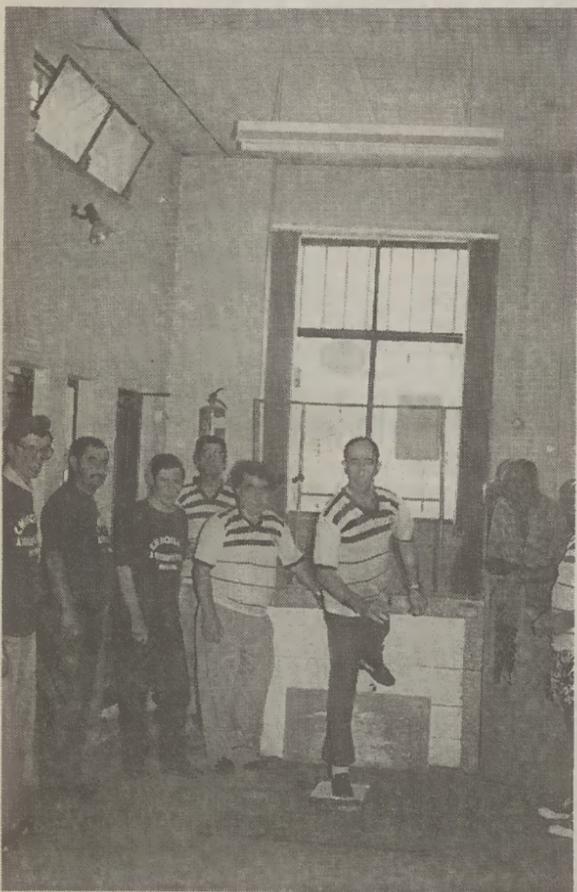
portos em grupo, apoio à aquisição, construção, arrendamento, reparação ou manutenção de instalações, bem como apoio financeiro directo a actividades, para além de outros benefícios de natureza fiscal.

Já o Projecto de Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário continha disposições no sentido de assegurar a justificação de faltas ao emprego por motivos comprovadamente relacionados com as actividades associativas, dentro de limites muito razoáveis, e de permitir, designadamente, a marcação de férias tendo em conta necessidades associativas.

Estes projectos correspondem a reivindicações inteiramente justas do movimento associativo e permitiriam corrigir a gritante injustiça que é a actual ausência de apoios por parte da Administração Central à actividade desenvolvida por muitas colectividades de cultura, desporto e recreio, que prestam ao País um serviço de valor inestimável.

Aspectos positivos

Quanto a aspectos positivos, importa referir os seguintes:



Associativismo e o Projecto de Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário.

O Projecto de Lei-Quadro do Apoio ao Associativismo tem vindo a ser apresentado pelo PCP desde a V Legislatura. Foi apresentado pela primeira vez em Maio de 1991, tendo terminado a Legislatura sem que a sua discussão chegasse a ter lugar, o que só veio a acontecer na Legislatura seguinte, em Maio de 1992, tendo o projecto sido rejeitado pela maioria absoluta de que o PSD então dispunha. Nesta última Legislatura, esse Projecto de Lei-Quadro foi reapresentado e voltou a ser recusado em Fevereiro de 1997, desta vez também com os votos contra do PS.

Quanto ao Projecto de Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário, foi apresentado pela primeira vez em Julho de 1996, tendo sido debatido e aprovado na generalidade, sem votos contra, em Maio de 1997. Só que a apreciação na especialidade foi sendo sucessivamente protelada, sob os mais diversos pretextos, até que, a 15 dias do final da Legislatura, o Grupo Parlamentar do PS recusou a votação na especialidade, invocando a necessidade de ser feita uma consulta pública. Isto num momento em que a consulta pública já não era possível em tempo útil. Este procedimento, em relação a um Projecto de Lei apresentado três anos antes e aprovado na generalidade sem votos contra, fica como mais um exemplo lamentável de hipocrisia e de má-fé da parte do PS.

No essencial, o Projecto de Lei-Quadro do Apoio ao Associativismo propunha:

- a criação, ao nível da administração central, de um Instituto dotado de autonomia administrativa e financeira, com a participação de representantes das associações ao nível da respectiva direcção e a funcionar apoiado em delegações regionais, tendo como atribuições fundamentais incentivar e apoiar o associativismo popular;

- e a criação de um quadro geral de apoios à actividade associativa, através de diversas modalidades, utilizáveis por forma cumulativa ou individualizada, abrindo inclusivamente a possibilidade de, através de protocolos gerais ou dirigidos a determinados apoios previstos na lei, o Instituto do Associativismo assegurar às associações apoio técnico, formação, cedência de materiais e equipamentos, apoio a trans-



- A aprovação de um Projecto de Lei do PCP destinado a actualizar o regime de regalias e isenções fiscais das pessoas colectivas de utilidade pública. Nos termos aprovados, as pessoas colectivas de utilidade pública podem beneficiar de isenções de imposto do selo; de imposto municipal de sisa pela aquisição de imóveis, de imposto sobre as sucessões e doações relativo à transmissão de imóveis, e de contribuição autárquica de prédios urbanos destinados à realização dos seus fins estatutários; de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC); de imposto sobre veículos, imposto de circulação e imposto automóvel, em determinadas condições; e ainda de custas judiciais.

- A aprovação de projectos de lei de apoio a diversas realidades associativas concretas, dando origem a legislação que reforça os direitos das Associações de Mulheres, bem como à aprovação de uma Lei das Associações de Imigrantes e de uma Lei das Associações de Cidadãos Portadores de Deficiência, aguardando ambas promulgação e publicação. Foi ainda aprovada, por iniciativa do PCP, legislação que reconhece o direito dos jovens menores de 18 anos a constituir associações e integrar os respectivos corpos sociais e que facilita a constituição de associações juvenis.

- A aprovação de uma lei que vincula o Governo a apoiar anualmente as bandas de música, filarmónicas, escolas de música,

tunas, fanfarras, ranchos folclóricos e outras agremiações culturais que se dediquem à actividade musical, com um subsídio de valor equivalente ao IVA pago e suportado - e não dedutível - por estas entidades, na aquisição de instrumentos musicais, trajes e fardamentos para seu uso exclusivo. Este subsídio, para entrar em vigor no próximo ano, ficará dependente de candidatura e de posterior regulamentação. Curiosamente, ou talvez não, esta lei, que resulta de iniciativas do PS e do PSD, surgiu depois de ter sido recusada uma proposta de idêntico alcance, no que respeita às associações abrangidas (dado que abrangia outras realidades e outras associações), constante do Projecto de Lei-Quadro do Associativismo apresentado pelo PCP e depois de ter sido recusada uma outra proposta do PCP que, no Orçamento de Estado para 1999, propunha a redução da taxa do IVA na aquisição de equipamentos musicais e desportivos por parte das associações. Em todo o caso, aprovada que foi esta lei, importa lutar pela sua regulamentação e posterior aplicação, evitando o seu esquecimento na gaveta de um qualquer ministro.

Balanço final

Em termos gerais, a VII Legislatura, quando comparada com as anteriores, apresenta um

balanço positivo quanto à aprovação de legislação referente ao associativismo, sobretudo quanto à regulação do apoio a determinados tipos de associações. Este balanço positivo não é atribuível a mérito do Governo ou do Partido que o apoia, mas deve-se antes à iniciativa do PCP, ao apoio que as propostas do PCP foram recolhendo junto do movimento associativo (o que forçou o PS e o PSD a aprovar algumas delas e a avançar também com algumas iniciativas em final de Legislatura) e também ao facto de não ter havido na Assembleia da República nestes quatro anos uma maioria absoluta que triturasse todas as iniciativas das oposições.

É certo que outras iniciativas, inclusivamente as de maior alcance, não obtiveram aprovação, continuando milhares de colectividades de cultura, desporto e recreio sem poder beneficiar dos apoios a que deviam ter direito e a ter de se sujeitar a um regime tributário iníquo sobre as suas actividades (como acontece, aliás, com a generalidade dos trabalhadores). Porém, as propostas de apoio ao associativismo que o PCP apresentou e que os restantes partidos recusaram continuarão na ordem do dia, por iniciativa dos comunistas e por reivindicação insistente do movimento associativo. E que ninguém tenha dúvidas: da força que o PCP tiver na próxima Legislatura dependerão as possibilidades dessas propostas serem aprovadas.

LEGISLATIVAS 99

O Governo ignorou, minorizou e tentou aproveitar-se PCP propõe estímulos e exige que o Estado cumpra

O texto que foi submetido a debate, na segunda-feira passada, procura sintetizar a apreciação dos comunistas sobre o actual momento do associativismo popular, os seus problemas e as suas potencialidades. Dezena e meia de intervenções contribuíram para enriquecer e valorizar o documento... embora dificultando o trabalho de síntese.

A Constituição da República foi tomada como ponto de partida, uma vez que obriga o Estado a prosseguir as políticas cultural, desportiva e outras, em cooperação com as associações e os clubes, com os cidadãos organizados nas mais diferentes expressões associativas. Contudo, não é isto que tem vindo a acontecer nas duas últimas décadas e também não aconteceu nos últimos quatro anos, com o Partido Socialista no Governo.

Na realidade, são as associa-

ções, as colectividades e os clubes que assumem o essencial da intervenção cultural, desportiva e social em todo o País, procurando suprir as insuficiências do Estado e das políticas governamentais, recorrendo aos recursos próprios resultantes da sua actividade e de contribuições e outras iniciativas junto das populações. Centenas de milhar de associativistas desenvolvem esta actividade por consciência social e cívica, numa atitude de bem fazer, participando na construção

cultural do país, no aprofundamento e exercício da democracia participativa, na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

No que respeita à acção governativa e do Partido Socialista, o associativismo é geralmente ignorado ou, então, é lembrado numa posição de minorização no terreno legislativo, ou numa postura de oportunismo político-eleitoral.

À ausência de políticas activas de desenvolvimento do associativismo, visando a sua dinamização e reforço, o Governo e o PS associam medidas e práticas claramente negativas. Como exemplos, foram apontadas:

– a intervenção inaceitável do INATEL na constituição de federações distritais de bandas e de uma futura confederação governamentalizada;

– uma Lei do Mecenato que, na prática, fecha a porta ao movimento associativo, pois exige o reconhecimento ministerial dos donativos;

– a legislação sobre restaurantes e bares que, a não ser alterada, ameaçaria de encerramento milhares de colectividades;

– a rejeição da proposta de Lei-quadro de apoio ao movimento associativo, iniciativa do PCP que iria clarificar o relacionamento do Estado com as associações;

– os obstáculos levantados aos projectos de lei do PCP sobre o estatuto do dirigente associativo voluntário e o regime de isenções fiscais das pessoas colectivas de utilidade pública;

– a tentativa de alteração das estruturas dos bombeiros, sem qualquer debate consistente e sem respeito pela tradição deste

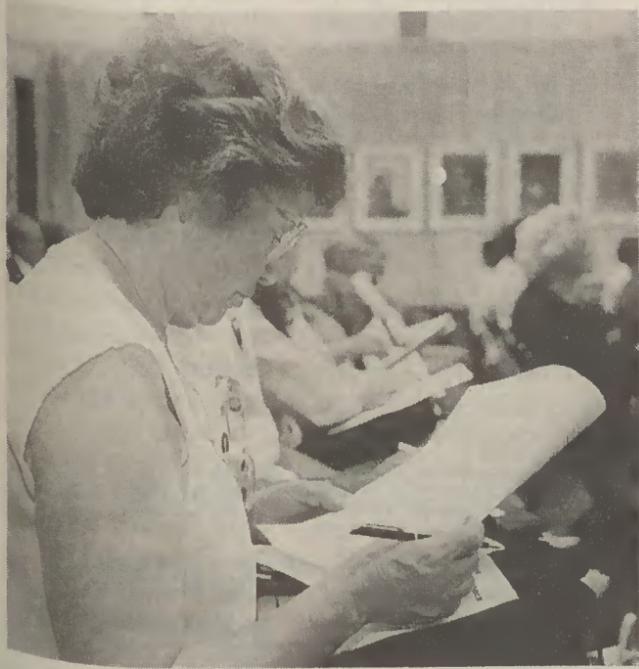
movimento, visando destruir o Serviço Nacional de Bombeiros e integrá-lo no Serviço Nacional de Protecção Civil.

As críticas ao Governo encontram acrescida justificação no facto de, no Ministério da Cultura, não existir qualquer interlocutor para os milhares de grupos de teatro, ranchos, coros, bandas e outras expressões culturais de amadores.

Apesar deste quadro, o movimento associativo, enquanto criação popular, tem-se diversificado, crescido e desenvolvido. O PCP considera indispensável a adopção de medidas de estímulo e dinamização da vida associativa, potenciando os meios existentes, apoiando o voluntariado, abrindo a novas soluções e a novas respostas às novas necessidades das popula-

ções, ao mesmo tempo que considera imperativo que o Estado cumpra os seus deveres constitucionais.

No encontro de segunda-feira, foi nítido o consenso em relação a estas linhas gerais expressas no projecto de Programa Eleitoral. As observações e sugestões – que começaram por ser feitas, logo na apresentação do documento, por Carlos Rabaçal – centraram-se na necessidade de tornar mais incisiva e inteligível a mensagem. Foram também apontadas questões e propostas que poderiam figurar no Programa e foi defendida a elaboração e divulgação de um manifesto de dirigentes associativos apelando ao voto na CDU, a par de outras ideias para o trabalho que vai ser levado a cabo até às eleições de 10 de Outubro.



Medidas necessárias

Com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento da vida associativa portuguesa o PCP preconiza, entre outras medidas a incluir no Programa Eleitoral:

– uma lei-quadro que clarifique os mecanismos de apoio e cooperação da Administração Central com o movimento associativo;

– legislação que defina o estatuto do dirigente associativo voluntário e crie melhores condições para que os dirigentes exerçam as suas funções;

– um programa especial de apoio à construção, aquisição, arrendamento, arranjo e manutenção de instalações das associações;

– apoio à constituição de equipas de técnicos especializados, com formação nas áreas de especialidade das associações a nível local e regional;

– eliminar, na Lei do Mecenato, a necessidade de reconhecimento ministerial para os donativos concedidos às entidades de utilidade pública;

– alteração da legislação sobre restaurantes e bares, visando a sua adaptação à realidade do movimento associativo;

– admissão de regime especial nas contribuições para a Segurança Social dos trabalhadores das associações de utilidade pública;

– acesso aos programas comunitários orientados para as actividades do movimento associativo, e criação de novos programas de apoio à vida associativa;

– lançamento de projectos de desenvolvimento cultural e desportivo a nível regional e sub-regional, com a participação dos poderes central, regional e local, das associações culturais e desportivas e dos agentes económicos;

– a criação de uma instituição, junto da Administração Central e com delegações regionais, que tenha por funções, entre outras, o incentivo ao associativismo e a coordenação dos apoios a conceder, bem como outras acções, incluindo formação para dirigentes, activistas e animadores;

– a alteração do Estatuto de Utilidade Pública, integrando, entre outros, benefícios e isenções de IVA na aquisição de alguns equipamentos, em obras e na construção de edifícios;

– o alargamento do porte pago às publicações e correspondência associativas;

– o ajustamento da taxa de direito de autor à realidade associativa;

– a criação de incentivos e apoios especiais para actividades visando a integração dos jovens na vida associativa;

– medidas de apoio e reconhecimento das estruturas distritais e concelhias do movimento associativo;

– garantia de uma reestruturação das organizações afectas aos bombeiros, precedida de um amplo debate; concretização da Lei de Bases dos Bombeiros e legislação complementar, no respeito e defesa do voluntariado, da eficácia da resposta às múltiplas tarefas e da tradição;

– atribuição do estatuto de parceiro social à Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio e à Liga dos Bombeiros Portugueses;

– constituição do Observatório do Movimento Associativo;

– criação do Conselho Nacional da Vida Associativa, para acompanhar a evolução do associativismo e formular propostas para o seu desenvolvimento.

CDU apresenta candidatos

João Amaral, vice-presidente da Assembleia da República e do Grupo Parlamentar do PCP, é o cabeça da lista da CDU pelo círculo eleitoral do Porto – apresentada no sábado numa sessão pública com a participação de Carlos Carvalhas e a presença de centenas de pessoas –, seguido de Honório Novo, deputado ao Parlamento Europeu nos últimos cinco anos. Desde o passado fim-de-semana, a CDU apresentou ainda as suas listas por Bragança, Portalegre e Santarém, encabeçadas, respectivamente, por Lídio Alberto Correia, Joaquim Miranda da Silva e Luísa Mesquita.

Porto



João Amaral e Honório Novo são os dois primeiros candidatos do Porto

Deputado pelo círculo eleitoral do Porto, João Amaral, de 55 anos, licenciado em direito, é técnico superior da Administração Pública.

Residente no Porto desde 1960, exerceu então o cargo de assessor da direcção democrática do Sindicato dos Metalúrgicos. Depois do 25 de Abril, foi chefe do gabinete dos ministros do Trabalho Avelino Gonçalves e Costa Martins.

A partir de 1976, foi chefe do Gabinete de Apoio ao Grupo Parlamentar do PCP e, em 1980, é pela primeira vez eleito como deputado à Assembleia da República.

Exerceu ainda mandatos no Poder Local, designadamente como membro da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital e como Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, eleito pela coligação PCP/PS que gere esta cidade.

É membro do Comité Cen-

tral do PCP, partido a que aderiu em 1967.

Na sessão de apresentação pública das listas, Avelino Gonçalves, mandatário da lista, referiu a longa experiência parlamentar, e o intenso e qualificado trabalho de João Amaral, «hoje reconhecido por diferentes sectores como um dos melhores deputados portugueses».

Na sua intervenção, João Amaral começou por sublinhar o facto de a lista que encabeça ser «uma lista de convicções». «Defendemos uma política de esquerda para o país e para o distrito», disse, «defendemos uma política de valorização do trabalho, de defesa dos sectores produtivos, de melhoria das condições de vida». E, à política praticada pelo PS - «enredado nos interesses dos grupos económicos e na pressão dos *boys*» - João Amaral contrapõe a defesa do Estado no seu «papel insubstituível na garan-

tia do acesso e realização dos direitos fundamentais», e considera que «o poder dos *lobbies* e dos grupos económicos não deve condicionar o poder político e a satisfação dos interesses gerais».

Depois de assinalar o importante trabalho dos dois deputados CDU eleito pelo Porto, apresentou o voto na CDU como o «voto certo» para quem quiser mais esquerda no exercício do poder político, para quem achar que «todas as maiorias absolutas representam uma tentação de abuso do poder», a que o PS não é imune.

«A nossa lista está recheada de candidatos de qualidade, conhecedores dos problemas, desde o mundo da cultura, ao mundo sindical e dos trabalhadores», afirmou, por fim João Amaral, reafirmando uma ambição: «aumentar o número de deputados da CDU no distrito do Porto».



Lídio Correia

dade virtual de obras e verbas mil vezes apregoadas», ponderarem a utilidade do seu voto e de, «com coragem e sem preconceitos» escolherem a CDU.

Por seu lado, Lídio Correia, «com coerência, firmeza e determinação», promete ser a voz «incómoda» mas «construtiva» que a Assembleia da República nunca teve por Bragança.

Carlos Carvalhas no Porto Governo é «comité eleitoral

«Nestas eleições a novidade é que o reforço da CDU pode contar decisivamente para uma viragem à esquerda na política nacional», salientou o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, no discurso proferido na apresentação da candidatura da CDU pelo círculo eleitoral do Porto (de que a seguir transcrevemos extractos).

(...)

Nestas eleições com realismo pode dizer-se que o PSD não tem quaisquer possibilidades de ascender ao poder. Por isso, o PS não pode jogar com o truque de à última hora vir dizer que é necessário concentrar os votos em si para derrotar a direita. A direita está mais que derrotada.

Do que se trata é de derrotar a política de direita, é de derrotar a política neoliberal, das mordomias, dos *jobs for the boys*.

Nestas eleições a novidade é que o reforço da CDU pode contar decisivamente para uma viragem à esquerda na política nacional, para a dignificação da vida política, para a valorização de quem trabalha.

Dignificação da vida política que significa sério combate à corrupção e defesa de operações «mãos

limpas», de dignificação da vida política que significa saber em quanto é que o Estado beneficiou Champalimaud, e saber até ao fim o que se passou no caso da JAE e da Universidade Moderna, dignificação da vida política que significa pôr fim às negociatas como esta de o Estado ter comprado,

através da Caixa Geral de Depósitos e PAR-TEST, a Portugalia na vergonhosa estratégia da privatização da TAP, isto é, para a entregar à Swissair? Este governo está hoje transformado num comité eleitoral do PS e num comité de negócios dos grandes senhores do dinheiro, à custa do património público. O Presidente da República tem também aqui uma palavra a dizer.

E aqueles e aquelas que querem ver derrotada uma política de concentração de riqueza, uma política que tem acentuado as desigualdades; aqueles e aquelas que querem ver definitivamente enterrado o pacote laboral só têm um voto que conta, um voto seguro e certo que é o voto na CDU.

Nós não nos lembramos dos trabalhadores e trabalhadoras, dos agricultores, dos estudantes e pro-

Portalegre

Já conhecido de todos os portugueses, particularmente dos portalegrenses, é o candidato que encabeça a lista da CDU pelo círculo eleitoral de Portalegre, Joaquim António Miranda da Silva, de 48 anos, licenciado em economia, membro Direcção da Organização Regional de Portalegre e do Comité Central do PCP.

Foi membro da Assembleia Municipal de Portalegre e vereador da Câmara Municipal, função que de novo exerce. Desempenhou as funções de deputado à Assembleia da República entre 1980 e 1986, ano a partir do qual tem sido eleito em sucessivos mandatos como deputado ao Parlamento Europeu.

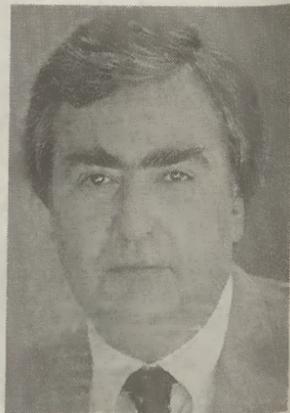
Presidiu ao Grupo Coligação de Esquerda, tendo sido o único português que, até ao momento, integrou a Conferência de Presidentes do Parlamento Europeu, e foi vice-presidente do Grupo Confederal da Esquerda

Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica e membro titular das Comissões de Agricultura, de Orçamentos, de Controlo Orçamental.

Promotor «da Embaixada do Alentejo ao Parlamento Europeu», esteve como observador nas últimas eleições presidenciais na Rússia e foi relator do PE para o orçamento de 96 da UE.

No acto público de apresentação da lista, Joaquim Miranda, considerando a Assembleia da República como um importante órgão de poder político, «que influencia de forma marcante» o rumo do distrito, afirmou que o distrito de Portalegre «merece e tem direito» a ter voz, objectivo que a sua candidatura perseguirá.

É fundamental, sublinhou, que o distrito eleja um deputado «bem alicerçado nas suas realidades, que conheça os meandros institucionais e que tenha a autoridade suficiente para influenciar as decisões»,



Joaquim Miranda

assim representando «cabalmente» e fazendo valer na AR as aspirações e as preocupações das gentes do distrito.

Afirmando que irá dar o seu melhor no exercício de tal função, caso seja eleito, Joaquim Miranda prometeu ainda levantar de «forma insistente» a voz do distrito na Assembleia da República e trabalhar no sentido de contribuir decisivamente para retirar Portalegre «da cauda do desenvolvimento no nosso país», para tanto estabelecendo «uma estreita e permanente ligação» a esta região.

Bragança

Na segunda-feira, foi a vez de a CDU apresentar a sua lista pelo círculo eleitoral de Bragança que Lídio Alberto Correia, funcionário da Segurança Social, de 53 anos de idade, encabeça.

Natural de Portela, freguesia de Gondesende, Lídio Alberto Correia, militante do PCP desde 1977 e membro a Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes e Alto Douro, é eleito na Assembleia Municipal de Bragança.

O cabeça de lista da CDU por Bragança é ainda dirigente sindical do Sindicato da Função Pública do Norte e membro da União dos Sindicatos de Bragança e Presidente da Associação de Pais da Escola C+S Paulo Quintela.

«A CDU é o espaço dos que se indignam, dos não acomodados, dos que lutam por um País de todos e para todos, dos que não confundem solidariedade com caridade institucionalizada»; é o espaço dos que querem a modernidade, o desenvolvimento e «um futuro alicerçado no nosso património histórico-cultural e na preservação do ambiente», disse Lídio Correia, no acto público da sua apresentação, «honrado» com a tarefa que lhe foi atribuída.

Após o 25 de Abril, o poder tem alternado entre os mesmos partidos - «com nome e com rosto» - que, diferentes apenas por «pequenos detalhes», têm realizado a mesma política. É, pois, altura de os responsabilizar. É altura de todos os destinos que «rejeitam a reali-

Santarém

Também no sábado passado, com a presença de cerca de centena e meia de pessoas, a CDU fez a apresentação pública da sua lista de candidatos pelo círculo eleitoral de Santarém, encabeçada por Maria Luísa Raimundo Mesquita, de 50 anos de idade.

Professora, licenciada em Filologia Românica, Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesa, Luísa Mesquita é membro do PCP e foi deputada à Assembleia da República de 1983 a 1985 e na legislatura de 1995/1999. Nesta última legislatura, foi vice-presidente da Comissão para a Paridade e Igualdade de Oportunidades e

membro da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura.

É eleita na Assembleia Municipal de Santarém.

Quando da apresentação desta candidatura, Sérgio Ribeiro, mandatário da lista, e candidato por Lisboa, sublinhou, entre outros aspectos, o rejuvenescimento e renovação que a caracteriza, patente designadamente pela diminuição da média etária - que passou de 43 para 40 anos -, e no maior número de mulheres e de independentes.

Por sua vez, Luísa Mesquita, recordando as promessas não cumpridas do PS, valori-



Luísa Mesquita

zou o conjunto da lista que encabeça e o trabalho realizado pelo PCP nesta legislatura onde, com apenas um deputado por Santarém, apresentou mais iniciativas sobre o distrito que todos os outros deputados.

LEGISLATIVAS 99



A CDU quer dignificar a vida política e combater a corrupção, afirmou Carlos Carvalhas no Porto

do PS»

fessores, das micro e das pequenas e médias empresas somente em épocas eleitorais.

(...)

Saúde em situação grave

Esta semana o Tribunal de Contas divulgou um Relatório sobre o sector da saúde muito crítico. Permitam-me que me detenha um pouco neste sector.

Gostaria de começar por lembrar que já na interpelação sobre a saúde feita pelo PCP em Fevereiro deste ano, tivemos ocasião de afirmar:

A questão da saúde é uma questão séria de mais para se deixar ao sabor de paixões, quer sejam elas serôdias ou eleitoristas.

Como é sabido, o PCP alertou, repetidas vezes, para a gravidade da situação existente na área da saúde.

São os atrasos no atendimento de utentes.

São as enormes listas de espera, que só nas áreas clínicas consideradas prioritárias ascendem a dezenas de milhar de doentes.

São os problemas com a qualidade e com a humanização da prestação de cuidados de saúde em muitas unidades e serviços.

É o crescente e cada vez mais incompensável recurso ao sector privado para obtenção de cuidados de saúde e para a utilização de meios complementares de diagnóstico, quando há capacidades instaladas não aproveitadas pelo SNS.

É a carestia dos medicamentos, e o seu preço especulativo.

E, consequência de tudo isto, é a situação paradoxal em que nos encontramos: enquanto o país gasta com a saúde, em relação ao produto, acima da média da União Europeia, os portugueses são, entre os europeus, os que mais pagam directamente para a saúde, para além do que desembolsam através dos impostos (mais de 40% das despesas de saúde, em 1995, quando a média da UE não excedia os 25%).

Nós afirmámos que não eram inevitáveis as sucessivas derrapagens orçamentais.

Em praticamente todos os países da União Europeia estão em curso medidas visando a contenção de gastos com os medicamentos e nos últimos anos diversos países (Espanha, França, Itália, Holanda, p. ex.) têm vindo a tomar medidas no sentido de promover o mercado dos medicamentos genéricos.

E na nossa interpelação concluímos dizendo que

o PP e o PSD, se não assumissem qualquer intervenção significativa neste domínio, que explicação apresentam ao País para recusarem as medidas que o PCP propunha e que podiam representar, para além da poupança directa no bolso dos utentes, uma poupança de dezenas de milhões de contos de recursos públicos por ano, o que permitiria, por exemplo, aumentar significativamente a comparticipação por parte do Estado de muitos medicamentos?

É sabido que agora há por aí um partido, que se caracteriza por ser uma efectiva muleta do PS mesmo em relação à indecorosa defesa da antecipação das eleições ao serviço dos interesses eleitoristas do PS, que descobriu os genéricos, em época de pré-campanha eleitoral, descobriu que se poderia poupar milhões de contos, que se poderia beneficiar os reformados, só que na altura e no concreto, esteve contra. Até nas promessas quer imitar o PS e fazer o papel de Frei Tomás "olha

para o que eu digo não olhes para o que eu faço...". Esse Partido ainda acaba esta legislatura como começou: numa suite de hotel combinando com o eng. Guterres a campanha e a pré-campanha eleitoral...

(...)

Reforçar a CDU, é também um desafio à lavoura, é a

coligação que mais firme e persistentemente, no Parlamento Europeu e na Assembleia da República, se tem empenhado na defesa dos seus interesses — indemnizações por prejuízos decorrentes de acidentes climáticos, justa distribuição nacional dos apoios comunitários, combate às importações sem rei nem roque.

Ainda ontem vimos o PSD, o PP e o PS a sacudirem a água do capote pelo prolongamento da proibição às exportações de carne de vaca portuguesa, quando os mesmos têm grandes responsabilidades e vimos mais uma vez, o governo do PS submisso a aceitar, a claudicar perante a discriminação e perante a burocracia de Bruxelas...

A eleição de mais deputados neste distrito é um desafio às mulheres da região, é um desafio aos jovens para que enfrentem o futuro com a luta, o empenho e o projecto da CDU e do PCP.

(...)

Câmara do Porto

Uma gestão sem estratégia...

Rui Sá, vereador da CDU na Câmara Municipal do Porto, recusou votar favoravelmente mais uma Alteração ao Plano de Actividades e ao Orçamento para 1999 apresentada pelo Executivo camarário, na semana passada, quer pelo ritmo a que elas se estão a verificar quer pelas significativas distorções que introduzem.

Na verdade, trata-se da 7.ª alteração que desde o princípio do ano é introduzida, facto que, na opinião de Rui Sá e de Jorge Sarabando e Sandra Duarte, deputados municipais também presentes na conferência de

imprensa da CDU, evidencia «uma gestão com carácter pontual e imediatista, sem preocupações de carácter estratégico».

Por outro lado, numa análise à totalidade das alterações, constata-se que alguns dos objectivos que a CDU tem considerado prioritários apresentam reduções nas verbas disponíveis, como são os casos da Educação e da Habitação, sendo que a análise agregada dos reforços e deduções introduzidos não permite, contudo, apurar «com rigor» as profundas alterações que se efectuam ao nível de cada rubrica.

Entretanto, a par de deduções significativas em algumas «obras emblemáticas em termos da propagandeada renovação urbanística e infra-estrutural da Cidade», verifica-se que em relação a outras existem aumentos de dotações «verdadeiramente surpreendentes».

Foi tudo isto que, somado aos «atrasos graves que se registam» num importante conjunto de obras e aos «aumentos inadmissíveis relativamente às próprias estimativas de custos apresentadas há seis meses pelo Executivo», esteve na origem da posição do vereador da CDU.

Odemira

Presidente colhe louros alheios

O Presidente da Câmara de Odemira «não é uma pessoa civilizada», acusa a Coordenadora da CDU, quer pelo «insulto infame e baixo» a que recorre quer pelas falsas afirmações que faz.

A denúncia reporta-se às declarações daquele autarca numa entrevista a um jornal local onde, para além de chamar «estúpidos» aos autarcas da CDU, que governaram o município no anterior mandato, e caluniar os funcionários, apresentar como seus projectos e obras da iniciativa do anterior Executivo.

É o caso da Biblioteca Municipal, de uma estrada na zona de Santa Clara-a-Velha e de outros projectos deixados em estado de conclusão que, iniciadas pela gestão CDU, o Presidente da Câmara agora apresenta como obra sua.

Outro «plágio» refere-se à FACECO que o Presidente da Câmara afirma ter crescido bastante com o aumento de 4 hectares de área, «esquecendo-se» de dizer que foi a gestão CDU que permitiu esse alargamento com a compra dos quatro hectares. Aliás, o mesmo «esquecimento» se verificou em relação ao propalado apoio da autarquia ao Lar da Terceira Idade de S. Teotónio que, afinal, ocorreu durante a gestão CDU.

Quando à «falta de coragem» de que acusa os eleitos da CDU por, durante quatro anos, não terem recorrido a empréstimos à banca, a Coordenadora da CDU entende que está na altura de o Presidente da Câmara mostrar a sua coragem, designadamente no que respeita às electrificações que, segundo ele próprio, ficaram por fazer no anterior mandato e para as quais diz serem precisos



3 milhões de contos. «Faça novo empréstimo, Sr. Presidente», aconselha a CDU, «e comece desde já com algumas dessas electrificações utilizando os 430 mil contos de depósitos a prazo da Câmara Municipal».

Por fim, a Coordenadora da CDU comenta as declarações do Presidente da Câmara de Odemira a propósito dos Programas de

Desenvolvimento Regional, altura em que «disparou em todas as direcções» e «acusou tudo e todos». O que ele não quer admitir, diz a CDU, é que «os seus camaradas gestores desses programas sabem que a maioria socialista de Odemira tem muito dinheiro parado» e que «o Presidente da Câmara de Odemira é um Tio Patinhas».

... e uma Fundação a suscitar dúvidas

Face à gravidade de algumas conclusões do Relatório da «Auditoria de Gestão à Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã», executada pelo Tribunal de Contas, os eleitos da CDU vão propor, em próxima reunião da Câmara, a suspensão de qualquer transferência de verbas do Município para fundações e associações que não tenham provado a sua legalidade.

De facto, o Relatório, confirmando as reservas dos eleitos da CDU relativamente à sucessiva constituição de Fundações e Associações por parte da Câmara Municipal do Porto, constata que, à data da escritura e do requerimento para o reconhecimento da referida fundação, esta não havia sido autorizada pela Assembleia Municipal. O que, desde logo, «fere de ilegalidade» o acto da sua constituição.

Aliás, o relatório não só põe em causa a forma de criação da FDVC. Interroga ainda se a maneira como esta tem vindo a desenvolver a sua actividade corresponde aos pressupostos em que se deve basear uma Fundação.

Assinalada foi também a utilização da figura jurídica de uma fundação de direito privado como

unidade gestora de fundos provenientes de programas comunitários, sendo que, no caso vertente, o recurso a esta figura jurídica frustra um elemento básico que deve permanecer associado à ideia de fundação: «o espírito de liberalidade que se traduz na doação de patrimónios significativos e suficientes para fins altruístas».

Por fim, o Relatório analisou a transferência para a fundação de meios para a execução de alguns projectos que, afigurando-se como trabalhos de «carácter público, executados em bens do domínio público municipal e financiados pelo Município do Porto, são indissociáveis da competência própria da autarquia».

Para os eleitos da CDU, porém, a publicação da lei que regula as condições em que os municípios podem criar empresas municipais permitem a revisão de toda a situação existente, pelo que vão também requerer o agendamento de uma proposta já apresentada que visa a adaptação dos estatutos das diversas associações e fundações criadas pela Câmara às novas disposições abertas por aquela lei.

Algarve

PS partidariza Região de Turismo

A eleição do Presidente e da Comissão Executiva da Região de Turismo do Algarve confirma, na opinião da Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP, «as pretensões do PS em hegemonizar este Órgão».

Segundo os comunistas, na composição da lista agora eleita prevaleceu a resolução de problemas internos do Partido Socialista, designadamente os que se prendem com a elaboração da lista de candidatos às eleições para a Assembleia da República.

Assim, por «interesses exclusivamente partidários, perdeu-se uma grande oportunidade de encontrar uma solução de maior abrangência, que integrasse um leque mais alargado de pessoas que, com provas dadas, garantissem maior apoio político, social e empresarial, de forma a defender melhor os interesses da Região». Já que a «descarada» partidarização da RTA pelo PS «não serve os interesses do Algarve e irá transformar este órgão numa correia de transmissão da política actual do Governo».

Privatização da PT Futuro do sector foge das nossas mãos

Concretizou-se, na segunda-feira, a 4.ª fase da privatização da Portugal Telecom (PT), com a alienação de 13,5% do capital e a redução do capital público a apenas 10,5%.

Para a Coordenadora do PCP para as Comunicações e Telecomunicações, o facto de a redução do capital do Estado se verificar numa empresa dominante de um sector básico e estratégico com cada vez maior importância coloca o sério perigo de, no futuro próximo, «as orientações estratégicas e as actividades do sector das telecomunicações e multimédia serem completamente dominadas pelo estrangeiro».

Tanto mais, que o capital público «é a única garantia de que as actividades de uma dada empresa ou sector possam ser comandadas pelo interesse nacional – como o caso do negócio Champalimaud/Banco Santander Central Hispano (BSCH), de resto, confirmou de forma inofismável».

Assim, o PCP, responsabiliza desde já o Governo pelas consequências desta decisão – reveladora de que não tem «qualquer preocupação em que sejam os

interesses nacionais a determinar os sectores básicos e estratégicos do nosso país», e considera que as suas iniciativas a propósito do caso Champalimaud/BSCH apenas se destinam a «salvar a face».

Afinal, «a nova fase da privatização só vem agravar as consequências negativas de todo o processo de privatização da PT». São elas «uma gestão que transformou o máximo lucro e a especulação bolsista em objectivo principal da empresa ao qual tudo é sacrificado; uma política tarifária que penaliza os utentes residenciais com as tarifas mais caras da Europa e os discrimina face às grandes empresas que têm descontos especiais; uma política de investimentos que tende a pôr em causa a qualidade do serviço; a redução de vários milhares de postos de trabalho nos últimos anos e a perda de emprego com direitos e sua substituição por trabalho precário e mal remunerado.

O que significa que «os lucros fabulosos» que têm vindo a ser obtidos – 213 milhões de contos nos últimos três anos –, que revertem para os grupos económicos e financeiros que crescentemente controlam a empresa, «estão a ser obtidos à custa do serviço público, dos interesses dos utentes, dos direitos dos trabalhadores e sacrificando aspectos do desenvolvimento do país».

O PCP defende, pois, que o Estado use todos os mecanismos que ainda detém na PT ao serviço do interesse nacional e assumam uma posição determinante no capital da empresa, ao mesmo tempo que reclama uma mudança de rumo de forma a garantir o investimento no desenvolvimento das telecomunicações e *multimédia*; um serviço público de telecomunicações com qualidade e em condições de igualdade em todo o território nacional; a adopção de um novo e justo sistema tarifário, a criação de emprego e a salvaguarda dos direitos e interesses dos trabalhadores.



Trabalhadores contra privatização

Trabalhadores da Portugal Telecom (PT) realizaram segunda-feira passada uma concentração à porta da Bolsa de Valores de Lisboa para denunciar a 4.ª fase da privatização da PT.

Esta acção vem na continuidade da luta da Comissão de Trabalhadores da PT que tem vindo a combater e denunciar «todas as medidas dos sucessivos Governos que programaram e levaram à prática a alienação do capital social da PT, à revelia dos legítimos interesses dos trabalhadores, dos clientes e do país», como se refere no comunicado distribuído.

A Comissão de Trabalhadores da PT lembra que lutar contra a privatização é lutar pela defesa dos interesses dos trabalhadores e «pela estabilidade e pela paz social na PT», pelo Serviço Universal de Telecomunicações e pela unidade orgânica da PT, pelo «emprego com direitos, contra a precarização do emprego e aumento desenfreado dos ritmos de trabalho».

A privatização de mais uma fatia da Portugal Telecom «é uma afronta aos interesses dos trabalhadores e à soberania nacional», denunciam os trabalhadores da PT.

Beja PCP quer demissão de responsável da ARS

O responsável da Sub-Região de Beja da Administração Regional de Saúde, dr. João Lemos, «não tem condições para se manter no cargo», diz a Direcção da Organização Regional de Beja, referindo-se às declarações feitas por este responsável ao «Público», a propósito da ausência para gozo de férias, durante 15 dias, do único médico do concelho de Barrancos.

Confrontado com as críticas dos autarcas barranqueiros, que durante esse período estiveram sem médico, João Lemos optou por ofender a dignidade dos alentejanos. E, reconhecendo que «sempre foi assim e que nada mudou em relação a anos

anteriores», considerou que se estava perante «famílias desesperadas e destroçadas» e que, para ele, as pessoas sofriam de «um mal-estar qualquer» que as forçavam «ao consumismo da consulta médica».

Depois, descobrindo que «a saúde não pode substituir o padre», aconselhou a Câmara de Barrancos a fazer uma piscina e as pessoas a comprarem ventofinhas para se refrescarem, de forma a combater as doenças que se agravam com o excesso de calor. Por fim, para resolver os problemas dos cidadãos barranqueiros que necessitam de consultas, o responsável da ARS de Beja, demons-

trando total desprezo pelo bem-estar das populações, receita à Câmara «que arranje um autocarro e leve os doentes a Moura».

Porém, este episódio da falta de médico em Barrancos durante duas semanas é «apenas mais um exemplo do calamitoso estado da saúde no distrito de Beja» que o PCP há muito denuncia e que «nem toda a demagogia e propaganda do Governo do PS conseguem esconder».

Assim, a DORBE, ao mesmo tempo que manifesta a sua solidariedade com o povo de Barrancos e os seus autarcas, exige mais e melhor saúde para o concelho e a demissão de João Lemos.

Futebol na RTPi

Governo «chuta» incerteza

A resposta do Governo ao requerimento apresentado pelos deputados do PCP, Rodeia Machado e António Filipe, sobre a transmissão de jogos do Benfica, do Alverca e do campeonato mundial de futebol através da RTP Internacional, não é de molde a tranquilizar a Direcção da Organização na Emigração do PCP, na medida em que «mantém uma completa incerteza quanto à possibilidade real de tais transmissões no futuro».

O PCP sublinha, em nota à comunicação social, de sexta-feira passada, que, apesar de o Governo ter manifestado «o seu empenhamento em assegurar por via legal a obrigatoriedade de cedência do sinal por parte dos

detentores de direitos exclusivos aos operadores que tivessem emissões internacionais», quando da apresentação da sua Proposta de Lei da Televisão na Assembleia da República, «tais transmissões não estão a ser asseguradas».

Entretanto, a resposta ao requerimento dos deputados comunistas dá conta da tentativa de negociação da RTP para a obtenção de tais transmissões e da recusa da SIC mas não informa sobre as diligências que o Governo «fez, ou não fez, para que os nossos compatriotas que vivem no estrangeiro possam no futuro ter acesso a transmissões desportivas através das emissões da RTP internacional».

guesia de Camarate, Loures. Ligado ao Partido desde antes do 25 de Abril, foi sempre um militante activo, tendo nos últimos anos assumido a responsabilidade pelo Centro de Trabalho de Camarate.

Manuel da Silva Vieira

Faleceu, no passado dia 29 de Junho, com 73 anos de idade, o camarada Manuel da Silva Vieira, natural de Pernes, onde residia e exerceu actividade como industrial de torneados. Militante destacado, participou desde jovem na luta antifascista, tendo sido preso no processo dos 108. Pertenceu ao MUD Juvenil e era militante do PCP desde a década de 40. Depois do 25 de Abril, foi Presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Pernes e Presidente da Assembleia de Freguesia durante três mandatos. Teve igualmente papel de vulto no movimento associativo local, com destaque para a Presidência da Assembleia Geral dos Bombeiros Voluntários de Pernes, cargo que exerceu durante 18 anos.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

CAMARADAS FALECIDOS

António Barroso

Faleceu recentemente, com 85 anos de idade, o camarada António Barroso, natural do Gavião. Militante do PCP desde os anos 40, pertenceu à organização do Partido em Santarém, onde residia e trabalhou como vendedor de carburantes.

António Ferreira Lopes

Faleceu, no dia 4 de Julho, com 61 anos de idade, o camarada António Ferreira Lopes. Era membro da célula da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e do seu secretariado. Pertenceu à Comissão de Freguesia de Vila Franca de Xira. Foi membro do conselho local da Associação Portugal-URSS.

Gregório Trindade Guinot

Com 80 anos de idade, faleceu, no passado dia 30 de Junho, o camarada Gregório Trindade Guinot. Era membro do Partido desde 1943 e estava actualmente organizado na Freguesia da Cova da Piedade.

Manuel Gonçalves

Faleceu recentemente, com 73 anos de idade, o camarada Manuel Gonçalves, da organização da fre-



PCP recebe FENPROF

Uma delegação do PCP, integrando o secretário-geral, Carlos Carvalhas, e Edgar Correia, membro da Comissão Política, recebeu, no passado dia 8 de Julho, no Centro de Trabalho Socio Pereira Gomes, uma delegação da Federação Nacional dos Professores (FENPROF), dirigida pelo seu secretário-geral, Paulo Sucena.

TRABALHADORES

Professores em greve dia 19

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) decidiu convocar uma greve para dia 19, em protesto por um despacho que limita o número de horas atribuídas às escolas para actividades de coordenação e extracurriculares.

A greve dos professores tem como objectivo a suspensão e a exigência de negociação deste despacho, pois esta drástica limitação de horas para actividades de coordenação e articulação curricular, inovação, lançamento de projectos e apoio a actividades extracurriculares reflectir-se-á necessariamente na deterioração das condições pedagógicas de funcionamento das escolas, violando ainda os direitos dos professores.

A greve agora marcada abrange o período destinado à segunda chamada da primeira fase dos exames nacionais do ensino secundário.

Também os professores da Região Centro poderão avançar para a greve ainda este ano lectivo, se o Ministério da Educação persistir na aplicação do despacho que retira horas lectivas às escolas.

Esta decisão foi tomada no termo de sete plenários promovidos pelo Sindicato dos Professores da Região Centro em Coimbra, Covilhã, Leiria, Aveiro, Guarda, Viseu e Castelo Branco, em que participaram professores

membros de órgãos de direcção e gestão de escolas, delegados e dirigentes sindicais.



Professores defendem a qualidade do ensino (foto de arquivo)

Os participantes nestas reuniões aprovaram uma moção em que exigem a imediata suspensão do despacho e a sua «correcta reelaboração, no respeito pelas necessidades das escolas», e o cálculo e atribuição de redução para o exercício de cargos de acordo com as necessidades de cada estabelecimento,

nomeadamente a existência de funções de membro da Assembleia de Escola e de director de instalações.

Na moção responsabilizam ainda o Ministério da Educação pela «perturbação que a não suspensão deste despacho, e a insistência na sua aplicação, venham a ter na preparação do próximo ano lectivo».

da Inspeção Geral de Ensino que procura saber as razões da sua adesão à greve do passado dia 30 de Junho.

Trata-se da única escola onde não se realizaram exames no passado dia 30, porque o Conselho Executivo justamente considerou não existirem condições para abrir o estabelecimento.

Trabalhadores ameaçados

Os trabalhadores não docentes da Escola Secundária da Quinta das Flores, em Coimbra, estão a ser alvo de sucessivos interrogatórios por parte de um elemento

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública já denunciou publicamente esta situação, «uma inspecção cujos contornos e desígnios não deslustram da actuação de qualquer *polícia política*», claramente atentatória do direito à greve e pediu a intervenção do Provedor da Justiça.

Enfermeiros em luta pela reestruturação da carreira

A greve dos serviços gerais da saúde e dos serviços prisionais, no passado dia 9, registou uma elevada adesão, com fortes consequências na prestação de serviço aos utentes. Apenas nos serviços prisionais, onde se fizeram sentir múltiplas pressões e mesmo ameaças, o nível de adesão não foi tão elevado.

A paralisação envolveu cerca de 26 mil profissionais, que incluem auxiliares de acção médica, trabalhadores de cozinha e lavandarias hospitalares

As consultas externas dos hospitais e centros de saúde e os blocos operatórios foram as principais áreas afectadas.

Os trabalhadores dos Serviços

Gerais do Ministério da Saúde estão em luta pela aplicação de medidas já definidas no acordo entre o sindicato e a tutela, sobre reestruturação da carreira.

Depois de *ter dado o dito por não dito* após o acordo obtido em Dezembro de 96, e depois de muitos dias de greve, está em cima da mesa uma proposta que, resolvendo o essencial das questões, contém ainda duas matérias de profundo desacordo.

São elas a questão das tabelas, em que se reivindica que todas as carreiras terminem no mesmo índice, e a questão do faseamento.

O Ministério da Saúde pretende que o faseamento da actualização salarial seja iniciado em

Setembro de 99 quando, em todas as outras carreiras, este foi iniciado em Janeiro de 99. Uma situação que os trabalhadores consideram como inaceitável.

Com a paralisação de sexta-feira passada, os trabalhadores dos Serviços Gerais de Saúde totalizam oito dias de greve, realizados entre 1998 e 1999.

Enfermeiros exigem condições de trabalho

Os enfermeiros do Hospital de Vila Franca de Xira realizaram, terça-feira, uma acção de rua para protestar contra a falta de

condições de trabalho no hospital local.

De acordo com o sindicato dos Enfermeiros Portugueses, esta iniciativa pretende alertar a população para a carência de enfermeiros no hospital de Vila Franca.

A acção, denominada «Enfermagem com Segurança! Utentes com Saúde!», teve como objectivos denunciar a carência de enfermeiros e exigir ao Conselho de Administração do Hospital a rápida resolução deste problema.

Para além da informação sindical, a iniciativa serviu para fornecer alguma informação sobre cuidados de saúde, nomeadamente sobre hipertensão, diabetes e planeamento familiar.

Trabalhadores do Ministério da Agricultura Três concentrações esta semana

Cerca de três mil trabalhadores de diversas carreiras profissionais do Ministério da Agricultura estão em luta esta semana para reivindicar a revalorização das suas carreiras.

Terça-feira, cerca de 300 trabalhadores das carreiras de auxiliar técnico, nomeadamente os auxiliares técnicos de laboratório, pecuária e silvicultura, concentraram-se junto à Secretaria de Estado da Administração Pública, para exigirem a reclassificação profissional. Estes trabalhadores pretendem o ingresso na carreira de técnico profissional, tal como aconteceu aos escriturários dactilógrafos e aos auxiliares técnicos administrativos que ingressaram na carreira administrativa.

Hoje é a vez dos trabalhadores das carreiras

específicas e atípicas do Ministério da Agricultura se concentrarem em frente ao Ministério para exigirem a revalorização das suas tabelas de vencimentos.

Estes trabalhadores (tratadores de animais, auxiliares agrícolas, auxiliares de manutenção e tractoristas), num total de 2000, querem que o Decreto-Lei nº 404-A/98, que instituiu uma revalorização das carreiras de regime geral da Função Pública, lhes seja aplicado, como já acontece noutros ministérios.

Os guardas florestais, num total de 700, concentram-se amanhã junto à Secretaria de Estado da Administração Pública para exigir a actualização do suplemento de risco, que já deveria ter sido alterado há um ano.

Os guardas florestais querem também ver as suas tabelas de vencimentos revalorizadas e exigem serem tutelados pela Direcção-Geral das Florestas.

Os guardas florestais dependem actualmente do Corpo Nacional da Guarda Florestal e da Direcção-Geral das Florestas, o que lhes tem retirado capacidade de uma actuação harmoniosa, coerente e concertada, com implicações na qualidade dos serviços prestados.

Neste momento, outros grupos profissionais do Ministério da Agricultura têm processos reivindicativos em curso, em particular os Engenheiros Técnicos Agrários e os Agentes Técnicos Agrícolas, que exigem a reclassificação das respectivas carreiras.

Deputados comunistas prestam contas

Leis da República com origem em projectos de lei do PCP

Lei nº 17/98

Prevenção secundária da toxicod dependência

Esta lei veio fixar regras claras quanto ao financiamento público de projectos de investimento respeitantes a equipamentos destinados ao tratamento de toxicod dependentes apresentados por instituições privadas sem fins lucrativos.

Só podem ser financiados projectos que reúnam condições de instalações, organização e funcionamento que permitam a obtenção de licenciamento e se obriguem a desenvolver actividades cujo projecto terapêutico e preço a praticar permitam celebrar acordos de cooperação com o Ministério da Saúde. O financiamento público não pode exceder 80% do custo total do projecto e é decidido por despacho conjunto dos ministros Adjunto e da Saúde, precedido de parecer do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicod dependência que certifique o cumprimento dos critérios legais.

Os projectos candidatos a financiamento público têm de apresentar uma definição dos objectivos do projecto terapêutico, um projecto de execução das obras a realizar e uma relação de bens a adquirir.

Os equipamentos financiados pelo Estado ficam obrigados a funcionar por um período mínimo de 15 anos, sob pena de devolução do apoio prestado, acrescido de juros legais.

As entidades financiadas ficam ainda obrigadas a facultar ao SPTT os elementos necessários para a fiscalização do cumprimento das obrigações que assumiram nos termos da lei.

Lei nº 21/99

Programa Especial de Acesso aos Cuidados de Saúde

Os atrasos no atendimento dos utentes do SNS e a existência de situações em que foram excedidos os tempos clinicamente aceitáveis (listas de espera) constituem uma realidade absolutamente inadmissível, que sucessivos governos e também o Governo do PS não enfrentaram nem quiseram resolver. Para garantir o direito à saúde é preciso pôr fim às esperas de meses por uma intervenção cirúrgica ou por uma consulta.

Este é um problema que se resolve mobilizando todos os recursos necessários, e, em primeiro lugar, os do próprio Serviço Nacional de Saúde, para a resolução do problema das listas de espera.

Por isso o PCP propôs a adopção de um Programa Especial de Acesso aos Cuidados de Saúde para assegurar, em tempo útil, o acesso à prestação de cuidados de saúde pelo SNS.

Na aplicação deste programa deve estar presente o princípio do aproveitamento da capacidade do Serviço Nacional de Saúde através da contratualização com as instituições do SNS de forma a aumentar a resposta dada por estes serviços. Propõem-se, assim, várias medidas, nomeadamente o recenseamento rigoroso dos utentes em listas de espera, regularmente actualizado; a avaliação da capacidade instalada do SNS em recursos humanos, infra-estruturas e equipamentos e sua mobilização para a resolução sustentada do problema das listas de espera. O recurso a meios externos ao SNS só deverá ter lugar em situações de insuficiência ou esgotamento da capacidade instalada.

Foi nesse sentido que o PCP propôs o Programa Especial de Acesso aos Cuidados de Saúde que deve dispor de uma dotação orçamental adicional e própria.

Esta Lei passa a ser um instrumento fundamental na garantia do acesso à saúde, e vincula o Governo a aplicá-la, utilizando os instrumentos que aí se lhe atribuem.

Carta aberta da JCP

O Grupo de Trabalho da Juventude Trabalhadora da Comissão Regional do Porto da JCP realizou, na passada terça-feira, um série de contactos em escolas com ensino nocturno, para divulgação de uma *carta aberta ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social*.

Na *carta*, a JCP manifesta grande preocupação pela «situação actual do ensino nocturno e pelo constante agravar da situação dos trabalhadores estudantes».

Os jovens comunistas lembram que os estudantes, na sua maioria trabalhadores, que optam por este regime de ensino, têm dificuldades acrescidas «ao verem as entidades patronais distorcerem certas disposições da lei do estatuto do Trabalhador-Estudante», para além das falhas sentidas ao nível de infra-estruturas escolares ou serviços escolares de apoio.

Problemas agravados com o encerramento do ensino nocturno em 125 escolas do país.

Perante esta situação, a JCP exige medidas concretas, com a efectiva aplicação do estatuto dos trabalhadores-estudantes, que seja incentivada a criação do ensino pós-laboral nas diversas áreas de conhecimento, o funcionamento nocturno dos serviços escolares, a adaptação de horários e métodos de ensino às necessidades e condições específicas dos trabalhadores-estudantes.

Colectividades do Norte querem benefícios fiscais

A concessão de benefícios fiscais e a atribuição do estatuto de parceiro social são duas das reivindicações das colectividades da região Norte, que reuniram em Congresso, sexta e sábado da semana passada, em Gondomar. Neste sentido, os congressistas discutiram e aprovaram um conjunto de propostas a apresentar ao governo, tendo em vista o reconhecimento da função social das colectividades, através da publicação de legislação específica.

As reivindicações das colectividades passam também pela atribuição do estatuto de Utilidade Pública e pela criação do estatuto do Dirigente Associativo Voluntário.

Subordinado ao lema «O associativismo tem futuro», o Congresso contou com cerca de 1100 participantes, em representação de colectividades existentes na área entre Aveiro e Bragança, e analisou ainda o processo de renovação destas instituições, tendo em vista o aumento da participação dos seus associados e a actualização do movimento associativo.

A evolução associativa, o enquadramento legislativo, a cooperação e o intercâmbio e o desenvolvimento socio-cultural foram os temas em discussão nas várias secções deste congresso.

Orquestra de Madrid interpreta Lopes-Graça

A orquestra da Comunidade de Madrid realizou terça-feira, em Coimbra, um concerto integrado no VII Festival Internacional de Música, onde interpretou composições de Fernando Lopes-Graça.

Sob a direcção do maestro José Ramon Encinar, a orquestra inclui no repertório do espectáculo «Canto de amor e de morte», da autoria daquele compositor português, falecido há cinco anos.

O festival, que teve início dia 9 e encerra no próximo dia 16, dedicou a noite de ontem à música de Coimbra, com a actuação do Coro dos Pequenos Cantores e o Grupo de Fados de Coimbra.

Gaia aumenta impostos municipais

A CDU acusou a Câmara de Gaia de, com a criação de uma *tarifa do lixo*, ter aumentado a carga fiscal dos municípios e piorado o seu nível de vida. A CDU considera que esta taxa «apresenta-se como um novo imposto cobrado aos gaienses, pois aplica-se independentemente do volume de lixo recolhido».

A tarifa, indexada ao consumo de água, «vai avolumar o número de despesas correntes mensais no orçamento de cada família gaiense, implicando assim um aumento do seu custo de vida».

A CDU recorda que a tarifa resulta da criação do Aterro Sanitário de Sermonde e acusa a Câmara de Gaia de, aquando da discussão sobre a criação deste equipamento, nunca ter alertado a população para «este novo encargo financeiro».

O comunicado recorda que, quando o Plano de Actividades para 1999 foi debatido, decidiu votar contra, devido à intenção de criação desta tarifa e refere que «ao contrário do que afirma a Câmara, a maioria dos impostos municipais não baixou durante estes anos».

Ordenamento do território

A Quercus, Geota e Liga para a Protecção da Natureza (LPN) criticam em conjunto um projecto sobre gestão territorial, que consideram não permitir a participação da população e protecção do interesse público.

Em comunicado comum, as três associações ambientalistas insurgem-se contra um projecto de regime jurídico dos planos de urbanismo e ordenamento do território que se encontra para aprovação em Conselho de Ministros.

As três associações consideram que o diploma suprime o direito de participação preventiva, não garantindo assim a intervenção dos cidadãos na tomada das opções relativas ao planeamento urbanístico, assim como não permite uma avaliação do impacte ambiental dos planos.

Ao mesmo tempo - consideram - o projecto não assegura um correcto ordenamento do território e a protecção da qualidade de vida dos cidadãos, dado que prevê a extinção dos instrumentos legais de protecção dos bens ambientais e não estabelece parâmetros mínimos de salvaguarda da qualidade.

Agricultores exigem apoios para quem mais trabalha

A batata que fica por escoar, a falta de apoios aos produtores de tomate, vítimas do vírus do bronzeamento, a grave situação em que se encontram os produtores de carne e leite, são alguns dos problemas que afectam a agricultura familiar. Fruto de uma política que vem a ser contestada em manifestações de agricultores em diversos pontos do País.

Agricultores de Aveiro, Coimbra, Viseu e Guarda concentraram-se, sábado passado, em Aveiro, onde desfilaram até à Agrovouga, para protestar contra a difícil situação com que os produtores de batata, carne e leite actualmente se debatem.

Foram mais de mil agricultores que aprovaram um documento com as suas reclamações, entregue ao secretário de Estado da Agricultura, que veio inaugurar o certame.

Na exposição ao ministro da Agricultura apresentam os problemas que defrontam e as exigências para lhes dar resposta.

Por exemplo - os preços à produção de leite e carne continuam a baixar, sendo que há 10 anos eram mais altos que hoje, pelo que se reclama o aumento dos preços à produção.

«A sanidade animal está *de rastos*», afirmam os produtores, que lembram a proliferação de várias doenças enquanto «os programas ditos de *erradicação* dessas doenças» têm vindo a falhar.» A contraponto a esta situação, exige-se «programas eficazes de prevenção e tratamento das doenças dos nossos animais» e um *Seguro Pecuário* «altamente bonificado e flexível».

Os produtores de carne reclamam ainda a abertura de matadouros e a organização de um plano de modernização de matadouros mais pequenos e perto da produção.

A falta de escoamento da batata de consumo é um outro problema particularmente grave, mercê dos baixos preços ao produtor e da importação incontrolada de alguns países de África. Os produtores consideram essencial que o governo garanta o escoamento de toda a produção nacional e defendem a criação de uma Organização Comum do Mercado para a batata, «medida estruturante da maior importância e que o governo deverá imediatamente propor junto da União Europeia».

O documento lembra ainda que, no quadro de uma Política Agrícola Comum «má para a agricultura familiar e para Portugal», há entretanto medidas que podem ser tomadas pelo Governo, «como o *plafonamento* ou os limites máximos - por agricultor - das ajudas e outros subsídios de forma a apoiar mais e melhor quem mais trabalha, a agricultura familiar».

Bandeiras negras em Setúbal

Mais de uma centena de tractores e alfaias agrícolas saíram do Pocição, Palmela, em manifestação para Setúbal, sexta-feira passada. Os agricultores desfilaram pela principal avenida da cidade, concentrando-se depois frente ao Governo Civil, para protestar contra a falta de apoios do governo aos produtores de tomate, profundamente afectados pelo vírus do bronzeamento.

A manifestação, com bandeiras negras, foi a maior das três já anteriormente feitas junto ao Governo Civil de Setúbal.

Após três anos consecutivos com graves prejuízos por cauda do vírus do bronzeamento do tomateiro (TSWV), os agricultores reclamam apoios. Concretamente 200 contos/hectare para continuação do combate e erradicação do vírus; 14 escudos por cada quilo de tomate perdido por causa do vírus; declaração de zona de calamidade; preço mínimo ao produtor do tomate industrial 20 escudos/quilo.



Agricultores manifestam-se frente ao Governo Civil de Setúbal

No caso de ser necessária a rotatividade de culturas, os agricultores exigem ainda a garantia dos rendimentos «ou que o governo disponibilize terras não infectadas».

Os produtores de tomate lembram que, já em 1997, os prejuízos dos produtores de tomate dos concelhos de Alcochete, Montijo e Palmela foram da ordem de 1 milhão de contos, os 200 contos/hectare atribuídos só para o combate e erradicação do vírus foi insuficiente e que em 1998 os agricultores foram novamente vítimas do vírus, sem que o governo atribuisse qualquer tipo de ajuda.

A situação repete-se este ano, com níveis idênticos a 1997, causando brutais prejuízos.

Herdado dos Machados

Rendeiros exigem cumprimento de promessas

Cerca de cinco dezenas de rendeiros da Herdade dos Machados, Concelho de Moura, deslocaram-se, segunda-feira, ao Governo Civil de Beja, para exigir do governo e do Ministério da Agricultura o cumprimento das promessas de venda da terra daquela herdade estatal aos rendeiros.

O problema arrasta-se desde a publicação da lei que define as condições concretas em que o Estado vende a terra expropriada

ao antigo proprietário, no âmbito do processo da Reforma Agrária. Os agricultores, a quem foram distribuídos, individualmente, lotes de terra com 33 hectares, reclamam a posse da terra, através da sua compra, tanto mais que o estatuto de rendeiros lhes impede o acesso aos apoios comunitários.

No documento dirigido ao ministro da Agricultura, os rendeiros lembram que «os últimos anos agrícolas têm sido catastrófi-

cos para a agricultura» e que «as explorações agrícolas na Herdade dos Machados precisam de ser modificadas e modernizadas, o que implica avultados investimentos e o recurso aos programas de apoio à agricultura».

Uma difícil situação a que se somam as pressões, quase diárias, dos ex-proprietários, «para com eles celebrarem contratos de arrendamento que lhes permitisse obterem a reversão das terras».

Neste quadro, os rendeiros da Herdade dos Machados requerem a definição de uma data para «a outorga dos contratos definitivos de transmissão do direito de propriedade das terras»; que não seja deferida a reversão da terra para os ex-proprietários; e ainda que as rendas pagas desde o início do processo de compra das terras sejam consideradas como pagamento parcial do seu preço.

Forças Armadas

Governo decidiu? Até que enfim!

No momento em que se escrevem estas linhas, não existem ainda elementos objectivos que permitam uma reflexão mais concreta sobre a proposta acordada em Conselho Superior Militar respeitante à situação nas Forças Armadas. Mas a falta desses dados não obstaculiza que alguns aspectos fundamentais possam ser aqui já referidos. O primeiro é para contrariar a abordagem, em jeito de relato de futebol, que alguns órgãos de comunicação social fizeram do problema - Quem ganhou? Quem perdeu?

Houve até quem fosse mais longe (DN, 10/7/99, na sua man-

chete «Militares perdem batalha»). Ao ler esta manchete, parecia sair dela calor, alegria e, até, o sentimento do dever cumprido.

Mas a verdade é outra e bem diferente. A verdade é que o Governo andava há um ano a adiar o assumir de um compromisso no que respeita a esta matéria. E preparava-se para, de novo, adiar esse compromisso atirando a adopção de medidas para o próximo Orçamento de Estado e, consequentemente, para o próximo ano.

Por outro lado, merece registo o facto de esta ter sido a decisão mais rápida tomada nesta Legislatura no

que respeita a assuntos ligados com as Forças Armadas.

A verdade é que o Governo teve de decidir e acordar agora aquilo que não pretendia. Podem-se discutir percentagens, coisa que nunca vimos, é bom que se diga, ser referido por parte das associações militares, mas isso não altera este dado fundamental.

Por fim, e como vários analistas civis e militares já tiveram oportunidade de referir, a questão remuneratória foi somente a causa próxima para o descontentamento. Quer isto dizer que esse mal-estar persiste e que importa iniciar a

adopção das medidas necessárias à resolução dos diversos bloqueamentos existentes. Para mais, no quadro em que as Forças Armadas, especialmente o Exército, terão quatro anos para criarem as condições que permitam aplicar as normas da nova Lei do Serviço Militar.

Para isso é necessário, antes de mais, criar o clima adequado. Um clima de franqueza, de diálogo com todos, sem intenções persecutórias ou punitivas, de decisão clara e objectiva.

Esperemos que assim seja. (Ver pág. 23.)

EUROPA

INTERNACIONAL



Estatística europeia confirma Portugal é campeão das desigualdades sociais

Um estudo sobre os níveis de qualidade de vida nos países da União Europeia, elaborado pelo Eurostat, mostra que Portugal continua com os piores índices em vários domínios.

Na área da educação, o Eurostat concluiu que as novas gerações de europeus têm hoje uma escolaridade mais elevada. Em 1997, 47% da população entre os 50 e 59 anos tinha completado pelo menos o ensino secundário. No entanto, entre os 25 a 29 anos, a percentagem sobe para os 69%.

Portugal, Grécia, Espanha e Itália continuam a ser os países com níveis mais baixos de instrução, apesar de nas últimas três décadas a proporção de jovens que finalizaram o ensino secundário ter subido para mais do dobro em relação às gerações anteriores.

Por outro lado, na União Europeia existem agora mais mulheres que homens com educação superior: na Dinamarca, França e Suécia mais de 120 mulheres por cada 100 homens, sendo que em Portugal esta relação é de 130 mulheres para cada 100 homens. Em contrapartida, na Alemanha, só 80 mulheres para cada 100 homens têm formação superior.

Trabalho precário em crescimento

O mesmo estudo mostra que o trabalho a tempo parcial tem vindo a aumentar em toda a Europa, passando de 14% em 1990 para 17%. Cerca de um terço das mulheres que trabalham está em regime *part-time*, contra apenas 6% dos homens. O trabalho feminino em *part-time* tem especial prevalência na Holanda (68%), no Reino Unido (45%) e na Suécia (41%). Em 1997, 20% dos trabalhadores em *part-time* declararam estar nessa situação por não conseguirem obter um emprego com horário completo. Esta percentagem, em 1997, era de apenas 10 por cento.

Em média, a semana de trabalho europeia atinge as 40 horas, mas o quadro é pior no Reino Unido, onde a média é de 44 horas. Na globalidade dos países da União Europeia, 9% trabalha 48 horas semanais, enquanto no Reino Unido esta carga horária abrange 23% dos trabalhadores.

Cerca de 18 milhões de trabalhadores europeus (14%) têm turnos nocturnos regular ou ocasionalmente. Mais de 15% trabalham por turnos e um em cada quadro trabalha aos domingos.

Mesmo tendo em conta as diferentes características do emprego feminino e masculino, as remunerações das mulheres nunca excedem os 90 por cento das auferidas pelos homens em qualquer Estado membro. Esta percentagem varia entre os 70% na Grécia e os 90% na Suécia.

Abaixo do limiar da pobreza

Os 20% mais pobres da União Europeia recebem apenas 8% do total dos rendimentos,

enquanto os 20 por cento mais ricos embolsam cerca de 40 por cento, ou seja cinco vezes mais. Portugal é o País da União Europeia que apresenta maiores desigualdades na distribuição do rendimento nacional. Concretamente, entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres, a diferença é de 7,2 vezes. Os países em que este fosso é menor são a Finlândia (3.1) e a Dinamarca (3.2).

Os dados mais recentes revelam que 18% da população da União Europeia está abaixo do limiar da pobreza, ou seja, auferem um rendimento inferior a 60% do salário médio nacional. A pobreza atinge os valores mais preocupantes na Grécia, Irlanda, Portugal e Reino Unido, atingindo entre 21 e 24% das populações respectivas. Na Dinamarca, Holanda e Finlândia a pobreza afecta entre 9 a 11% da população.

Na UE, 30% das famílias declaram que não têm rendimentos suficientes para gozarem uma semana de férias fora de casa. Contudo, em países como Portugal, Grécia e Espanha mais de metade das famílias está nesta situação, sendo que mais uma vez são os portugueses que ocupam o topo da tabela, com 60% das famílias a ficarem em casa nas férias.

Condições de habitação

O número de famílias europeias que vive em moradias é marginalmente maior (53%) do que aquele que vive em apartamentos, variando a percentagem entre os 32% na Itália até os 94% na Irlanda. A média de quartos por pessoa é de 1,9 contra 1,6 no início dos anos 80.

A maioria do cidadãos possui as comodidades básicas nas suas casas, mas em Portugal uma parte significativa da população continua sem banheira ou duche, casa de banho interior ou água quente corrente.

Grécia, Itália e Portugal são os países com menor número de quartos por pessoa. Em média na UE, 10 por cento das famílias vivem em habitações sobrelotadas, ou seja, com mais de uma pessoa por quarto. Vivem nestas condições 20% das famílias portuguesas.

Portugal também aparece à frente das estatísticas no número de mortos em acidentes de viação por cada milhão de habitantes, com 275, seguido da Grécia, com 227. Os países onde se morre menos nas estradas são a Suécia (61), Reino Unido (64), Holanda (76) e Finlândia.

Irão Estudantes exigem abertura

As manifestações dos estudantes iniciaram-se na quinta-feira à noite e desde logo foram marcadas por violentos confrontos. O Irão está agora sob grande tensão. O chefe da polícia de Teerão foi já demitido, mas os estudantes não se mostram satisfeitos.

a demissão do responsável máximo da polícia iraniana e querem que todas as forças de ordem pública, incluindo os Guardas da Revolução, sejam postos sob o controlo do Ministério do Interior.

Milhares de estudantes reformistas protagonizam os maiores protestos populares desde a Revolução Islâmica de 1979. As manifestações dos universitários de Teerão já se alargaram às cidades de Mashad, Isfahan e Tabriz, num coro de protestos contra o encerramento do jornal reformista «Salam» e a favor da liberdade de expressão.

Na sequência das manifestações, milhares de estudantes envolveram-se em confrontos violentos com a polícia antidistúrbio, grupos de civis armados e os Guardas da Revolução. De acordo com a imprensa progressista, cinco pessoas morreram e dezenas ficaram feridas.

«Atacaram-nos como loucos. Em plena noite, a polícia rebentou com as portas das residências universitárias e lançou para o seu

Ofensiva conservadora

O «Salam» foi encerrado indefinidamente por ordem do Tribunal Especial do Clero na quinta-feira, depois de publicar um documento, de um alto responsável dos serviços de espionagem - qualificado como ultra-secreto - em que se defendia um projecto de lei que agrava as penas contra os jornais e os jornalistas, os submete à rígida jurisdição dos tribunais revolucionários e que restringe o seu contacto com grupos «contra-revolucionários» por razões de «segurança nacional».

Esta lei está a ser discutida pelo Parlamento e, a ser aprovada, constitui um importante passo na ofensiva dos conservadores contra os liberais, contra a imprensa que os apoia e contra o próprio Presidente Mohamed Khatami.



Cinco mortos e dezenas de feridos é o balanço da repressão policial contra os estudantes

interior granadas lacrimogéneas», contou um estudante aos jornalistas.

O conservador Ahmed Khanati, chefe do Conselho Constitucional, acusa os Estados Unidos de serem os responsáveis pelos incidentes por «corromperem a juventude». Justificando os ataques contra os estudantes, Khanati afirmou que «a liberdade de expressão e de escrita existe, mas não a liberdade para conspirar».

O reitor da Universidade de Teerão e o ministro do Ensino Superior, Mostafa Moín, pediram demissão. O Presidente Mohamed Khatami não aceitou o pedido deste último, que nesse dia, numa carta dirigida ao presidente do Governo, defendeu que os confrontos são fruto de uma provocação minuciosamente preparada, que tem como objectivo «sabotar o processo da política de desenvolvimento e minar o sistema da República Islâmica».

O ministro do Interior, o progressista Abdolvahed Musavi Lari, reconheceu no sábado que os polícias reprimiram os estudantes sem a sua autorização. A tensão cresce de tal maneira que o conservador Ali Khamenei se viu obrigado a desautorizar os seus seguidores e a considerá-los «irresponsáveis» e a declarar que os seus actos «feriram o coração do guia e dos dirigentes do país».

No domingo, o Conselho de Segurança anunciou a destituição do responsável pela polícia de Teerão e de um dos seus adjuntos e ordenou a libertação dos estudantes detidos. Contudo, os manifestantes não se mostram satisfeitos: exigem

Nos últimos seis meses, outros três grandes jornais foram encerrados e três chefes de Redacção presos, incluindo o director da agência estatal de notícias, acusados de «lesar os interesses nacionais» e de se terem transformado numa «das portas da invasão cultural». Em resposta, os jornais reformistas publicaram uma declaração que denuncia os ataques dos conservadores à liberdade de expressão.

Desde que foi eleito, Khatami introduziu várias reformas do Irão, nomeadamente no campo das liberdades e no realçamento do papel da sociedade civil. Algumas medidas foram já implantadas como a restrição das normas de censura e o aumento dos tipos de manifestações culturais. Ao longo dos quase dois anos que está no poder, Khatami não deixou de insistir no respeito das leis face à sua habitual interpretação arbitrária.

Recentemente, numa iniciativa com os responsáveis pelo poder judicial, o presidente iraniano referiu-se à necessidade de liberalizar o país, afirmando que «um Estado forte é um Estado onde se respeitam as liberdades legítimas, não um Estado onde se procura reduzir essas liberdades».

Os analistas políticos consideram que estes novos acontecimentos estão a empurrar o Presidente Khatami contra a parede, vendo-se agora confrontado, por um lado, com aqueles que o apoiaram nas urnas e que aspiram a mais largas reformas e, por outro, com o clero conservador. Para continuar a ser apoiado pela população, Khatami terá de sustentar abertamente os manifestantes e criticar o sistema.

Cimeira da OUA

A 35.ª cimeira da Organização da Unidade Africana (OUA), realizada em Argel de 12 a 14 do corrente mês, contou com a participação recorde de 43 chefes de Estado e de Governo, para além de mais de dois mil convidados. Em debate estiveram questões como a segurança colectiva, os conflitos no continente, os desafios da globalização e a Comunidade Económica Africana (CEA), e a situação dos direitos humanos em África. A cimeira assinalou o regresso formal da Líbia à Organização após uma década de isolamento internacional ditado pelos Estados Unidos devido ao alegado apoio líbio a actividades terroristas. A cimeira extraordinária da OUA para revisão da respectiva Carta, prevista de 6 a 9 de Setembro próximo, deverá decorrer na Líbia.

A importância das cooperativas

O movimento cooperativo é a segunda fonte de emprego em muitos países, sendo superada apenas pelos governos, revelou há dias o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, numa mensagem por ocasião do Dia Internacional das Cooperativas. Apontando a data como «uma boa oportunidade para reconhecer o impacto e dimensão do movimento cooperativo em todo o mundo», Annan lembrou que «em muitos países, as cooperativas desempenham um papel primordial na produção e comercialização de alimentos, electricidade e bens de consumo, bem como na economia, seguros e serviços sociais». «As cooperativas são a chave do esforço para conseguir o emprego pleno e produtivo, a erradicação da pobreza, a integração social e o progresso da mulher», disse Annan, sublinhando que «há muitas lições a aprender com a história do movimento cooperativo no mundo inteiro».

Britânicos contra o euro

Uma maioria crescente de britânicos é contra a substituição da libra esterlina pelo euro (moeda única europeia), revela uma sondagem publicada recentemente pelo jornal Daily Telegraph. A sondagem mostra que 66 por cento das pessoas interrogadas - contra 60 por cento em Dezembro último - querem manter a libra esterlina e que o Partido Trabalhista perderia um eventual referendo sobre a introdução do euro no país. Somente 30 por cento das pessoas votariam a favor da entrada na zona euro. O primeiro-ministro britânico, Tony Blair, afirmou que o seu governo não pensa organizar nenhum referendo sobre a matéria antes das eleições gerais de 2001.

Israel

Barak inicia contactos pela paz

Mal tomou posse, o recém-eleito primeiro-ministro de Israel iniciou um périplo de contactos internacionais com vista ao relançamento do processo de paz do Médio Oriente. Egipto, Jordânia e Estados Unidos foram os países escolhidos por Ehud Barak, que se reuniu também com Yasser Arafat.

Ehud Barak, o novo primeiro-ministro israelita, comprometeu-se a aplicar os acordos de Wye Plantation e assegurou que não irá autorizar a construção de novos colonatos judeus, no seu primeiro encontro com o presidente da Auto-

ridade Palestiniana, no domingo.

«Estamos decididos a aplicar os acordos de Wye (Plantation), assim como todos os acordos alcançados», afirmou Barak, deixando subentendido que a sua concretização se rea-

lizaria ao mesmo tempo que as negociações finais sobre as fronteiras definitivas, o estatuto de Jerusalém e a situação dos refugiados palestinianos.

Recorde-se que o Acordo de Wye Plantation foi assinado em Outubro de 1998 por Yasser Arafat e Benjamin Netanyahu (o então primeiro-ministro de Israel), mas foi sucessivamente violado por Telavive.

O documento previa a retirada das tropas israelitas de 13 por cento do território ocupado da Cisjordânia, a suspensão da construção de novos colonatos e a libertação dos presos palestinianos, bem como medidas no sentido de permitir a utilização do aeroporto de Gaza, a construção de um porto e o estabelecimento de um corredor seguro entre os territórios palestinianos autónomos.

Quanto aos colonatos, Ehud Barak declarou que no futuro «não se construirão novos colonatos, mas não se desmantelarão os já existentes». Yasser Arafat tem uma opinião diferente: «As actividades de colonização são ilegais e destrutivas para o processo de paz. Para a salvação da paz, peço ao Governo israelita que detenha imediatamente a colonização.»

Índia e Paquistão acordam retirada de islamitas

A paz está mais perto de Caxemira, da Índia e do Paquistão. No domingo, Nova Deli e Islamabad chegaram a acordo para o fim da infiltração de grupos islamitas na parte indiana de Caxemira, que prevê a retirada por zonas e deve estar concluído até amanhã.

«Acordaram as modalidades de redução da actividade, incluindo o fim das operações por ar e por terra para facilitar a retirada dos *muyahidin*», explicou o ministro dos Negócios Estrangeiros paquistanês, Sartaj Aziz, referindo-se ao acordo alcançado pelos responsáveis pelas operações militares de ambos os países.

Na segunda-feira, um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros indiano adiantou que os islamitas devem-se retirar até amanhã. «Qualquer paquistanês infiltrado encontrado (em Caxemira) após essa data-limite será considerado hostil e tratado em consequência», acrescentou.

A Índia não considera que o acordo alcançado seja um cessar-fogo. «Não existe cessar-

fogo ou fim das hostilidades, excepto na utilização de ataques aéreos e de algumas armas no solo», assinalou o Governo indiano num comunicado.

«A operação Vijav continua. Não se trata, de momento, de retirar as nossas forças do sector de Kargil ou de outro local», afirmou Nova Deli, explicando que, contudo, «estamos prontos para qualquer alteração no terreno». A Força Aérea precisou que as missões de reconhecimento continuarão a ser efectuadas, mas previamente anunciadas ao Paquistão através de meios diplomáticos.

Islamabad parece disposta a prosseguir com os esforços de paz. No mesmo dia, o primeiro-ministro paquistanês lançou um apelo às autoridades de Nova Deli para que o diferendo seja rapidamente resolvido, pedido à comunidade internacional para ajudar a resolver a questão que os divide. «Salvemos os nossos povos dos perigos da guerra e demos-lhes a paz e a segurança», declarou Nawaz Sharif.



O conflito de Caxemira aproxima-se do fim



Apesar dos protestos dos palestinianos, Barak não abre mão dos colonatos judeus

Acordos de paz assinados na Serra Leoa e no Congo

A Serra Leoa está novamente em paz. Na quinta-feira, o Presidente Ahmad Tejan Kabbah e o líder da guerrilha da Frente Revolucionária Unidas, Foday Sankoh, puseram fim a nove anos de guerra civil ao assinarem um acordo em Lomé, numa cerimónia a que assistiram os presidentes do Togo, da Libéria, da Nigéria e do Burkina-Faso.

O documento prevê a amnistia geral para os rebeldes e a entrada dos guerrilheiros no Governo, com quatro ministros e quatro vice-ministros. Sankoh ficará com a vice-presidência e supervisionará o sector mineiro e a reconstrução do país.

O secretário-geral das Nações Unidas, de visita à Serra Leoa, sublinhou que «o desarmamento é um elemento crucial e essencial do acordo de paz». «As tropas e as milícias devem ser desarmadas. Trabalharemos com todas as partes envolvidas para assegurar que sejam rapidamente desarmadas», afirmou Kofi Annan.

Este é o segundo acordo de paz assinado pelas duas partes em confronto na Serra Leoa. O acordo de 1996 foi violado tanto pelos rebeldes como pelo Governo e o Presidente

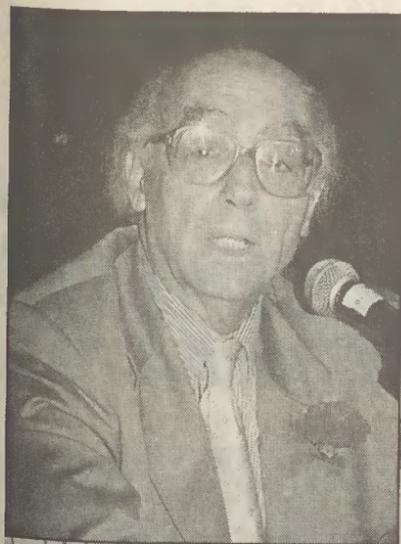
viu-se obrigado a abandonar o país depois de um golpe de Estado. O poder foi recuperado por Kabbah com a ajuda de um contingente militar da Nigéria.

Também a República Democrática do Congo assinou, no sábado, um acordo para o «fim das hostilidades» com o Uganda, Ruanda, Zimbábue, Angola e Zâmbia. O documento não foi, contudo, rubricado pelos rebeldes congolezes devido a «problemas internos».

Óleo de palmeira em vez de gasolina

Os rebeldes da Serra Leoa inventaram um novo combustível: óleo de sementes de palmeira. De acordo com a agência missionária católica Misna, citada pela Lusa, a falta de gasolina e de gasóleo levou os serra-leoneses a lançar mão de produtos existentes na região, revelando grande criatividade.

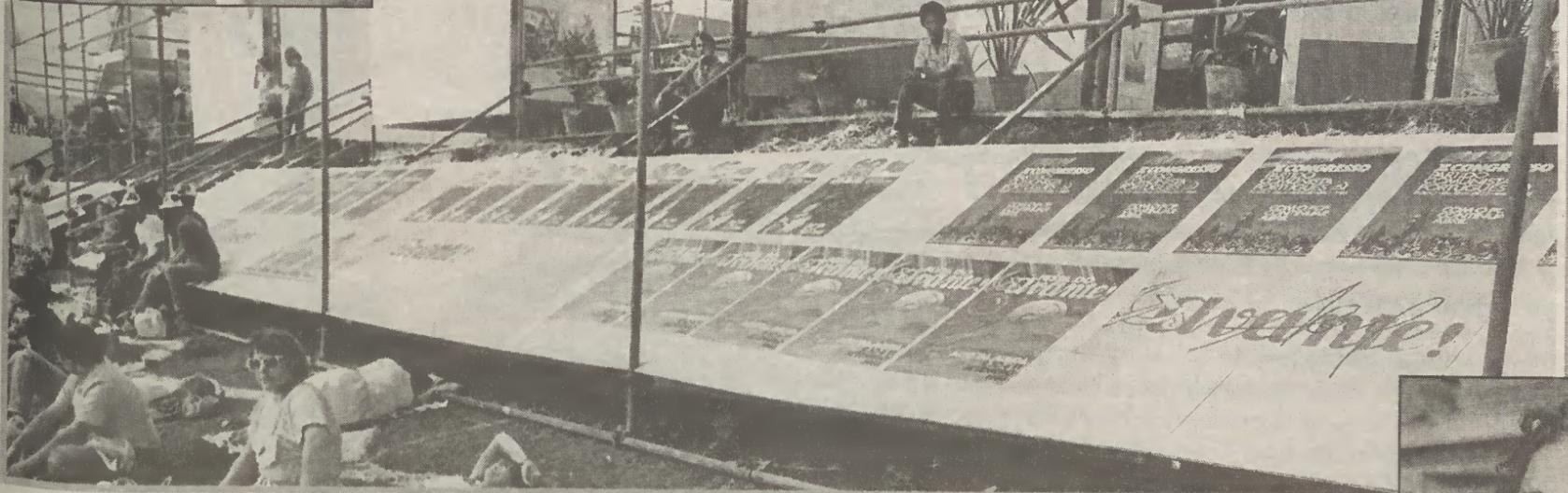
«O óleo de sementes de palmeira, de que se obtém inclusivamente sabão, transforma-se em combustível após ser cozido e filtrado. Após este processo adquire uma cor negra e uma consistência muito densa que se assemelha consideravelmente ao gasóleo», explica a agência Misna. A matéria-prima para o fabrico deste insólito carburante, que poderá vir a revolucionar o mercado, é fornecida pela população das zonas sob o controlo dos rebeldes, como «uma espécie de imposto, calculado segundo o tamanho do centro habitado».



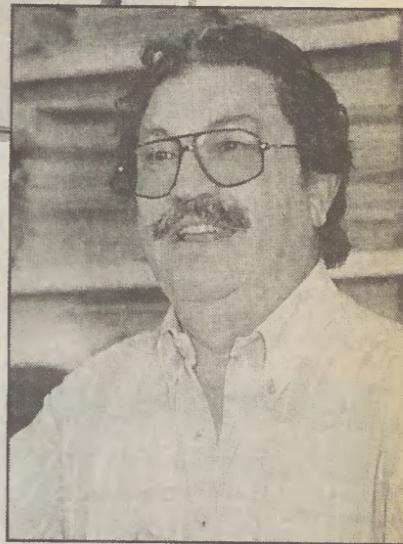
da festa!

AMORA-SEIXAL

3, 4 e 5 SETEMBRO



O Prémio Nobel da Literatura, José Saramago, tem encontro marcado com os visitantes da Festa, sábado à tarde no Fórum. Eduardo Gageiro é homenageado na sexta-feira com um Porto de Honra no Café da Amizade



Espaço Central

Das artes à actualidade política, passando pela evocação dos 25 anos do 25 de

Abril, o visitante encontra no Espaço Central um conjunto diversificado de propostas de grande interesse.

As exposições, os debates, a actualidade

O Espaço Central da Festa do Avante! vai situar-se próximo da entrada da Quinta da Princesa, onde no ano passado estavam instaladas as organizações do Partido no Alentejo, formando uma vasta área de 2700 metros quadrados com diversas exposições.

Entre elas, destacamos as 25 fotografias de Eduardo Gageiro (ver entrevista nas páginas seguintes), fotógrafo que será homenageado na sexta-feira, no Café da Amizade pelas 19.30 horas. A mostra inclui imagens em grande formato (1,50 mx1,00 m) do 25 de Abril de 1974, bem como dos principais momentos do período revolucionário.

Também a não perder é a exposição de cartazes da Revolução, que reúne uma centena de exemplares que encheram as ruas entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Abril de 1976, muitos dos quais concebidos por artistas de renome como é o caso de Vieira da Silva.

O projecto intercala os cartazes com extractos do poema de Ary dos Santos, «As Portas que Abril Abriu» e utiliza vários monitores de vídeo, onde será possível visualizar um filme com imagens da época, acompanhadas das canções da Revolução que se ouvirão no recinto como música de fundo.

Ao lado fica o espaço da Imprensa do Partido, onde estará patente uma selecção de 100 primeiras páginas do Avante! e de O Militante, publicadas nos últimos 25 anos.

À semelhança dos anos anteriores, a banca de O Militante funcionará durante os três dias da Festa e é o local ideal para o visitante obter esclarecimentos sobre o PCP, podendo ali mesmo preencher a sua ficha de inscrição no Partido, comprar o jornal Avante! e a revista O Militante, assim como outros materiais.

Em funcionamento estará ainda o prelo, no qual se imprimia clandestinamente o Órgão Central do PCP, durante o tempo da

repressão fascista. Todo o processo de construção e funcionamento do prelo poderá ser compreendido através de painéis explicativos.

Especial importância é dada à exposição política, dedicada à análise que os comunistas fazem da presente legislatura e ao balanço da actividade do PCP, em particular do seu Grupo Parlamentar. Para além dos projectos apresentadas, os que foram aprovados e se transformaram

em leis por iniciativa dos comunistas, bem como as propostas do Partido para a próxima legislatura, vão estar expostas as listas de candidatos da CDU em todos os círculos eleitorais do País.

O Pavilhão Central conta igualmente com dois espaços de discussão - o Fórum e «À Conversa Com...» - onde se realiza uma série de colóquios e debates com deputados do PCP na Assembleia da República. A prestação de contas e a análise dos quatro

anos de governação PS serão os principais temas em foco.

Sábado à tarde, o Fórum (recinto com 250 lugares sentados) recebe José Saramago, o escritor laureado com Nobel da Literatura, para um encontro com os visitantes da Festa.

Os cibernautas experimentados ou simplesmente os visitantes que desejem conhecer o mundo da informática devem procurar a Sala da Internet, que está equipada com vários computadores ligados à rede, onde podem consultar a página virtual do PCP e «viajar» por outros sites. O acesso é livre e gratuito. As primeiras imagens da Festa serão aqui digitalizadas e disponibilizadas na Net.

De referir por último que a Banca Central terá à venda materiais exclusivos, como t-shirts e pólos com motivos e design irreverentes. Para despertar a curiosidade revelamos que estará disponível uma t-shirt vermelha decorada com uma foice e um martelo com cerca de meio metro.



Exposição de Eduardo Gageiro

Ver o 25 de Abril através da câmara

Eduardo Gageiro é fotógrafo há 46 anos. No seu percurso contam-se inúmeros prémios nacionais e internacionais, trabalhos publicados na imprensa e em livro, exposições individuais e colectivas nos quatro cantos do mundo.

Prepara-se para publicar «Olhares», obra que considera a sua «autobiografia fotográfica» e onde se incluem trabalhos de fotojornalismo e retratos de José Cardoso Pires, José Régio, Ionesco, Rubeinstein e Orson Wells, entre outros.

Na Festa do Avante! deste ano apresenta uma exposição de 25 fotografias do 25 de Abril. Em entrevista, fala dos anos da Revolução e da arte que abraçou: a fotografia.

Avante!- As fotos escolhidas para a exposição podem ser vistas como símbolos do 25 de Abril?

Eduardo Gageiro - Acho que sim, especialmente uma que considero mais significativa, que foi precisamente na altura em que a Revolução, de certo modo, foi ganha. A cena passa-se no Terreiro do Paço, os tanques da Cavalaria 7 acabavam de aderir ao movimento e o Salgueiro Maia vem a morder o lábio - numa entrevista posterior ele conta que era para não chorar. Para mim este foi o momento culminante, porque inclusivamente minutos antes eles tiveram de convencer o major Pato Anselmo a render-se. Eu segui de perto os acontecimentos; aliás, tive a sorte de ser o único fotógrafo que lá estava. Quando avanço atrás do grupo de Salgueiro Maia para o major se render, este viu-me com a máquina fotográfica, chamou-me pelo nome - eu nem sabia que ele me conhecia - e disse: «Gageiro, se me tiras a fotografia, eu mato-te!». Eu tirei a fotografia e ele não me matou... Depois ele acabou por se render. Antes passou-se também uma cena interessante. O Pato Anselmo deu ordem de fogo duas vezes. Eu estava do lado de cá, do lado das chaimites, que eram uma coisinha mínima. Os outros tanques eram enormes e se disparassem para o Terreiro do Paço aquilo ficava feito num oito.

Depois acompanhou todo o movimento?

Sim, acompanhei até às tantas da noite. Aliás, tenho uma fotografia de um pido que tentou fugir e foi apanhado pela tropa. Ele está com as calças para baixo, porque pensavam que ele tinha uma arma escondida nas cuecas.

O 25 de Abril foi a concretização de um sonho que eu supunha quase irrealizável. Nesses dias andei sempre de um lado para o outro, a viver intensamente todos os momentos.

Como foi fotografar os anos da Revolução?

Houve momentos altos, momentos baixos, momentos conflituosos, momentos difíceis... Evidentemente isso foi complicado. Começou a haver muitos partidos novos e as pessoas começaram a desmembrar-se. Mesmo a nível de relações de amizade, as coisas deterioraram-se um bocadinho, muitas vezes só porque um foi para o partido x e outro para o partido y. Mas, felizmente, a situação normalizou-se e essas amizades foram recuperadas.

O que representou para si ver de perto momentos históricos e até participar neles? O facto de ser fotógrafo permitiu-lhe isso.

Acho que fui um privilegiado.

Eu costumava dizer em jeito de brincadeira: «No ano 2000 ainda vamos ter de gramar com uma ditadura. Isto não pode ser!»

Eu viajava muito e ficava muito contente quando via países democráticos, onde as pessoas eram livres e podiam falar abertamente. Quando vinha do estrangeiro ficava profundamente afectado, porque começava a contar coisas que tinha visto e os amigos que estavam comigo alertavam-me: «Toma cuidado que aquele é da Pide!» Uma pessoa não podia sequer manifestar as suas opiniões!

Sempre fui um homem com um grande espírito de liberdade, procurei fotografar aquilo que me parecia mal - aliás, estive um pequeno período preso - e sentia-me profundamente vigiado. Eu colaborava com a *Associated Press* e mandei muitas fotografias de manifestações, mas clandestinamente. A AP nunca disse que eram minhas, mas a Pide desconfiava, só que não tinha provas. Eu sentia-me pressionado, mesmo a nível de emprego. Na altura trabalhava no «Seculo» e até na secção fotográfica havia informadores.

Hoje é mais fácil começar a fotografar?

É muito mais fácil. Antigamente havia meia dúzia de fotógrafos - a maioria muito má - que trocavam trabalhos entre si e não deixavam ninguém entrar no circuito. Eu estava no «Diário Ilustrado» e trabalhavam lá dois fotógrafos que também estavam no «Diário da Manhã». As minhas melhores

O fotógrafo

Nasceu em Sacavém, em 1935. Empregado de escritório na Fábrica de Loíça de Sacavém de 1947 a 1957, Eduardo Gageiro conviveu diariamente com pintores, escultores e operários fabris, que o influenciaram na sua decisão de fazer fotojornalismo.

Com 12 anos, publicou no Diário de Notícias, com honras de primeira página, a sua primeira fotografia. Começou a sua actividade de repórter fotográfico no «Diário Ilustrado» em 1957. Trabalhou nas principais publicações portuguesas e na Presidência da República.

Tem trabalhos reproduzidos em álbuns e outras publicações no Brasil, URSS, Alemanha, Holanda, Áustria, EUA, Jugoslávia, Inglaterra, Espanha e Finlândia. Conquistou mais de 300 prémios, entre eles 96 grandes prémios e medalhas de ouro nos principais concursos mundiais.

Expôs individualmente na Argentina, Brasil, Jugoslávia, URSS, RDA, Finlândia, EUA, Áustria, Hungria e Alemanha. Fotografias suas encontram-se em exposições nos museus de Seattle (EUA), Teixeira Lopes (Portugal), Agfa-Gevaert (Bélgica), Traun (Jugoslávia) e Helsínquia (Finlândia). Participou em mais de 300 exposições colectivas nos cinco continentes.

É membro de honra do Fotokluba Riga (ex-URSS), Fotoclube Natron (ex-Jugoslávia) e Osterreichische Fur Photographie, O.G.Ph Viena (Áustria). É Gold Year de Honra (Novi Sad, Jugoslávia) e Excellence F.I.A.P. (Fédération Internationale de l'Art Photographique - Berna, Suíça).

Foi considerado um dos 10 fotógrafos mundiais pelo Innsbrucker Fotoschau (Áustria) e incluído no Top Ten European Photographers - East and West.



1.º de Maio de 1974

Eduardo Gageiro fala da foto que publicamos: «Esta fotografia foi feita à entrada do Estádio 1.º de Maio. As pessoas estavam a acreditar que havia liberdade. Algumas ainda estavam com ar tímido, talvez ainda não estivessem a crer que era verdade. Antes disso era impossível as pessoas virem para a rua tocar! Há soldados, pessoas com bombos, gente do povo, do mais simples que existe. Houve uma mistura fantástica de pessoas. «No primeiro 1.º de Maio foi a grande festa. Não me lembro de ver tanta gente junta a chorar de alegria. Inclusivamente a mim vinham-me as lágrimas aos olhos por ver o que estava a acontecer, uma coisa quase irreal. A seguir ao 25 de Abril foi o melhor dia da minha vida, porque senti que as pessoas eram felizes, sentiam-se bem, podiam manifestar-se e agir.»



fotografias de desporto eram publicadas no «Diário de Notícias» assinadas por um dos meus chefes.

Era difícil entrar num jornal. Em 1956, tentei de todas as maneiras, mas não conseguí. Eu preferia o «Diário Ilustrado», porque era uma publicação dirigida pelo Miguel Urbano Rodrigues que publicava muitas imagens. Por fim, lá consegui entrar para o laboratório, para fotógrafo nem pensar!

Ao fim da tarde, os outros fotógrafos tinham de sair porque trabalhavam para o «Diário da Manhã». Então, os redactores começaram a pedir ao «puto» do laboratório que fizesse alguns trabalhos. Foi assim que comecei a fazer entrevistas. Passado algum tempo os redactores exigiam que fosse eu a fotografar, o que foi muito gratificante. A partir de uma certa altura fui para a Redacção, mas marcavam-me os piores serviços, aqueles em que não dá para brilhar.

Os meus melhores amigos sempre foram os redactores, porque até determinada altura os fotógrafos odiavam-me e quanto piores fossem menos gostavam de mim.

Quando eu ganhava prémios internacionais, diziam: «Aquilo não vale nada. Aquilo é tudo amadores.» Mas depois comecei a ganhar prémios na *Word Press Foto* e a publicar livros e eles tinham menos argumentos.

A fotografia pode dar uma outra visão do mundo?

Depende muito dos olhos do fotógrafo, do saber olhar. Há locais onde estão 20 fotógrafos e não há praticamente nenhuma fotografia igual. A fotografia capta em fracções de segundo coisas que já não se repetem.

É por isso que eu não sou grande apreciador da fotografia conceptual. Gosto muito do instantâneo e do fotojornalismo. Julgo eu que há determinados fotógrafos que fugiam para a fotografia conceptual porque não conseguiam fazer a outra. Por outro lado, os galeristas boicotam todas as outras exposições.

Desde que a exposição da *Word Press Foto* passou a incluir Portugal no seu circuito talvez a situação se tenha modificado.

Sim, teve uma grande influência para

as pessoas verem que existe outra linguagem. Embora a *Word Press Foto* nos últimos anos mostre muita violência. O mundo está cheio de violência, mas deviam ser mais moderados, acho que exageram. Aquilo depois torna-se cansativo. Há outro tipo de fotografia, mas a fotografia de reportagem é muito violenta.

Possivelmente, a selecção procura alerta para essas situações.

Sim, mas é muito repetitivo. As coisas podem ser mostradas de uma forma dramática, sem entrar no sangue.

Que expectativas tem para a edição deste ano da Festa?

Vai ser uma festa à Festa do *Avante!*. A Festa tem melhorado de ano para ano e é uma iniciativa sempre alicante pela diversidade de propostas apresentadas. Aliás, tenho imensos amigos que não têm nada a ver com o PCP e que são visitas assíduas da Festa.

O que é que significa para si expor num local visitado por milhares de pessoas?

Fiquei profundamente sensibilizado quando me convidaram. Acho que foi uma forma de reconhecer o meu trabalho. Expor na Festa tem um valor incalculável. É a maneira de uma pessoa se expor a milhares de pessoas. Acho que vai ficar na minha memória para sempre.

Festa
1999
Avante!

A FESTA

Cidade Internacional Culturas diferentes causas e lutas comuns

A presença de dezenas de partidos e movimentos progressistas dos cinco continentes constitui um dos grandes atractivos da Festa do Avante!. É uma oportunidade rara para contactar com culturas, artesanatos, gastronomias exóticas, cheiros e sons característicos.

A Cidade Internacional volta a ser, por excelência na Festa, o lugar da solidariedade para com a luta dos povos pela paz, contra a exploração, por um mundo mais justo. Desta vez, o visitante vai encontrá-la logo junto à entrada da Quinta da Princesa, onde as condições no terreno permitem que as estruturas surjam mais dispersas no terreno, podendo beneficiar da sombra fresca das grandes árvores existentes na zona.

Aqui, como sempre, o ambiente é acolhedor e animado, quer seja nos restaurantes,

bares e stands, quer seja no auditório onde, para além de debates sobre temas candentes com a participação de delegados estrangeiros, dirigentes do PCP, e especialistas nas temáticas internacionais, terão lugar espectáculos com grupos que nos trazem o colorido de «outras músicas».

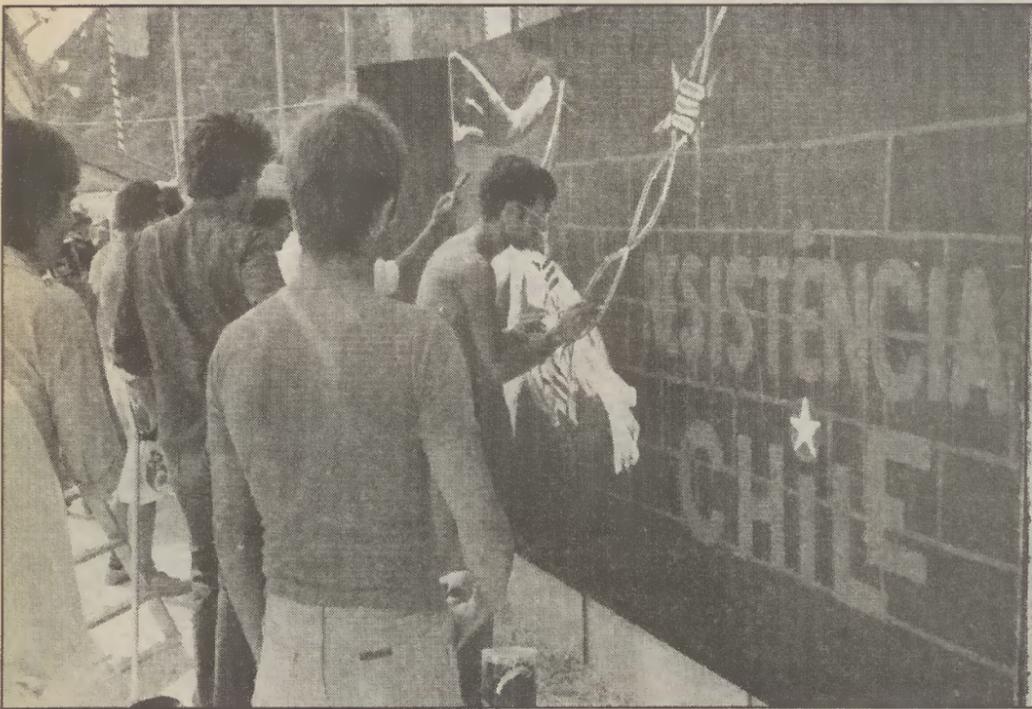
Nos debates deste ano assumem particular relevo as questões da guerra e da luta

pela paz, assunto que de resto estará presente sob diversas formas na Espaço Internacional. A guerra na Jugoslávia, a agressão da Nato e os media; a Nato e as despesas sociais; a guerra na Jugoslávia e a nova ordem internacional, são temas em foco nas sessões programadas para os três dias da Festa. Prevista está igualmente uma iniciativa de solidariedade com o povo de Timor-Leste, cujo futuro está agora dependente da realização de referendo e do respectivo contexto.

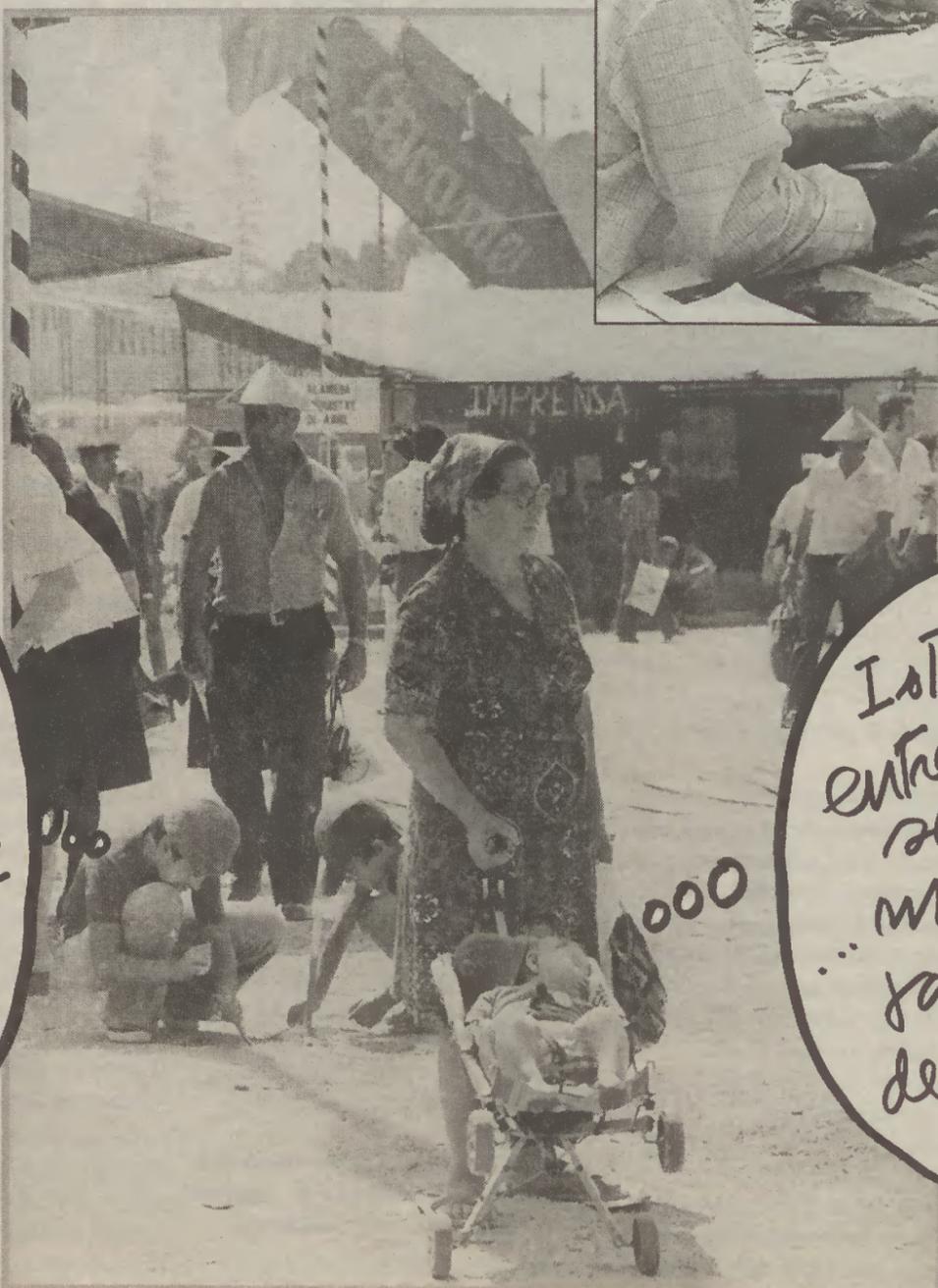
Neste momento, a cerca de mês e meio da abertura da Festa ao público, estão confirmadas as presenças de várias delegações estrangeiras, designadamente do Partido do Socialismo Democrático (PDS) e o Partido Comu-

nista Alemão; do PAICV, Cabo Verde; do Partido Comunista da China; das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, (FARC); do Partido dos Trabalhadores da Coreia; do Partido Comunista de Cuba, do Partido Comunista de Espanha, dos Comunistas da Catalunha, do Bloco Nacionalista Galego; do Partido Comunista Libanês; da Organização de Libertação da Palestina (OLP); do Partido Comunista Peruano; da Frente Polisário.

Deste grupo, estão assegurados bares e restaurantes de Cuba, China, Cabo Verde, Espanha, Catalunha e Palestina. O Espaço Internacional conta ainda com os pavilhões da Paz e da Solidariedade, da Associação Portugal-Cuba e da Associação Yuri Gagarin.



As lutas libertadoras dos povos do Planeta sempre tiveram lugar de destaque na Festa do Avante! (fotos de arquivo da Festa de 1986, em cima,



Por enquanto é a brincar... mas em 1999 já vou ajudar a construir a Festa (*)

Isto é um sonho! entrei na Festa sem EP... mas em 1999 já terei de pagar (*)

* Jornadas de trabalho todos os fins-de-semana na Quinta da Atalaia

* Com desconto, a EP custa agora apenas 2100 escudos. Nos dias da Festa o preço é de 2800 escudos. Compra já e ajuda a Festa! (Foto da Festa de 1977)

As reformas por fazer

■ LUÍS SÁ

Membro da Comissão Política

O GOVERNO apresenta-se neste final da legislatura frequentemente com programas e planos que ninguém conheceu ao longo de quatro anos. Frequentemente surgem mesmo planos ou programas como publicidade paga, ou elaborada e distribuída à custa dos contribuintes. Há também os «balanços». Sempre com a preocupação de mostrar algum trabalho feito, mas sobretudo que tem afinal ideias sobre o trabalho que há para fazer.

Tudo isto, porém, choca com uma realidade indesmentível: a de que tantas supostas ideias, programas, planos, já podiam ter sido executados ao longo de quatro anos quase completos.

É por isso que dá jeito aos actuais candidatos e futuros membros do Governo inculcar a ideia de que as supostas reformas de fundo, as que seriam verdadeiramente importantes, ficaram por fazer por outra razão: o PS em 1995 ficou a quatro deputados de obter a maioria absoluta.

A verdade é que ninguém é capaz de, com um mínimo de seriedade, indicar uma só iniciativa legislativa ou de outra natureza que o PS não tenha tomado por não ter maioria absoluta. E muito menos pode indicar uma reforma favorável ao regime democrático, aos trabalhadores, aos jovens, aos reformados, ou aos mais desfavorecidos que o PS, o seu grupo parlamentar ou o seu governo, tenham proposto e que não tenha sido viabilizada por falta de uma maioria absoluta.

Mas é possível indicar dezenas de reformas que foram executadas por essa maioria absoluta não existir. Ou então, projectos antipopulares que foram travados pela luta e por não existir uma maioria absoluta que, como um rolo compressor, impusesse o que a cada momento mais lhe convém.

O PS de resto pode agora propor, «programar» ou planear agora tudo o que antes não fez. Mas obedece sempre a um pressuposto: é preciso que as ideias não o sejam. A preocupação essencial é obter votos. Para isso, nesta concepção convém que se ganhem em muitos casos não só as opiniões favoráveis a cada opinião, mas também as contrárias. É essa aliás a lógica do sonho da bipolarização: que o eleitorado «central» tido por determinante seja disputado por dois únicos partidos relevantes, cada vez mais parecidos nas questões essenciais, que nada de importante seja posto em causa e que as ideias contem cada vez menos — ou mesmo nada.

Simultaneamente, importa que cada um desses partidos abrigue no seu seio defensores de opiniões contraditórias, mas que nada neles pese, em geral, de verdadeiramente transformador ou no sentido democrático e progressista. São os «catch-all-parties», tão teorizados lá fora, e que já alguns apresentam como condição de êxito político cá dentro.

Bipolarização artificial

Verdadeiramente, o que se pretende é com o efeito manipulador de consciências e com a alteração de comportamentos eleitorais assegurar a bipolarização artificial do sistema político e partidário que dessa forma seja bloqueada qualquer possibilidade de verdadeira mudança. Aliás, o lugar para o debate de ideias teria que ser, em consonância, substituído pelo «marketing» e pela capacidade de representação de «líderes».

A pressão bipolarizadora verifica-se desde logo, a nível nacional, falsificando o objectivo das eleições de modo a fazer crer que o que está a ser eleito é o Primeiro-Ministro e não os deputados. E verifica-se também a nível de uma parte dos círculos eleitorais actuais, tentando polarizar o voto no PS e PSD, com a afirmação de que só estes dois partidos elegeriam deputados a este nível.

Consideremos uma «reforma por fazer»: o sistema eleitoral. Aqui, o suposto problema não foi haver ou não maioria absoluta, mas sim, ao contrário de outras matérias, não haver um acordo PS/PSD para a maioria de dois terços que é necessária neste caso.

Mas o resultado que se obteria não seria o que se afirma pretender: tornar os deputados mais representativos, mais independentes dos aparelhos partidários e mais próximos da população. Seria sim o de deixar sem representação grandes massas de eleitores que não tivessem votado no partido vencedor em cada círculo de um só deputado (na maior parte dos casos apenas por maioria relativa). Como se isto não bastasse, a simulação apresentada pelo Governo de círculos uninominais de candidatura mostra o que se pretende: só o PS e o PSD elegeriam deputados nestes círculos uninominais. Há outras formas por esse mundo fora de o eleitor intervir na escolha do deputado concreto com plena preservação da proporcionalidade, se essa fosse a vontade.

Por isso, esta proposta não aproximaria os deputados dos eleitores, antes deixaria muitos eleitores a sentir-se sem representação política. E não daria mais qualidade e representatividade aos deputados e à Assembleia da República, antes poderia torná-la mais pobre e menos representativa.

Problemas

Falta é perguntar, se estando nós a pouco mais de um ano das eleições regionais dos Açores e da Madeira, não se justificaria um real empenho, que nunca houve, na alteração de um sistema eleitoral aberrante. Refira-se, a título de exemplo, o sistema eleitoral da Madeira, em que

Riscos da maioria absoluta

Se considerarmos, por exemplo, a área autárquica, veremos que nesta legislatura de um total de 21 propostas de lei (apresentadas pelo Governo) 18 deram origem a lei (além de 17 do PS terem dado origem a dez leis); o PCP apresentou 34 projectos de lei e 18 igualmente deram origem a lei; o PSD e o PP deram origem com as suas iniciativas a onze leis. Pode, neste sector ou nou-



de onze «círculos» Porto Santo e Porto Moniz «aplicam a proporcionalidade», a um só mandato, e São Vicente e Santana aplicam a dois, etc.; ou o sistema eleitoral dos Açores, que pode conduzir a discrepâncias, como já aconteceu no último acto eleitoral. O que impediu o PS de tomar iniciativas e de debater alternativas mais democráticas?

Os problemas seriam muitos: por exemplo, como assegurar a valorização da Assembleia da República e dos deputados, face ao Governo, na definição das políticas nacionais e face à integração comunitária. Como dar conteúdo efectivo aos direitos, liberdades e garantias, sobretudo dos que têm menos e não sabem sequer que direitos têm. Como assegurar uma profunda reforma da justiça. Como democratizar e aproximar do trabalhador e do cidadão em geral a Administração Pública. Como dar um conteúdo efectivo à democracia participativa e não de mero jogo para livre curso dos grupos de pressão. Como levar a sério os direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, como parte integrante, central e não secundária, dos direitos fundamentais.

As reformas político-institucionais estão ligadas e não podem desviar as atenções de outros problemas sem solução e das lutas sociais. Aliás, há uma relação profunda entre todos. E a questão aqui, entre muitas outras, pode ser a de saber onde está a reforma democrática da saúde e da educação, onde estão as medidas ambientais, ou as de trabalho e de emprego que garantam trabalho com direitos. Ou onde está a reforma fiscal em que tantas injustiças se vão acumulando, sobretudo para os trabalhadores por conta de outrem.

Não há agora dez anos de cavaquismo ou do PSD no poder para derrotar. E o PSD e o PP não constituem qualquer ameaça ao poder existente.

A grande conclusão é a de que o que foi feito de bom nestes quatro anos em grande medida ficou a dever-se a não haver uma maioria absoluta. É preciso explicar isso insistentemente: ainda agora, por exemplo, no último dia da sessão legislativa foram aprovados importantes benefícios fiscais para o movimento associativo popular. A inexistência de uma maioria absoluta impediu que a proposta, que era do PCP, fosse cilindrada.

Foi também a inexistência dela que evitou algumas «reformas» perigosas para o alcance real da democracia e dos direitos fundamentais.

A maioria absoluta só pode conduzir a «abusos de poder», ao recrudescimento dos «jobs for the boys», a mais e mais promiscuidade com o poder económico

tro, perguntar-se o que se perdeu com não haver uma maioria absoluta. A resposta só pode ser: evitou-se medidas nocivas, aprovou-se questões positivas que de outra forma não o seriam; e em matérias como a execução da Lei-quadro das atribuições e competências, que se processará nos próximos quatro anos, a sua regulamentação e as medidas financeiras decorrentes serão melhores ou piores em função da luta que for travada e de haver ou não uma maioria absoluta. Se esta existir, o resultado é de temer: triunfará o projecto de impor mais e mais responsabilidades sem meios em áreas de grande sensibilidade social, como a saúde, a educação, a habitação, o ambiente, a pobreza, a exclusão social e outras, como forma de demis-

são do Estado-Administração Central e de sacrificar as populações com o mínimo de custos políticos para quem está no Governo. De outra forma, pode tentar-se um projecto equilibrado de descentralização administrativa e financeira, que seja parte de uma profunda reforma democrática da Administração Pública.

A questão que se coloca agora é a de que as medidas que um novo poder esteja em condições de tomar sejam verdadeiras reformas de sentido democrático e progressista. Não é a maioria absoluta do PS que conduz a esse caminho.

A maioria absoluta só pode conduzir a «abusos de poder», ao recrudescimento dos «jobs for the boys», a mais e mais promiscuidade com o poder económico, ao demissionismo dos poderes públicos face às suas responsabilidades, à privatização sistemática do que ainda é público.

No Programa Nacional de Desenvolvimento Económico e Social apresentado pelo Governo PS para 2000-2006 proclamam-se objectivos bem conhecidos do pensamento neoliberal, tais como «Menos Estado, melhor Estado» e a «desestatização», entre outros (capítulo IX). O PSD ou o PP poderiam certamente subscrevê-los por inteiro. E sabe-se o que esse objectivo já significou de degradação dos serviços públicos de saúde, de educação e de tantas áreas.

Os que aguardam uma melhor resposta dos serviços públicos para as suas aspirações ou problemas do quotidiano e querem um Governo empenhado num projecto coerente de desenvolvimento sonham com outro caminho, de reformas verdadeiras.

É este que tem que ser a proposta e projecto de luta e de unidade nos próximos meses, como proposta que vai influenciar os próximos anos.

Vitor Dias

Afinal, a cassete era boa!

O tratamento que alguns órgãos de informação deram recentemente a alguns temas concretos constitui uma oportunidade singular para se perceber como funcionam, ao menos objectivamente, certos mecanismos de rasura e injustiça na vida política nacional. E, sobretudo, como é possível, mesmo em casos muitas vezes apresentados como típicos da alegada «cassete» comunista, fazer de conta que não se ouviu nada do que o PCP incansavelmente disse durante anos a fio.

Com efeito, o caderno de «Economia» do «Público» publicou, no passado dia 5, um interessante trabalho jornalístico sobre a questão dos benefícios fiscais. Por ele, ficámos a saber que um grupo de técnicos nomeado pelo ministro das Finanças considera, em livro agora publicado, que os critérios de atribuição dos benefícios fiscais, que deveriam «ter um objectivo económico ou social relevante», «em muitos aspectos estão hoje subvertidos» e que prolifera legislação avulsa «que, aliás, tem vindo a aumentar para dar satisfação aos interesses dos grupos de pressão mais fortes, como é visível nos sucessivos Orçamentos de Estado».

E, por este trabalho jornalístico, tivemos sobretudo acesso à grata novidade de o próprio Frei Tomás, perdão, o ministro Sousa Franco afirmar na introdução a esse livro que «o sistema dos benefícios fiscais é, em Portugal, constituído desde há muito por um conjunto desconexo e incoerente de medidas, mais gerado pelo jogo das pressões e arranjos do que por políticas coerentes» e que «a maior parte dos benefícios fiscais é privilégio».

No dia seguinte, o director do «Diário Económico» dedicava o seu editorial ao assunto e opinava lucidamente que «qualquer governo tem enormes dificuldades em explicar porque desperdiça 300 milhões de contos em despesa pública inútil. Mas o esbanjamento já não desperta tantas atenções quando se realiza através de benefícios fiscais. É isso que está a acontecer em Portugal».

O que tanto o trabalho jornalístico do «Público» como o editorial do «Diário Económico» não tinham era qualquer referência ao prolongado e verdadeiramente «clássico» combate do PCP a este escândalo do maná dos benefícios fiscais (não confundir com as deduções à colecta), em parte substancial apropriados pelo grande capital e pela especulação financeira. Combate muitas vezes traduzido, como aconteceu na discussão do último OE, em propostas concretas de drástica redução desses benefícios fiscais, sempre derrotadas pelos votos contra do PS, do PSD e do PP.

E é suprimindo essa lacuna, e para avivar memórias, que propomos aos leitores um breve viagem ao que, sobre esta matéria, disseram na AR os deputados do PCP na discussão de cinco Orçamentos de Estado (desde o último do Governo de Cavaco Silva até ao de 1999), em quatro anos dos quais com o ministro Sousa Franco a ouvir e a fazer... cada vez pior.

O seu a seu dono

O segundo caso diz respeito a que, na sua edição de 6 de Julho, o «Jornal de Notícias» deu manchete e duas páginas inteiras ao tema da chamada «taxa Tobin», mais precisamente ao movimento de opinião que defende a criação de uma taxa sobre os movimentos especulativos de capitais, mobilizando assim recursos consideráveis para o combate à pobreza, à doença, à fome e ao subdesenvolvimento no mundo.

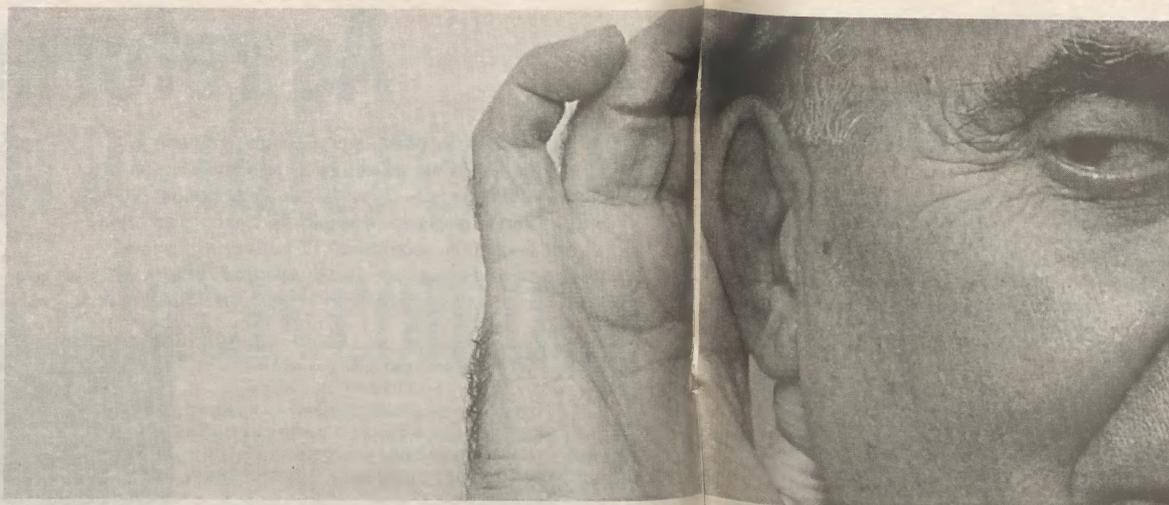
O que é por de mais curioso é que o «JN» descobria este tema no contexto de uma vasta e dedicada promoção do Bloco de Esquerda e da defesa, apresentada como largamente inovadora, desta taxa por aquele agrupamento.

E, mais curioso que isto, só mesmo, o facto de o «JN» ignorar completamente que há anos e anos que a chamada «taxa Tobin» tem em Portugal um activo defensor que dá pelo nome de Partido Comunista Português.

E, assim, também para avivar memórias e para não permitir que a repetição passe por inovação e o plágio por audácia e criatividade, que propomos aos leitores uma viagem breve a algumas das muitas referências que o PCP, e nomeadamente o seu Secretário-geral, tem feito publicamente sobre a necessidade de taxar os movimentos especulativos de capitais.

Um terceiro caso, também surgido nos últimos dias, poderia ser ilustrado pela grande receptividade mediática à defesa por Paulo Portas dos medicamentos genéricos, sem que ninguém se lembre que essa é, de há muito, uma insistentemente posição e reivindicação do PCP, como seria fácil provar através de uma outra antologia de afirmações que só a falta de espaço agora desaconselha.

Alegremo-nos, pois: ao menos nestes dois ou três casos ou temas, parece que a tão caluniada «cassete» afinal era e é boa.



Antologia

«O PCP e os benefícios fiscais»

Sobre o Orçamento de 1999

«Por outro lado, o Governo do PS continua a beneficiar o capital e as operações financeiras à mesa do Orçamento do Estado. Significativo dessa orientação política é o continuado aumento dos benefícios fiscais, cuja previsão para 1999 ascende a 293 milhões de contos. Mais 25 milhões de contos que a estimativa governamental para o ano corrente, e mais 160 milhões de contos que os benefícios concedidos pelo Governo do PSD em 1995!»

Octávio Teixeira, na AR, em 22.10.98

«Hoje, na véspera do início do debate orçamental, vim apresentar publicamente o núcleo central dessas propostas. São 30 propostas que, não se reportando à despesa orçamental, embora contemplem as autarquias locais e a perda de rendimentos dos produtores pecuários, incidem basicamente sobre o sistema fiscal. (...) Propostas que conduzem à redução substancial de benefícios fiscais socialmente ilegítimos, e que obrigam à justa tributação das mais-valias financeiras e dos lucros da banca, das seguradoras e dos grandes grupos económicos.»

Octávio Teixeira, na AR, em 10.11.98

«Um Orçamento que foi mais uma oportunidade perdida para avançar ousadamente numa reforma fiscal mais profunda e para desbastar corajosamente a montanha de benefícios e privilégios fiscais que tem vindo a aumentar rapidamente, favorecendo os rendimentos e empresas financeiras à custa da pesada carga fiscal que impende sobre os trabalhadores e os consumidores.»

Octávio Teixeira, na AR, em 10.12.98

Sobre o OE/98

«Também aqui se impõem algumas reflexões que ilustram a «justiça» fiscal do socialismo guterrista: a) No último ano dos Governos do PSD e de Cavaco Silva os benefícios fiscais elevavam-se já aos 132 milhões de contos. Mas para 1998, o PS anuncia 225 milhões de contos de benefícios fiscais - mais 70% - no essencial orientados para benefícios ao capital e às actividades bolsistas e especulativas.»

Lino de Carvalho, na AR, em 29.10.97

Sobre o OE/97

«Agravamento da injustiça duplamente visível neste orçamento. Por um lado, com a proposta de redução até 2 pp. da taxa do IRC, ao mesmo tempo que mantém inalteradas as taxas do IRS. Por outro lado com a progressão geométrica dos benefícios fiscais. Aliás, senhores deputados socialistas, façam-me uma pergunta directa: que justificação ideológica, política ou social, dão V. Exas. aos trabalhadores portugueses para o facto de, em apenas dois anos, o vosso Governo aumentar o montante da

perda de receita orçamental por benefícios fiscais em 50%, passando de 130 milhões de contos em 1995 para 190 milhões em 1997? Que orientação socialista, ou tão-só de alguma justiça social, é esta?»

Octávio Teixeira, na AR, em 13.11.96

Sobre o OE/96

«Também não se pode falar de um Orçamento socialmente justo quando verificamos que no plano da fiscalidade não são emitidos quaisquer sinais que prenunciem uma alteração à reconhecida injustiça do sistema fiscal. Mantêm-se integralmente os benefícios fiscais ao capital, mesmo os de natureza especulativa.»

Lino de Carvalho, na AR, em 4.3.96

Sobre o OE/95

«Mas, em sentido contrário, o Governo não se esqueceu de introduzir no Orçamento medidas que deem resposta, isso sim, aos objectivos de concentração da riqueza, com a manutenção de um largo conjunto de benefícios fiscais às empresas.»

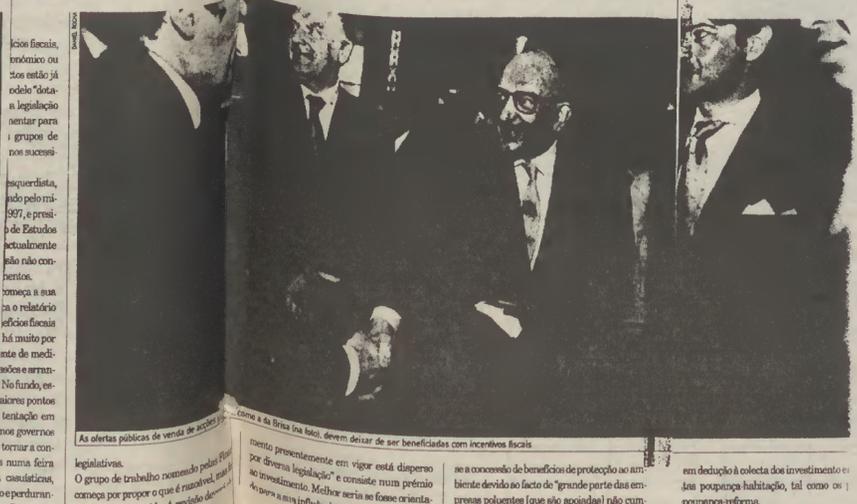
Carlos Carvalhas, na AR, em 25.11.94

Benefícios fiscais à medida dos «grupos depressão»

Os benefícios fiscais dados em 1999 somam 300 milhões de contos. Na opinião dos técnicos, têm aumentado «para dar satisfação aos interesses dos grupos de pressão mais fortes». Sousa Franco admite isso. Mas a reforma do sistema salta para a próxima legislatura.

PÚBLICO

Os últimos e têm caído na de tornar a c de benefício



As ofertas públicas de venda de acções...

Imposto europeu? Não, obrigado! Sim à taxação dos movimentos especulativos de capitais

O que os portugueses e os outros cidadãos da Europa precisam não é de serem carregados com mais impostos, ainda por cima administrados pela burocracia centralizadora de Bruxelas e que serviriam para financiar a guerra, e a militarização. O que é preciso e a CDU propõe e defende é a aplicação de uma taxa sobre os movimentos especulativos de capitais, a cobrar por cada Estado, e que serviria para financiar medidas e políticas de combate à pobreza, à exclusão, às desigualdades sociais, para reforçar os sistemas de saúde, educação e de segurança social.



Antologia «O PCP e a taxa Tobin»

«Em 30 de Junho de 1999, no âmbito da discussão de alterações ao Código de Imposto de Selo, o Grupo Parlamentar do PCP propõe a taxação em 0,2% das «operações de venda de títulos em Bolsa ou fora dela».

A proposta é rejeitada, por força dos votos contra do PS, do PSD e do PP

«Imposto europeu? Não, obrigado! Sim à taxação dos movimentos especulativos de capitais. (...) O que é preciso e a CDU propõe e defende é a aplicação de uma taxa sobre os movimentos especulativos de capitais, a cobrar por cada Estado, e que serviria para financiar medidas e políticas de combate à pobreza, à exclusão, às desigualdades sociais.»

Folheto da CDU/Campanha para o Parlamento Europeu, Maio de 1999

«O combate ao desemprego e criação de emprego com direitos deve constituir uma primeira prioridade da União Europeia. Esta prioridade (...) requer um combate eficaz aos movimentos de capitais especulativos, nomeadamente pela sua tributação (taxa Tobin).»

Declaração Programática do PCP para as Eleições para o Parlamento Europeu aprovada no Encontro Nacional de 10.4.99

«(...) e procurando simultaneamente alterar o rumo da integração europeia, nos seguintes eixos que exemplificamos: 1) numa renegociação e alteração da lógica do «pacto de estabilidade» (...); 2) Na concretização do princípio da coesão económica e social, o que implica: a) (...) b) a taxação das transacções financeiras e os movimentos de capitais especulativos (taxa Tobin); c) (...)»

Carlos Carvalhas, na AR, em 5.1.99 no debate sobre o Tratado de Amesterdão

«No quadro da crise financeira e do combate ao desemprego, a taxação dos capitais financeiros e dos movimentos internacionais de capitais a curto prazo, a redução do tempo de trabalho, o relançamento do investimento e das obras públicas são da máxima urgência.»

Carlos Carvalhas, em 5.12.98, no Encontro Distrital de Quadros de Setúbal

Novo Tobin dos bosques ataca ricos

Portugal poderá aderir em breve ao movimento internacional que propõe taxa sobre o capital para ajudar os desfavorecidos



A BOLSA... E A VIDA

Apelo Comum «Por um novo rumo da construção europeia» subscrito pelos partidos integrantes da Esquerda Unitária Europeia (29.11.98)

«A diminuição das taxas de juro sem o aumento do poder de compra das massas populares, sem a taxação (taxa Tobin) dos capitais especulativos e sem a valorização e dignificação de quem trabalha não passará de um paliativo para que o capital financeiro tome um pouco mais de oxigénio para continuar com a sua acção predadora.»

Carlos Carvalhas, em 3.10.98, no Encontro sobre o pacote laboral, em Lisboa

«E, no entanto, sabe-se, por exemplo, que as somas monetárias resultantes da aplicação da conhecida taxa Tobin às transacções de capitais dariam para resolver as principais carências básicas das populações do Terceiro Mundo.»

Carlos Carvalhas, em 30.5.98, na 3.ª Assembleia do Sector Intelectual da ORL do PCP

«Por isso, nós continuamos a defender os direitos dos trabalhadores e a taxação dos movimentos de capitais e a combater a desregulação que, juntamente com a informatização, permite aos fluxos de capitais especulativos deslocarem-se à velocidade da luz e obter enormes ganhos à custa dos povos.»

Carlos Carvalhas, no XV Congresso do PCP, Dezembro de 1996

Balanço da VII Legislatura

Trabalho ímpar do PCP justifica

Foi um trabalho notável aquele que o Grupo Parlamentar do PCP realizou na VII Legislatura. A sua acção distinguiu-se em todos os planos da actividade do Parlamento marcando uma diferença que se fez sentir não apenas no estilo e no sentido da sua intervenção – oposição de esquerda a uma política que se revelou fiel seguidora das opções neoliberais –, como ao nível da produção legislativa onde, quer pela quantidade quer pela qualidade dos textos por si rubricados, patenteou uma aguda percepção e sensibilidade para o encontrar de respostas aos reais problemas dos diferentes grupos sociais e do País.

Graças à sua persistente e firme intervenção, como sublinhou há uma semana o presidente da formação comunista, Octávio Teixeira, em jeito de balanço, o Grupo Parlamentar do PCP «fez aprovar Leis e resoluções, apontou políticas alternativas, propôs soluções para problemas reais, defendeu os direitos de quem trabalha e produz, deu voz à defesa dos interesses nacionais e a importantes sectores da sociedade, combateu a desigualdade social».

O balanço dessa actividade, de que falámos na última edição do «Avante!», dando eco ao

prestar de contas feito pelo Grupo comunista, constitui, aliás, o melhor testemunho dos inegáveis méritos e do valor que ficam associados nestes últimos quatro anos à intervenção dos 13 deputados comunistas.

Os números são incontornáveis e falam por si: representando apenas **5,6 por cento dos deputados** com assento no hemiciclo, os comunistas foram responsáveis por cerca de **27 por cento** do total das iniciativas parlamentares e por **32 por cento** dos projectos de lei apresentados.

Por outras palavras, o número de projectos de lei entrados na Mesa do Parlamento com a assinatura de deputados comunistas elevou-se a **150**, enquanto o PSD se ficou pelos **124** (26,4 por cento) e o PS não ultrapassou os **86** (18,3 por cento). A percentagem de pro-

Contributos para uma vida melhor

No decorrer da VII Legislatura foram aprovadas 76 Leis da República originadas em projecto de lei do PCP. Abrangendo um naipe muito amplo de temáticas – da área laboral ao capítulo dos direitos, liberdades e garantias nos mais variados domínios, passando pela toxicodpendência, pelas questões sociais, ou por aspectos relacionados com as mulheres, a juventude, o movimento associativo ou os imigrantes – todas estas Leis têm de alguma maneira uma incidência positiva na nossa vida.

Como salienta o Grupo comunista no seu balanço de Legislatura, os projectos de lei do PCP «transformaram-se em Leis que são benéficas para o País e para os portugueses». Pena é que, em algumas delas, não tenha sido possível ir mais longe, como era intenção dos deputados comunistas. Nestes casos, importa recordar, tal ficou a dever-se ao comportamento do PS, mais apostado em limitar ou desvirtuar os conteúdos mais progressistas e as soluções preconizadas pelo PCP. Seja como for, o balanço das Leis que o PCP propôs e fez aprovar afigura-se francamente positivo. É dessa diversidade de temas que inspirou projectos de lei da sua autoria que deram corpo a Leis da República que damos hoje cinco exemplos.

Contrato a bordo das embarcações de pesca

Criar condições para um verdadeiro regime jurídico do contrato de trabalho a bordo das embarcações de pesca tal foi o objectivo perseguido pelo PCP. Trata-se, em suma, de aplicar a todos os trabalhadores do sector a Lei Geral do Trabalho, com as especificidades próprias da actividade da pesca.

A Lei n.º 15/97 define um conjunto de orientações fundamentais para a valorização e dignificação dos trabalhadores da pesca, a saber, entre outras: a aplicação da Lei Geral do Trabalho na elaboração dos contratos de trabalho e a redução obrigatória a escrito; a duração e organização do tempo de trabalho, horários e turnos; os dias de descanso, os feriados e as férias; a definição dos deveres do armador, do marítimo, bem como as garantias do trabalhador; a forma de composição salarial, assente no princípio geral e no conceito de retribuição e as formas de aplicação



Tratamento de toxicodpendentes

A Lei n.º 7/97 alarga a rede de serviços públicos para o tratamento e a reinserção de toxicodpendentes, visando garantir o acesso a cuidados de prevenção, tratamento e reinserção social e profissional de todos os cidadãos afectados por toxicodpendência.

Esta rede integra pelo menos uma unidade de atendimento de toxicodpendentes (CAT) por distrito, unidades de desabilitação a funcionar preferencialmente junto de unidades de atendimento, na base de uma cama por 100 mil habitantes, e comunidades terapêuticas distribuídas por forma a cobrir adequadamente todo o território nacional na base de uma cama por cada dez mil habitantes.

A Lei prevê ainda o apoio do Estado a programas de desabilitação em meio familiar, quando tal seja clinicamente aconselhado, bem como a criação de condições para a reinserção social e profissional de toxicodpendentes, através de protocolos a celebrar entre o Serviço de Prevenção e Tratamento de Toxicodpendência (SPTT) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, empresas ou autarquias locais que para o efeito se disponibilizem.

VII LEGISLATURA (1995 - 1999)

Iniciativas legislativas e parlamentares apresentadas, por Grupo Parlamentar

	PJL sem FVC	PJR	PJD	RAT	INQ	AUDI	DEB URG	INTERPEL	TOTAIS
PS	86	12	8	7	0	0	0	0	113
PSD	124	48	9	50	6	2	11	6	256
CDS-PP	75	25	3	14	2	3	8	6	136
PCP	150	28	3	38	2	6	6	6	239
PEV	18	1	3	—	0	0	3	4	29
Conjuntos	17	24	33	1	0	0	0	0	75
TOTAIS	470	138	59	110	10	11	28	22	848

REQ	N.º DEP por GP
701	112
1756	88
34	15
1122	13
460	2
—	—
4073	230

GP do PCP

LEGENDA

PJL sem FVC = Projectos de Lei sem inclusão de Projectos para criação de

PJR = Projectos de Resolução

PJD = Projectos de Deliberação

RAT = Ratificações ou Apreciações Parlamentares, de Decretos Leis do

INQ = Inquéritos Parlamentares

AUDI = Audições Parlamentares

DEB URG = Debates de Urgência

INTERL = Interpelações ao Governo

REQ = Requerimentos

confiança dos eleitores

jectos de lei subscritos pelo CDS/PP, com mais dois deputados do que o PCP, não foi além dos 16 por cento.

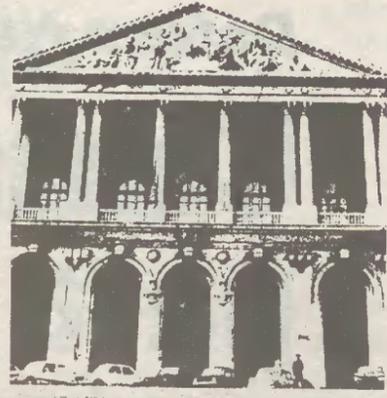
Nota não menos significativa tem a ver com a relação entre os projectos de lei apresentados e a dimensão dos grupos parlamentares. Em destaque volta a estar a posição da bancada do PCP, a que correspondem quase 11,5 projectos por deputado, seguido do Partido Ecologista «Os Verdes», com nove diplomas por deputada. O PS e o PSD ficam muito abaixo da média da Legislatura – situada na cerca de dois projectos por cada deputado –, com o primeiro a apresentar um ratio de 0,8 e o PSD de 1,4.

Igualmente a reter é o facto de os projectos de lei com origem na bancada do PCP representarem cerca de 29 por cento dos projectos dos grupos parlamentares aprovados na Legislatura,

percentagem inigualada por qualquer dos outros partidos com assento em S. Bento.

Para este facto – foi ainda Octávio Teixeira a recordar as razões que o suportaram –, concorreram simultaneamente dois aspectos: por um lado, o «valor político e social intrínseco» às propostas do PCP; por outro, a circunstância «extremamente positiva para os portugueses de nesta Legislatura não existir uma maioria absoluta de suporte ao Governo, capaz de funcionar como rolo compressor de todas as iniciativas das oposições, em particular das iniciativas do PCP».

As contas estão feitas. Revelam trabalho, muito trabalho e dedicação, bem à vista de todos. A dar crédito à mensagem de que o PCP é merecedor da confiança dos portugueses e que todos os seus compromissos são para ser honrados.



Lei de Bases do Desenvolvimento Florestal

A elaboração de Planos Regionais de Ordenamento Florestal como instrumentos de organização dos espaços florestais em cada região e de ordenamento florestal das explorações constitui um dos objectivos previstos na Lei n.º 33/96.

No seu articulado estabelecem-se os princípios, objectivos, medidas e meios para o ordenamento florestal do País, de que se destacam: medidas com vista à reestruturação fundiária das explorações florestais, com o estabelecimento de limites máximos da área florestal na posse de uma única entidade, bem como à ampliação do património florestal público.

Relevo merece também o apoio aos montados de sobre e azinho – que deverão ser objecto de um plano específico de conservação e desenvolvimento –, bem como, noutro plano, o apoio a todas as formas de associativismo e, em particular, às assembleias de compartes e à elaboração de planos integrados de utilização dos baldios.

Previstas na lei são ainda medidas orgânicas e de política silvícola com vista à prevenção e combate aos fogos florestais e à reabilitação de áreas percorridas por incêndios de grandes dimensões.

Isenção de alvará aos Bombeiros

Indo ao encontro de justas aspirações dos bombeiros portugueses, o Grupo Parlamentar do PCP inscreveu nos objectivos do seu diploma a isenção de requerer alvará às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e outras entidades que detêm corpos de bombeiros, tornando-a extensiva à Cruz Vermelha Portuguesa.

Estas entidades, recorde-se, estavam obrigadas a requerer alvará para uma actividade que sempre detiveram e desenvolveram.

Publicada a Lei n.º 12/97, os Bombeiros e a Cruz Vermelha ficaram isentos de requererem alvará para o transporte de doentes em ambulância.

Foi igualmente contemplada a aplicação de normas e critérios nas vistorias e fiscalização às ambulâncias de transporte de doentes pelas entidades



des da tutela, tendo em vista a sua permanente qualidade e eficiência.

Conselhos Municipais de Segurança

Os Conselhos Municipais de Segurança previstos na Lei n.º 38/98 têm âmbito municipal, funções de natureza consultiva e visam promover a articulação, a troca de informações e a cooperação entre todas as entidades que, na área de cada município, têm intervenção ou estão envolvidas na prevenção da marginalidade e na garantia da segurança e tranquilidade das populações.

De entre os objectivos visados com a criação destes Conselhos contam-se o de contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área de cada município, formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e segurança, promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social e aprovar pareceres e solicitações relacionados com as questões de segurança e inserção social.



ORIGEM DAS LEIS NA VII LEGISLATURA

Propostas de Leis e Projectos de Leis que estiveram na origem de Leis da República aprovadas

	TOTAL	TOTAL SEM FVC
PPL do Governo	216	216
PPL das ALR e Macau	13	13
PJL do PS	100	39
PJL do PSD	100	47
PJL do CDS-PP	22	19
PJL do PCP	76	56
PJL do PEV	7	7
PJL conjuntos	15	14

LEGENDA

Total sem FVC = sem Leis de criação de Freguesias, Vilas e Cidades
PPL = Proposta de Lei
PJL = Projecto de Lei

GP do PCP

VII LEGISLATURA (1995 - 1999)

Projectos de Lei apresentados por Grupo Parlamentar

	Total por Grupo Parlamentar	Dos quais só PJL de criação de FVC	Total sem inclusão de FVC	% de PJL por GP	% de Deputados por GP	Ratio PJL por Deputado	Nrº Deputados do GP
PS	174	88	86	18,3%	48,70%	0,8	112
PSD	199	75	124	26,4%	38,3%	1,4	88
CDS-PP	95	20	75	16,0%	6,5%	5,0	15
PCP	186	36	150	31,9%	5,7%	11,5	13
PEV	18	0	18	3,8%	0,9%	9,0	2
Conjuntos	21	4	17	3,6%	—	—	—
TOTAIS	693	223	470	100,0%	100%	2,0	230

LEGENDA

PJL = Projecto de Lei
FVC = Projectos de criação de Freguesias, Vilas e Cidades
GP = Grupo Parlamentar

GP do PCP

Defesa Nacional e Forças Armadas

■ Rui
FernandesContributos
para uma reflexão

Na passada semana apontámos algumas das principais causas para a inquietação existente nas Forças Armadas. Nesse artigo foi focado um conjunto de aspectos para os quais temos ao longo dos anos chamado à atenção. Mas também para os quais temos, empenhada e seriamente, procurado contribuir, com propostas, no sentido da melhoria concreta da vida dos militares e da Instituição.

Dizia-se, nesse artigo, que a situação «obriga a uma serena e profunda reflexão (...) e não a apressadas mas incorrectas medidas...». As várias análises vindas a público coincidem na necessidade da reflexão mas não coincidem na necessidade de ela ser serena e seriamente feita. É assim que um dado jornal trazia, na sua primeira página, a hipótese de chaimites em S. Bento e alguns analistas lançavam anátemas sobre as associações militares.

E houve, também, quem ironizasse com a situação concreta em que vivem os militares, como fez Miguel Sousa Tavares (Público de 2/7/99), quando, a dada altura, diz: «O país não pode sentir-se solidário com um movimento que decreta greve ao almoço grátis (...) pela simples razão de que a esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses não tem almoço grátis no local de trabalho» ou «reclama do fim de privilégios como a gasolina mais barata ou as mercearias...». Alto contributo, este, de MST para a reflexão.

É que um dos problemas contributivos para o mal-estar existente é precisamente este tipo de abordagens *à la minute*, que transmite para a sociedade uma imagem desfocada da realidade. Considerar, como considera MST, que o problema dos militares é somente «um problema de imagem perante a opinião pública» é um disparate. Existe esse problema? Claro que existe. Sobre tudo quando se diz e escreve coisas sobre os militares como aquelas que MST escreveu e que acima se cita. E escrevem-se blá-blás desses porque continua a ser popularucho falar dos militares como alguém que nada faz e que só tem mordomias. E é porque ainda existe esse estereótipo sobre os militares que os sucessivos governos vão tendo uma atitude, mais ou menos expressa, secundarizadora da Instituição. (E a ver o que se passou no Coliseu em 3/7/99 não parece que a «sorte» da Instituição vá mudar. O «Zé», não o do PSD mas o militar, terá de interceptar o Manel poeta para ver se os problemas que o afectam chegam ao PS.)

Bom, há de facto um problema de imagem perante a opinião pública, mas há carreiras bloqueadas, desvalorização funcional, aumento das discrepâncias entre os nossos militares e os de outros países, com os quais cada vez mais contactam, uma modernização muito lenta (e modernização não são só armas novas), como, por exemplo, ao nível dos cursos, da certificação profissional, das equivalências dos cursos ministrados nas FA's e fora delas, da informatização, etc. Repare-se neste simples e singelo facto: foi o ministro Jaime Gama que anunciou ir criar um seguro para os militares em missões humanitárias. Eis como um anúncio promocional pode pôr a nu a mais simples das realidades e razões para a desmotivação e insatisfação existentes nas FA's. A ninguém neste país passaria pela cabeça que tal seguro não existisse, mas esta é a crua e triste realidade.

Ora, a prática com que as FA's têm sido confrontadas é a da publicitação de objectivos, sem todavia serem conferidos os meios adequados à sua concretização e, não raras vezes, sem ser tomada em devida consideração que as Forças Armadas são, antes de tudo, compostas por pessoas, o que deveria obrigar a redobrados esforços de análise e consensualização. Mas para isto é preciso tempo, é preciso dialogar, é preciso abertura de espírito e decisões claras e objectivas.

Os problemas existem

Os militares estão descontentes não porque não saibam, não aceitem ou não compreendam constrangimentos financeiros. Mas não só esses constrangimentos têm de ter um limite, abaixo do qual passam a chamar-se «granel», como não entendem que sejam anunciadas medidas reestruturadoras que necessariamente implicam mais

verbas e vejam suceder precisamente o contrário. Ora, sendo assim, nada é lógico, nada encaixa e tudo vai definhando na indecisão, na inconsequência. Uma Instituição como as FA's não consegue funcionar assim, não pode funcionar assim.

A dramatização, por parte de alguns analistas, das iniciativas que ocorreram tinha (tem) agregado o claro objectivo de gerar na sociedade não só posições contra o alargamento dos direitos de cidadania dos militares, como a criação de um caldo de cultura justificativo das posições de alguns partidos (PSD e PP), que são claramente contra o associativismo.

A responsabilidade pelo que ocorreu (e importa dizer que as iniciativas decorreram com um alto sentido cívico, como outra coisa não seria de esperar de umas Forças Armadas que instauraram a democracia e estão com o regime democrático) não foi das associações, mas de quem não deu, ano após ano, resposta aos problemas. Porque a seguir o enviesado, mas premeditado, raciocínio desses analistas e de outras pessoas com funções de alta responsabilidade, seríamos conduzidos à velha frase anarquista do «não vos preocupeis, é a realidade que se engana». E a realidade é que os problemas existem, com ou sem associações. A única diferença é que elas falam neles, alertam para a sua existência,

lhado e, depois, seja apelidado de irresponsável, indisciplinado e demais mimos porque faz parte de uma associação, ou defende, simplesmente, a sua existência com um estatuto adequadamente interveniente.

Espertezas saloias

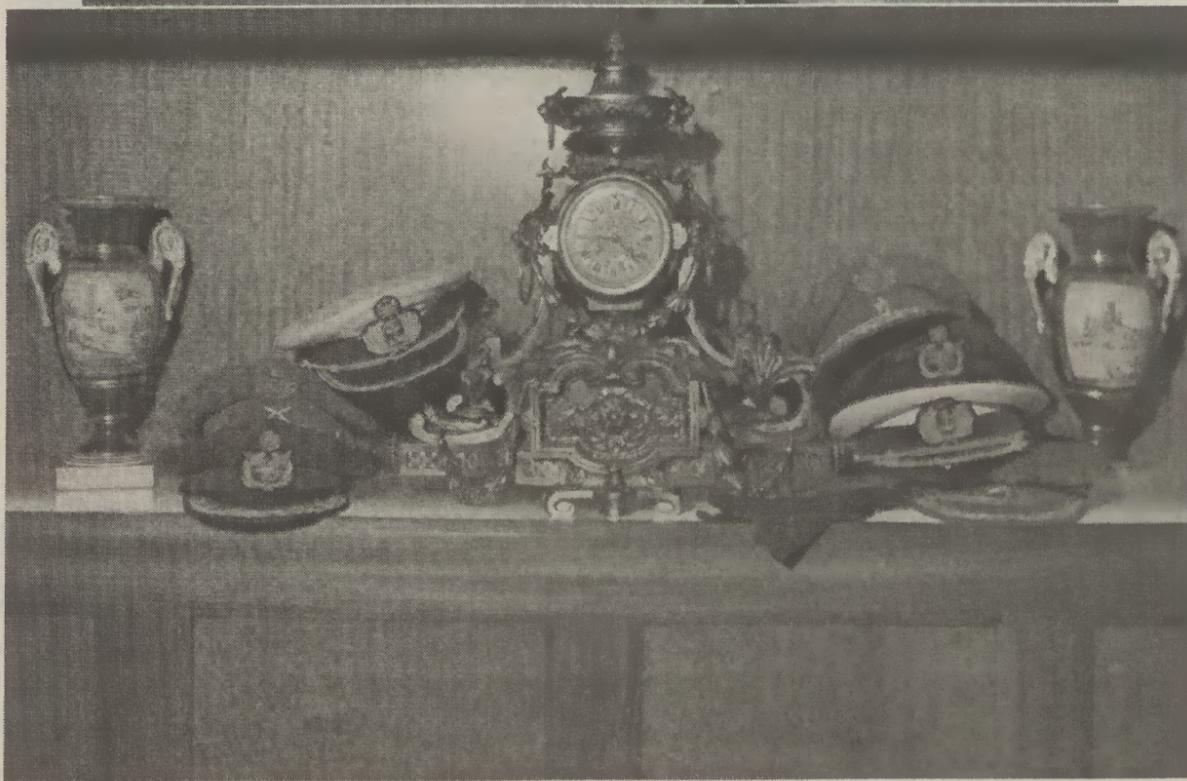
Daí que as espantosas notícias, poucas é certo, sobre chaimites e outras tontices só possam ter surgido à luz do dia por razões comerciais, mas nunca como contributo para qualquer reflexão credível sobre os problemas que afectam a Instituição Militar. Nenhum dos problemas que inquietam as FA's é novo. Em Novembro de 1992, o PCP, em Conferência de Imprensa, dizia o seguinte: «Os sinais de crise profunda que atingem as Forças Armadas estão, entre outros, na desmotivação do pessoal, no bloqueio do processo de modernização, no baixíssimo grau de treino operacional, na provocada degradação sem alternativa do modelo organizacional (...). Esta situação resulta, fundamentalmente, do processo que o Governo (então do PSD, recorde-se) chama de reestruturação, mas que naturalmente tem sido um processo de desmantelamento...». As posições, análises e propostas do PCP são públicas e não são de hoje, de afogadilho, de preocupação quanto ao *timing* mediático ou conjuntural. Daí que não valha a pena algumas espertezas saloias que aparecem em artigos de alguns analistas.

A reflexão séria, que é preciso fazer, tem de ter como pressuposto uma postura séria e descomplexada no sentido de perceber o que levou a que as coisas chegassem ao, metaforicamente falando, «simples e singelo seguro» acima referido, e a definição, com credibilidade, do futuro. Não o futuro dos desejos, mas do possível; não o futuro da continuação das opções para agrandar no plano externo, mas das opções que dêem resposta às nossas vulnerabilidades; não o futuro que continue a ignorar o importante contributo das associações, mas o futuro que consagre a sua existência e a sua qualificada contribuição; não o futuro que mantenha o definhação das carreiras, a desvalorização funcional e profissional, mas que crie mecanismos que respondam a esses problemas e respeitem as legítimas expectativas existentes; não o futuro que mantenha um RDM inadequado face à nova realidade sociológica das FA's e face às normas constitucionais, mas que consagre um RDM adaptado à vida e aos valores constitu-

cionais e que, por isso mesmo, se constitua num diploma de aplicação credível; não o futuro em que aos militares só seja permitido escrever sobre as batalhas de há 100 anos, sobre motores ou as viagens do tempo dos descobrimentos, por muito interessante, didáctico e pedagógico que isso seja, mas um futuro onde seja estimulada a reflexão sobre as preocupações de hoje, como forma de ir preparando o amanhã; não o futuro em que persistam sistemas de avaliação do mérito relativo dos militares, tão discrepantes de ramo para ramo e tão recheados de subjectividade, em que a sorte pode determinar uma carreira, mas um futuro que premeie a competência, reconheça a determinação e o espírito de decisão e estimule a frontalidade e a franqueza; não o futuro das engenharias financeiras, do esquema, mas o futuro do rigor orçamental e da verificação das despesas; não o futuro em que se fale muito das missões de interesse público,

mas em que se fazem cada vez mais missões de interesse externo; não o futuro em que imperem estilos de comando autoritário e prepotente, mas um futuro que deite mão àquilo que de mais moderno existe na arte de liderança, porque acontecimentos como aqueles que o jornal «A Capital» de 2 de Julho relata, a bordo do navio-escola «Sagres», em que o comando pretendia que a guarnição fosse baldear o convés às 22 horas, deveriam chocar qualquer pacato, hierarquizado e não insurreto cidadão.

Que a reflexão se faça.



propõem, como o têm feito, soluções. E esta é a prática existente em vários países da União Europeia. A sacrossanta União que tem servido para tudo menos para reconhecer aos militares portugueses os mecanismos socioprofissionais já existentes e quase todos os países dessa mesma União.

Portanto, se problema existe, e existe, ele está no não diálogo com as associações e no seu não reconhecimento. Porque o facto é que não só não se pode travar a vida como não faz sentido que um dado militar seja considerado um excelente militar, louvado e meda-

A grande questão da Irlanda do Norte

■ Manoel de Lencastre

A crise da Irlanda do Norte conheceu episódios enleantes, dramáticos, nas últimas semanas. Blair, desde a sua eleição à frente do «New Labour», imaginou que lhe seria possível ser bem sucedido onde outros falharam e, conquistando as partes em conflito para o ideal de uma paz sólida, proclamar ao mundo a superioridade dos seus processos e do seu sorriso - numa palavra, a sua capacidade para negociar o inegociável e extrair concessões impossíveis. A grande lição, agora, está diante dos nossos olhos. A política de Blair falhou.

A data-limite de 30 de Junho, para que unionistas e nacionalistas se entendessem, passou. Hoje mesmo, 15 de Julho, diz-se que é o último dia de negociações que se estimam destinadas ao fracasso. O dilúvio aproxima-se. Blair, afinal, não sabia nada.

A actual contradição existe porque os protestantes, unionistas, pró-britânicos, compreenderam que o primeiro-ministro vacilava para a esquerda e para a direita e já atingira o limite das suas possibilidades. Exigiram a substituição da secretária de Estado, Mo Mowlam, começaram a fazer campanha para a suspensão da libertação dos presos republicanos e do IRA e forçaram, como base para a continuação das negociações e formação do novo executivo, o desarmamento do IRA. Esta condição nunca foi prevista pelo Acordo de Sexta-feira Santa (10.04.1998). Não devia ser completada antes da constituição do novo governo de Stormont, incluindo ministros do Sinn Fein, o partido católico, nacionalista, republicano. Mas os unionistas sabem o que estão a fazer. Tentam modificar a seu favor a correlação de forças políticas e arrastar o governo de Blair para o oceano de contradições em que todos os anteriores governos de Westminster navegaram. Blair, com o poder na mão, podia ter imposto aos protestantes a solução adequada para que os intratáveis problemas do Ulster fossem enfrentados. Mas não quis usar a força de que dispunha e preferiu tentar sair de um conflito que se agudizou a partir de 1969 com todas as partes ajoelhadas a seus pés - os nacionalistas, os unionistas e o governo de Dublin. Seria a glória. Blair, na verdade, nunca esteve profundamente interessado na Irlanda e no Ulster. Só na sua figura pessoal, na sua propaganda.

Jeffrey Donaldson, um dos protestantes da linha dura do Ulster Unionist Party, de David Trimble, o «first-minister» designado, foi imensamente claro quando declarou: «Os unionistas consideram inaceitável a pressão de Mr. Blair para que se formalize o acordo com os nacionalistas sem que se verifique, primeiro, o desarmamento do IRA ou, pelo menos, sem que exista um compromisso sério para tal. O primeiro-ministro britânico tem de compreender que nas ruas, nas aldeias, vilas e cidades da Irlanda do Norte as pessoas querem a paz mas estão certas de que esta não terá lugar a ser que os homens da violência abandonem as armas.» Nenhuma declaração poderia ser mais clara. Em poucas palavras, o deputado por Lagan Valley, que faz parte da equipa de Trimble nas negociações com o Sinn Fein, disse tudo. Vamos explicar porquê.

A democracia dos protestantes não é igual à dos católicos

É indiscutível que toda a gente comum na Irlanda do Norte deseja a paz. Em todos os cantos desta província do Reino Unido

protestantes e católicos, pró-britânicos e pró-irlandeses, monárquicos e republicanos desejam a paz com idêntico fervor. Parece legítimo, portanto, exigir que o processo democrático prescindia dos «homens da violência» para que a democracia e a paz avancem.

Mas a situação geral não é tão simples como isso. Na verdade,

os protestantes, que continuam a dominar o conjunto das actividades económicas no Ulster, têm tudo a ganhar com a nova democracia que se propõe: ocupam os melhores empregos, controlam todos os negócios, dominam na agricultura, nas exportações, possuem capacidade financeira desproporcionada, são proprietários das melhores terras e vivem, como sempre viveram, numa apertada aliança com os meios imperialistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Pelo contrário, a população católica continua submetida ao espectro do desemprego, habita as áreas degradadas e os «ghettos» das cidades, existe abrigada a miseráveis subsídios da Segurança Social, não tem perspectivas de elevação profissional.

Na verdade, os católicos ocupam os piores empregos; são chamados para os serviços de limpeza dos grandes bancos e escritórios, para a construção civil, para os lugares mais perigosos e mais expostos ao despedimento, nas indústrias. Por outro lado, o ódio dos protestantes tem dado lugar, através dos tempos, a imensas invasões de zonas residenciais católicas onde se assassina e se lançam bombas incendiárias em

nome da união com a Grã-Bretanha e das ideias dos teóricos do protestantismo, John Knox e Calvino, mas, na realidade, em nome do capitalismo e da exploração.

Nesta conjuntura, a presença do IRA no terreno político, social e militar é a única garantia de que dispõe a população católica para a sua defesa, para que não seja mais oprimida e discriminada. Para mais, a polícia, a temível «Royal Ulster Constabulary», é conhecida por um escandaloso partidarismo visto que os seus efectivos são constituídos por protestantes na sua imensa maioria.

Mesmo que o Sinn Fein consiga «meter» dois ministros no executivo que está a ser negociado, jamais conseguirá alterar uma situação económico-social que está consolidada há séculos. Seria necessário no Ulster um governo revolucionário de toda a Irlanda que tivesse coragem para nacionalizar os grandes meios de actividade económica (incluindo as instituições financeiras) e produzisse um novo regime de igualdade entre as duas comunidades. Compreende-se, assim, que a população católica não prescindia do braço armado que é o IRA e que esta organização, cuja esfera de influência se estende a toda a Irlanda e não só ao Ulster, mantenha, patrioticamente, a sua postura.

Como seria fácil e bela a vida dos protestantes numa «democracia ocidental» igual à que existe em todos os países da União Europeia desde que a riqueza, a propriedade, os bancos, o grande capital continuassem nas suas mãos... desde que a hipótese de intervenção armada do IRA deixasse de ser possível...

Orangistas e nazis — a mesma escola

Julho é o mês em que os protestantes do Ulster, sob os estandartes da Ordem de Orange, celebram históricas vitórias sobre a Irlanda e o seu povo católico. A mais sentida dessas celebrações é a da batalha do Boyne que se travou a 1 de Julho de 1690.

O Boyne é um rio que atravessa a cidade de Drogheda. Naquele dia, o exército de Guilherme III (Orange) comandado pelo duque de Schomberg derrotou o de James II (Stuart) e obrigou este a recuar para Dublin. O exército protestante era mais forte e melhor comandado. A Irlanda entregou-se ao poder da Inglaterra e do protestantismo. Os católicos passaram a existir sem quaisquer direitos. Só podiam ser escravos. A hora não era de triunfo apenas para a Grã-Bretanha e para os protestantes. No horizonte, a estrela do capitalismo brilhava. E ainda hoje brilha sobre a memória de milhões de irlandeses mortos ao longo de um inacreditável conflito.

Só quem já assistiu, pessoalmente, à passagem das marchas de celebração orangistas nas ruas de Belfast pode compreender a sua mensagem. Esta pretende ser de glória, pretende manter viva a chama das vitórias que deram lugar ao assalto às melhores terras em

toda a Irlanda e ao estabelecimento do protestantismo como forma de religião e, simultaneamente, como sistema de exploração do homem pelo homem. Quando marcham nas ruas das cidades do Ulster, os orangistas destilam ódio e arrogância de estilo nazi ao mesmo tempo que afirmam a sua hipócrita vocação religiosa.

Há um ano, criou-se um braço-de-ferro entre orangistas e católicos, em Drumree. Os primeiros, estandartes ao vento, pretendiam marchar através da Garvaghy Road, uma artéria predominantemente católica. Os segundos não desejavam ser provocados. A polícia e o exército britânico tomaram posições para que a marcha da Ordem de Orange não degenerasse numa confrontação fatal que pusesse em perigo os Acordos de Sexta-feira Santa.

Os protestantes não entraram em Garvaghy Road, portanto, mas ficaram à espera de poderem fazê-lo este ano. Com efeito, tentaram no passado dia 4, um domingo, forçar aquilo a que chamam o seu direito de marchar «democraticamente» através da rua dos católicos com a intenção patente de os humilharem e ofenderem ainda mais. A loja orangista de Portdown organizara uma impressionante mobilização de efectivos para que a entrada na Garvaghy Road se materializasse. O partido nacionalista e republicano, Sinn Fein, apelara a todos os católicos para que se unissem em defesa do seu direito de não serem invadidos pelos provocadores orangistas. Uma vez mais, o governo de Londres, compreendendo o perigo que uma confrontação de tão alto risco representaria para o moribundo processo de paz, instruiu as forças armadas e a polícia no sentido de não permitirem a marcha dos fanáticos protestantes na Garvaghy Road. Ergueu-se uma forte muralha à entrada da rua. Os orangistas não passaram.

Mas, no momento em que enviamos este despacho para a redacção do «Avante!», vagas de milhares de protestantes estão na Ormeau Road, em Belfast, preparadas para desafiar as autoridades em defesa do seu «direito sagrado» de marchar por onde entendam. Esta marcha está a causar novas preocupações entre toda a população que não deseja que se agrave ainda mais a precária situação política que está a viver-se. Não é necessário ser-se católico para compreender que os orangistas vivem dos ganhos acumulados no passado e nada pretendem, apesar dos seus protestos de cristianismo, a não ser a continuação da exploração dos católicos, republicanos e nacionalistas. Marcham, orgulhosamente, provocatoriamente, pela preservação dos seus valores reais: o capitalismo, o direito de humilhar e explorar. Eles próprios sabem que as vitórias do século dezassete se encontram depositadas no caixote do lixo da História. Mas preferem esquecê-lo.

Incrivelmente, o primeiro-ministro Tony Blair, tão lesto em defender os kosovares albaneses, não sabe o que fazer para travar os impulsos de limpeza étnica de que os seus protestantes do Ulster sempre deram mostras para com os católicos.



O «amigo americano»

Na «Presidência Aberta» que presentemente está a realizar na Região Autónoma dos Açores – e tal como tem acontecido em iniciativas semelhantes –, o Presidente da República, Jorge Sampaio, está a cruzar-se com o inevitável – os problemas e as dificuldades vividas nesta Região. Ao visitar a Base das Lajes, na ilha Terceira, ficou a saber que o «negócio» com os EUA continua na mesma, ou seja, dentro do tradicional *american way of life*, onde geralmente os americanos dão um chouriço para obterem um porco de volta. Neste caso até o chouriço desapareceu, dado que os EUA deixaram de pagar os 40 milhões de dólares/ano como contrapartida por fazerem daquela ilha um apeadeiro no meio do Atlântico, substituindo o pagamento por fornecimentos em «géneros». E que géneros? Por exemplo, rebocadores que, de tão velhos e degradados, tiveram de ir para a sucata. Entretanto, continuam a ter na Base depósitos de combustível que podem fazer a ilha pelos ares e a passear por lá esquadilhas inteiras

PONTOS CARDEAIS

dos mais sofisticados aviões, enquanto a Força Aérea Portuguesa continua a dispor apenas de dois *Aviocares* e um helicóptero *Puma* para todas as missões de interesse público no arquipélago, como as operações de busca, salvamento ou transporte de doentes, sendo incrível que o Governo português, ao menos, não exija aos americanos o fornecimento de alguns aparelhos em condições, em vez da sucata que impinge como «contrapartidas». Isto para não falar na situação laboral periclitante dos 912 portugueses que prestam serviço na base americana ou na incrível deportação para a Região de marginais norte-americanos de ascendência açoriana...

Tabuleiros

A célebre festa quadrienal dos tabuleiros, este ano reeditada em Tomar com toda a pompa e circunstância, teve nesta edição dois visitantes inesperados: Durão Barroso

e Paulo Portas. Não que fossem juntos, porque, actualmente, o que o PSD e o PP menos querem é andar juntos. Durão Barroso lá «fez escala» no seu autocarro com que anda a dar uma «volta à americana» pelo País e Paulo Portas apareceu não se sabe como, mas de certeza que não foi de autocarro. Passeando por entre a multidão, os dois visitantes lá iam obtendo o que os levou à Festa dos Tabuleiros: a cobertura da sua presença pelos órgãos de comunicação social – com relevo para as televisões – no meio de uma grande moldura humana. Em relação a Paulo Portas, ninguém estranha: o homem, que na última campanha eleitoral ficou conhecido pelo «Paulinho das feiras», entrou decididamente na estratégia de se misturar com as multidões em festa para com elas substituir os apoiantes que não tem. Estranhámos é Durão Barroso. Por amor de Deus, homem! O PSD não está assim tão em baixo na sua base social de apoio que seja preciso descer ao nível do Portas! Nem a festa dos

tabuleiros nem os militantes do PSD mereciam isto...

O único

Por falar em Paulo Portas, lá o vimos de novo a correr à boca de cena, que é como quem diz ao palanque que está montado em permanência na sede do CDS/PP para as declarações solenes do líder, para mostrar que ele existe, que mexe e que fala, embora geralmente não diga nada que se veja. Desta vez aproveitou a questão da UNITA desencadeada pelas declarações do presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, em Angola, para se exibir contra a corrente. Como? Muito simples: enquanto todos os outros partidos – PCP, PS e PSD –, pela voz dos seus líderes, acusavam unanimemente a UNITA e Jonas Savimbi pela continuação da guerra em Angola e a tragédia angolana, Paulo Portas pôs-se ao lado dos criminosos da UNITA (ai, coerente com o que o CDS/PP sempre fez), não para os defender frontalmente (faltou-lhe coragem para tanto), mas para fazer um discurso de «paz» enquanto declarava guerra a tudo e a todos. De tanto se colarem à UNITA de Jonas Savimbi, Portas e o CDS/PP até já discursam e argumentam como ela...

O «Ratinho»

Algumas palavras apenas para a reportagem da TVI que mostrou esse fenómeno da televisão brasileira chamado «Ratinho». Aquilo mostra mais uma vez como a degradação humana também pode descer infinitamente. Basta que a lógica do comércio televisivo entre na roda livre da exploração desenfreada, que é como quem diz, basta que o comércio televisivo entre, impunemente, na lógica do capitalismo. A primeira e grande obscenidade nem é o Ratinho – um chico-esperto boçal, inculto e voraz, produto típico de uma sociedade assente na injustiça meticulosamente organizada. A primeira e grande obscenidade é essa mesma sociedade de injustiça meticulosamente organizada. Quando Roma chegou ao paroxismo do *panem et circenses* o mal não estava no pão nem no circo, mas em quem os distribuía para continuar dono do espectáculo. Por isso o Império ruiu para não mais se levantar.

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

No fio dos dias frios

Do meu diário

Julho, o de António Nobre: orgulho tal o meu e o Sol de Julho.

Já passou os sessenta. Leva aos ombros um saco de cimento. Breve, há-de aparecer um novo hotel, resplandecente.

Foi assim. Passou ali um deus inventor do progresso protector do turismo e dos amantes súbitos fez um clic com os dedos (deuses, estão a ver) e o edifício fez-se.

Foi assim. Com certeza foi assim. Se não, teria de haver operários e não há como já provaram os filósofos com uma granda pinha.

O velho dobrado ao peso de um balde de desprezo? Esqueçam. Não passa de uma invenção minha.

Justiça? Ah, pois...

Manu, fábrica de lanifícios, abriu falência há dezanove anos (repito: abriu falência há dezanove anos) e as 200 operárias até hoje não tiveram qualquer indemnização. (Ainda pensei introduzir aqui umas rimas, porém não achei onde.)

Talvez um dia. Sim. Talvez um dia. Pelo Natal, quem sabe? Mas sem juro. Porquê? Porque a lei não permite.

Conclusão: esta lei não foi criada pelos trabalhadores. Chama-se a isto justiça universal. Ah, sim, sim. Com certeza! (Não se assustem. Fui eu que dei um soco na mesa.)

Silêncio para um poema

Hoje quero escrever um poema sem palavras.

O raio das palavras! Mal se precata a gente e está a arranjar um monte de sarilhos. Geralmente as palavras que esquecemos ou calculadamente recusamos.

Apetecia-me escrever sacanas cabrões filhos da puta (fora as mães que não têm culpa).

Porém, nenhum poema que se preze me vai aceitar isso. Tenho de o levar à certa doutra maneira. Sem palavras. Só música só gestos só uma forma de olhar só o silêncio com os gritos escondidos.

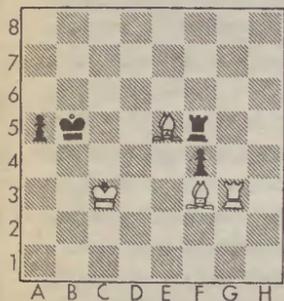
Estamos entendidos?

XADREZ

DCCXIII – 15 DE JULHO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999X24

Por: Leonid Kurbel
"Shakhmatry Listok" – 1923

Pr.: [4]: Ps. a5, f4 - Tf5 - Rb5
Br.: [4]: Bs. e5, f3 - Tg3 - Rg2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1999X24 [L. K.]

1. Bc2+, Ra4; 2. Ta3+, R:a3; 4. Bg4, Tf7;
5. Bh5, Tb7 [f5]; 6. Bb8 + e.g.

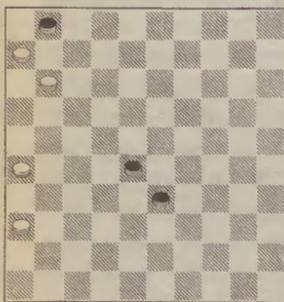
A. de M. M.

DAMAS

DCCXIII – 15 DE JULHO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999D24

Por: E. Repetto
Cannes, 1966

Pr.: [3]: 1-28-33
Br.: [4]: 6-11-26-36



Branças jogam e ganham

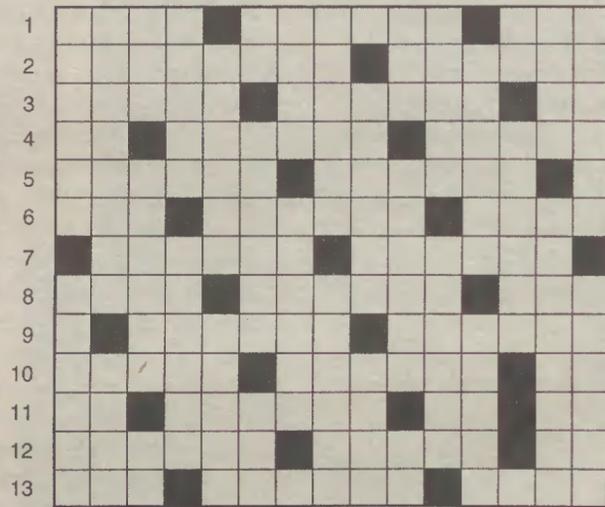
SOLUÇÃO DO N.º 1999D24 [E. R.]

1. 11-7, (1x12); 2. 6-1=D, (17-17); 3. 26-21, (17x26); 4. 1-6, (28-32); 5. 6x39, (32-37)*; 6. 39-28, (37-42); 7. 28-37, (42x31); 8. 36x27 +

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 – Mamífero carnívoro da América, da fam. dos felídeos, com afinidades com o leão; pedra preciosa, de cor leitosa ou azulada, que apresenta reflexos cambiantes e é uma variedade de sílica hidratada (pl.); utensílio de cozinha (pl.). 2 – Acometeram; que tem marcado o peso da tara. 3 – Extrair; farpear touros; sufixo nominal, de origem latina, com sentido diminutivo e por vezes pejorativo. 4 – Alumínio (s.q.); pancada com o taco; estimara muito. 5 – Mencionara um texto; oprimem. 6 – Ensejo; amaciam; narcotiza. 7 – Denunciar; ofendera. 8 – Lavrar; ratazana; ninho. 9 – Libertara; transferira para outro dia. 10 – Nasce; ave da fam. dos psitacídeos, de plumagem rica e cauda longa (pl.); carta de jogar. 11 – Sódio (s.q.); choupos; nome da décima sétima letra do alfabeto grego; graceja. 12 – Cingiras com nó; mortal; Actínio (s.q.). 13 – Chiste (fig.); aldeão dos arrabaldes de Lisboa; equipo.

VERTICAIS: 1 – Antiga moeda brasileira, de prata, que valia aproximadamente 320 réis (32 centavos); lugar de contendas (pl.). 2 – Empregar com utilidade; bosque. 3 – Grande extensão de água salgada; serenata; outra coisa (ant.). 4 – Respeita; expelir urina pela via natural. 5 – Ave aquática do Rio Grande do Sul (bras.) (pl.); esmagas. 6 – Suf. de agente; não mencionara; arco de cabaz. 7 – Engaste de pedras preciosas; encolerizaram. 8 – Composto hidrocarbonato muito abundante nos vegetais, principalmente nos tubérculos, rizomas e sementes (pl.); pequena acha de lenha. 9 – Enfurecido; guarneci com asas. 10 – Fruto da ateira; nascer; o m.q. porco (prov.). 11 – Curar; movera-se sobre a água. 12 – Folhagem; separa. 13 – A parte mais larga dos membros dianteiros das reses; aquece. 14 – Acrescentar; sustentaram-se no ar. 15 – Adicionara; relativo ao oásis.

SOLUÇÃO:
VERTICAIS: 1 – Patá; amorm. 14 – Adir; patiraram. 15 – Somara; oásico. 13 – Chiste; mortal. 12 – Cingiras com nó; mortal; Actínio (s.q.). 11 – Sódio (s.q.); choupos; nome da décima sétima letra do alfabeto grego; graceja. 10 – Nasce; ave da fam. dos psitacídeos, de plumagem rica e cauda longa (pl.); carta de jogar. 9 – Libertara; transferira para outro dia. 8 – Lavrar; ratazana; ninho. 7 – Denunciar; ofendera. 6 – Ensejo; amaciam; narcotiza. 5 – Mencionara um texto; oprimem. 4 – Alumínio (s.q.); pancada com o taco; estimara muito. 3 – Extrair; farpear touros; sufixo nominal, de origem latina, com sentido diminutivo e por vezes pejorativo. 2 – Acometeram; que tem marcado o peso da tara. 1 – Mamífero carnívoro da América, da fam. dos felídeos, com afinidades com o leão; pedra preciosa, de cor leitosa ou azulada, que apresenta reflexos cambiantes e é uma variedade de sílica hidratada (pl.); utensílio de cozinha (pl.).

AGENDA



Festa de Verão da JCP Cascais

CT do PCP
de Alcabideche

Sábado, 17, a partir das 17h

Debate com

José Casanova
"Juventude
e ideologias"

JCP Porto
Sábado, 17, às 15h, no CT da Boavista
**Debate sobre
Toxicoddependência**
com Isabel Nogueira

Concerto

com as bandas **Bonsai, Slunk**
e **Sadic Puck**

Entrada livre

(Colectivo do Ensino Secundário
da Cidade do Porto)

—★—

Sábado, 17, às 19h, no Centro de Trabalho

CHURRASCO em VALONGO

(Colectivo da Escola Secundária
de Valongo)

Forum de Debate inserido na preparação do PROGRAMA ELEITORAL DO PCP

com a participação de
Carlos Carvalhas

Lisboa, Hotel Sofitel - Sexta-feira, 16, às 14h30

—★—

Carlos Carvalhas em Loures Visita a novos Equipamentos de Ambiente do concelho

Na próxima terça-feira, 20, a partir das 10h, o secretário-geral do PCP visita alguns dos novos Equipamentos de Ambiente do concelho de Loures - obras do Parque Urbano de Sta. Iria de Azóia e instalações da ETAR de Frielas - numa delegação da CDU de que fazem também parte Luís Sá, Isabel de Castro, do Partido Ecologista "Os Verdes", Presidente e vereadores da CM de Loures, presidentes de Juntas de Freguesia e dirigentes locais do PCP.

Com os agricultores de Guimarães e Terras do Bouro

Entretanto, no próximo domingo, Carlos Carvalhas participa, a partir das 10 e 30 h, num encontro com agricultores, a convite da Comissão de Defesa da Veiga de Creixomil, Guimarães, na Cooperativa Agrícola de Guimarães.

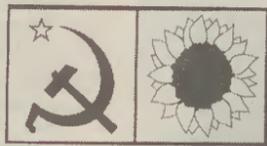
Nesse mesmo dia, às 14 horas, estará presente nos Bombeiros Voluntários de Terras do Bouro, num encontro com agricultores/produtores de gado para debater a nova doença do gado (leucose) que afecta a zona.

Acampamento Juventude CDU no Litoral Alentejano

23, 24 e 25 de Julho - Rio de Figueira

Inscrições (só 2.000\$00!)

nos Cts do PCP de Beja, Évora,
Portalegre, Santiago do Cacém



Vila Nova de Gaia

Sexta-feira, 16, 21h30

Salão Nobre da JF de Vilar do Paraíso

A CDU E AS LEGISLATIVAS

com a participação dos candidatos

Honório Novo

e **Mário David Soares**

—*—

Convívio em Aveiro

Parque das Merendas do Furadouro
(junto à Casa Florestal)

Domingo, 18, a partir das 10h

Jogos populares - Almoço - Música popular

Às 16h:

Apresentação dos candidatos CDU
pelo distrito de Aveiro

com a presença de **Ilda Figueiredo**
e **Joaquim Almeida**

—*—

Cidade de Queluz

Encontro CDU

Sexta-feira, 16, às 21h30, no CT do PCP

Com a participação de **Carlos Chaparro**
e **Lino Paulo**

Apresentação do livro

O PCP e o Desporto do Séc. XXI

Quinta-feira, 15,

às 18h,

no CT Vitória,
com participação
de **Luís Sá**

(Iniciativa do Grupo
de Estudos do PCP para
a Política Desportiva)

Plenários e outras reuniões

Alhandra

Sob o tema "Segurança Social - Que futuro?",
debate com **Alexandrino Saldanha** na Associação
de Reformados - hoje, quinta-feira, às 15h30.

Lisboa

Plenário de de militantes dos sectores de Serviços e
Empresas de Lisboa - hoje, quinta-feira, às 19h30,
no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé.

Ovar

Plenário da célula da Efacec/Ovar sobre a situação
na empresa e a actualidade política e questões da
organização do Partido, com a participação do
camarada **Francisco Lopes** - sexta-feira, 16,
às 21h30, no Centro de Trabalho de Ovar.

Póvoa de Sta. Iria

Debate sobre "Segurança Social - Que futuro?", com
a participação de **Alexandrino Saldanha** - quinta-
-feira, 22, às 15h30, no Centro de Trabalho do PCP.

Vialonga

Plenário de militantes da organização local, aberto a
amigos do Partido, sobre a situação política e social
e tarefas imediatas, com a participação do camarada
António Andrez - sábado, 17, às 16h, no Centro
de Trabalho de Vialonga.

Festa
1999
Avante!

3,4 e 5 Setembro
Atalaia * Amora * Seixal

**Sábado, na
Quinta da Atalaia
Jornada
de trabalho
e convívio
do Sector
de Empresas
de Lisboa**

... mas na Festa
continua a haver
todos os sábados e domingos
TRABALHO PARA TODOS!

TELEVISÃO

Quinta, 15

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Futebol de Praia
17.00 O Amigo Público
18.15 País, País
19.05 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 As Lições do Tonecas
21.45 Grande Entrevista
23.15 Ballet Rose
00.35 24 Horas
01.25 Volta a França em Bicicleta

Sexta, 16

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.15 País, País
19.05 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.15 Uma Casa em Fancos
22.15 A Lei do Poder
(de Michael Apted, EUA/1990, com Gene Hackman, Mary Elizabeth)

Sábado, 17

- RTP 1
08.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
14.55 Futebol de Praia
17.05 Amigos
17.40 Estrada Viva
18.15 Amanda
(de Robby Roth, EUA/1997, com Kieran Culkin, Dennis Haysbert, Chris Mulkey. Aventuras)
20.00 Telejornal
21.25 Santa Casa
23.15 Nash Bridges
00.15 Sexto Sentido
00.55 Futebol de Praia
01.10 24 Horas

Domingo, 18

- RTP 1
08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Futebol de Praia
15.45 Made in Portugal
17.00 Saber & Fazer
17.35 Ultra-Secreto
(de Jim Abrahams, David e Jerry Zucker, EUA/1984, com Val Kilmer, Lucy Gutteridge, Peter Cushing. Comédia Musical / Espionagem)
19.25 Destinos de Sofia
20.00 Telejornal
20.50 Saídas da Casca
22.00 Jet Sete
22.40 A Teia
00.35 Futebol de Praia

Segunda, 19

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Lições do Tonecas
16.30 O Amigo Público
18.15 País, País
19.05 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Nós, os Ricos
21.35 Polícias
22.45 Donnie Brasco
(de Mike Newell, EUA/1997, com Al Pacino, Johnny Depp, Michael Madsen, Bruno Kirby, Anne Heche, James Russo. Ver Destaque)
01.05 Porta da Paz Celestial
02.00 24 Horas
02.50 Volta a França
02.45 Máquinas
03.50 A Sétima Moeda
(de Dror Soref, EUA/Israel/1993, com Peter O'Toole, Navin Chowdhry, Alexandra Powers, John Rhys-Davies. Aventuras)

Terça, 20

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Lições do Tonecas
16.15 O Amigo Público
18.15 País, País
19.05 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Cromos de Portugal
21.55 Herman 99
00.15 Dharma e Greg
00.45 24 Horas
01.35 Volta a França
02.05 Sequest, Brigada Submarina

Quarta, 21

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Lições do Tonecas
16.30 O Amigo Público
18.15 País, País
19.05 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.05 Docas 2
22.25 Reckless, Perigosa Sedução
23.35 Diário de Maria
01.00 24 Horas
01.50 Volta a França
02.20 Quatro Quartos
(de de Allison Anders, Alexander Rockwell, Robert Rodrigues e Quentin Tarantino, EUA/1995, com Tim Roth, Jennifer Beals, Antonio Banderas, Marisa Tomei, Bruce Willis. Comédia Negra)



Odete Santos é esta semana a entrevistada de Carlos Cruz: sexta-feira à noite na RTP2



A vida e a brilhante carreira da cantora Elisabeth Schwarzkopf no «Artes e Letras» desta semana

- 01.55 Um Espião Impossível
(de Jim Goddard, Gr.Br./EUA/1987, com John Shea, Eli Wallach, Nadia Cohen. Telefilme / «Thriller»)

- RTP 2
14.30 Informação Gestual
15.00 Volta a França em Bicicleta
16.00 Terra Selvagem
16.45 Gente Remota
17.35 Euronews
18.00 A Fé dos Homens
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.20 Mundial de Basquetebol
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Suspeita
(de Alfred Hitchcock, EUA/1941, com Cary Grant, Joan Fontaine, Sir Cedric Hardwicke, Nigel Bruce. Ver Destaque)
00.50 Hitler e Stalin, Ligações Perigosas

- SIC
08.00 Buééré
12.00 Zázá
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide



«A Teia», uma série italiana na esteira de «O Polvo» e também com Michele Placido: domingo na RTP1

- 15.00 Buééré
15.40 Fátima Lopes
17.55 No Sofá Vermelho
18.00 Força de um Desejo
19.00 Andando nas Nuvens
20.00 Jornal da Noite
21.00 Suave Veneno
22.00 Esta Semana
23.30 Sem Regresso
(de Frank Cappello, EUA/1996, com Russell Crowe, Helen Slater, Michael Lerner. Acção)
01.45 Último Jornal
02.20 Portugal Radical
02.50 Vibrações

- TVI
09.00 A Fúria do Destino
10.05 Animação
12.00 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
18.00 Robocop
19.00 Soldados da Justiça
20.00 Asas nos Pés
21.00 Directo XXI
21.40 Em Legítima Defesa
23.30 Homicídio de Versace
(de McNaahen Colan, EUA/1998, com Franco Nero, Mate Servino, Shane Perdue. Drama)
01.30 Competente e Descarada
02.00 Terra: Conflito Final
03.00 O Mundo do Futebol

- Mastrantonio, Colin Friels, Joanna Merlin. Ver Destaque)
00.05 Magia - Truques à Vista
01.10 24 Horas
02.00 Ciclismo - Volta a França
02.35 Páginas Negras de Patrícia Highsmith

- RTP 2
14.30 Informação Gestual
15.00 Ciclismo - Volta a França
16.00 O Caminho das Estrelas
16.45 Gente Remota
17.35 Euronews
18.00 Programa Religioso
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.20 Mundial de Basquetebol
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Carlos Cruz Entrevista
23.50 Vítimas Inocentes
00.45 Máscaras da Música

- SIC
08.00 Buééré
12.00 Zázá
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Buééré
15.40 Fátima Lopes

- 17.55 No Sofá Vermelho
18.00 Força de um Desejo
19.00 Andando nas Nuvens
20.00 Jornal da Noite
21.00 Conversa da Treta
21.40 Suave Veneno
22.50 Moda Mar
00.30 A Arma Perfeita
(de Mark DiSalle, EUA/1991, com Jeff Speakman, John Dye, Mako. Acção)
02.40 Último Jornal
03.15 Portugal Radical
03.45 Vibrações

- TVI
09.00 A Fúria do Destino
10.05 Animação
12.00 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
18.00 Robocop
19.00 Soldados da Justiça
20.00 Asas nos Pés
21.00 Directo XXI
21.40 Os Reis da Música Nacional
23.40 Vidas em Fuga
(de Eric Laneville, EUA, com Mark Paul Gosselaar, Gina Philips, Talia Shire. Drama)
01.40 Competente e Descarada

- 01.50 Volta a França em Bicicleta
02.20 O Clube da Sorte e da Alegria
(de Wayne Wang, EUA/1993, com Tsai Chin, Kieu Chinh, Lisa Lu, France Nuyen. Ver Destaque)
04.45 Eat Your Heat Out
(Longa-metragem. Nenhuma informação complementar)

- RTP 2
09.00 Universidade Aberta
11.30 Aventuras Espaciais
12.00 Contos Assombrosos
13.20 Dinheiro Vivo
14.00 Na Rota do Orientete
15.00 Desporto 2
18.50 Onde Curta
(A Vida Excitante de uma Árvore, The Exciting Life of a Tree, de Bill Plympton, EUA/1998; A Grande Viagem, The Long Journey, de Andrey Khrjanovsky. Curtas Metragens)
19.50 A Saga da Vida
20.40 Departamento de Homicídios
21.40 Ugh
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História
23.35 Allô, Allô!
00.05 Jogo da Vida
00.35 Absolutamente Fabulosas
01.05 Roger e Eu
(Documentário de Michael Moore, EUA/1989. Ver Destaque)

- SIC
08.00 Buééré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Academia de Polícia IV - A Patrulha do Cidadão
(de Jim Drake, EUA/1987, com Steve Guttenberg, Bubba Smith, Michael Winslow. Comédia)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Pequenos e Terríveis
22.10 Mundo VIP
23.10 Mulher
00.10 Afrodísia
00.45 Último Jornal
01.20 A Baby Sitter
(de Rick Berger, EUA/1991, com Kim Meyers, Britt Cullen, Susan Barnes. Drama)
03.35 Portugal Radical.

- TVI
09.00 A Fúria do Destino
10.00 Animação
12.20 Top Rock
13.30 Contra-Ataque
14.20 Uma Mulher de Corpo Inteiro
17.00 Bruxinhas ao Ataque
(de Jim Green e Allen Epstein, EUA/1994, com Mary Kate Olsen, Ashley Olsen, Cloris Leachman. Fantasia)
19.00 Colégio Brasil
21.00 Directo XXI
21.40 O Segredo das Estrelas
22.40 Estação do Amor
(de Robert Halmi, EUA, com Carol Burnett, George Segal, Eric Lloyd. Drama)
00.40 A Farsa do Assassino
(de Brian Grant, EUA/1994, com Eric Roberts, Kari Wahrer, Paul LeMat. Policial)
02.30 Histórias Fantásticas

- 00.50 24 Horas
01.30 Volta a França em Bicicleta
02.00 Perigo Iminente
02.50 As Noites Loucas de Jimmy Reardon

- RTP 2
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.50 Murphy Brown
12.15 Heróis em Acção
13.00 A Europa de Combóio
14.00 Jornal de África
14.30 Rotações
15.00 Gala Desportiva
16.00 Desporto 2
18.40 Excentricidades
19.00 Ladrão que Rouba Ladrão
19.35 Bom Bordo
21.00 Artes e Letras «Elisabeth Schwarzkopf»
22.00 Jornal 2
22.35 Horizontes da Memória
23.10 Faenas
23.40 O Comboio do Inferno
(de Tom Gries, EUA/1975, com Charles Bronson, Ben Johnson, Jill Ireland, Richard Crema. «Western»)

- SIC
08.00 Buééré
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 McQuade, o Lobo Solitário
(de Steve Carver, EUA/1983, com Chuck Norris, David Carradine, Barbara Carrera. Artes Marciais)
16.00 Vip
17.00 Rex, O Cão Policia
18.00 A Rede
(de Irvin Winkler, EUA/1995, com Sandra Bullock, Jeremy Northam, Dennis Miller, Diane Baker. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Um Sarilho Chamado Marina
21.30 O Fura-Vidas
22.00 Cantigas da Rua
23.10 Desejos Inconscientes
(de Bigas Luna, Esp./1992, com Penelope Cruz, Stefania Sandrelli, Anna Galiena. Ver Destaque)
01.10 Último Jornal
01.40 Hilda Furacão
02.45 Portugal Radical

- TVI
09.00 Animação
11.00 Programa Religioso
11.10 Missa
13.05 Os Últimos Paraísos na Terra
14.00 Coração Americano
(de Martin Bell, EUA/1992, com Jeff Bridges, Edward Furlong, Lucinda Jenney, Don Harvey. Ver Destaque)
17.00 Confissões de uma Universitária
(de Uli Edel, EUA/1995, com Alyssa Milano, Jamie Luner, Brian Bloom. Drama)
19.00 Colégio Brasil
21.00 Directo XXI
21.40 Ousada Justa
22.40 Outros que Mentem
(de Chuck McLain, EUA/1996, com Cassidy Rae, Vincent Irizarry, Alison Smith. Drama)
00.40 Meia-Noite e Um
01.40 Encontro com a Vida
(Port./1960, com Maria Dulce, Rogério Paulo, Luz Veloso, Maria Olguim, Fernando Cura Ribeiro. Drama)

- RTP 2
14.00 Informação Gestual
16.00 Rumo ao Sul
16.55 Gente Remota
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.20 Mundial de Basquetebol
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 A Coroa e o País
23.20 Claxon
23.50 Novos Heróis
00.45 Biografia: «Eu, Mário Botas»
01.40 Musical

- SIC
08.00 Buééré
12.00 Zázá
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Buééré
15.40 Fátima Lopes
17.55 No Sofá Vermelho
18.00 Força de um Desejo
19.00 Andando nas Nuvens
20.00 Jornal da Noite
21.00 Imagens Reais
22.15 Suave Veneno
23.45 Casos de Polícia
01.15 Cidade Escaldante
02.15 Último Jornal
02.50 Dra. Quinn
03.50 Portugal Radical
04.20 Vibrações

- TVI
09.00 Animação
12.00 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
18.00 Sonic
19.00 Soldados da Justiça
20.00 Asas nos Pés
21.00 Directo XXI
21.35 Quero Justiça!
22.35 Inocência Perversa
(de Amy Holden Jones, EUA/1996, com Halle Berry, Peter Greene, Clive Owen. Drama)
00.45 Invasão de Privacidade
02.50 O Corvo
03.50 Competente e Descarada



«Ficheiros Secretos» no fim?

- Hayakawa. Ver Destaque)
03.40 Portugal Radical
04.30 Vibrações

- TVI
09.00 Animação
12.00 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
18.00 Robocop
19.00 Soldados da Justiça
20.00 Asas nos Pés
21.00 Directo XXI
21.40 Pretender
22.40 Ficheiros Secretos
23.35 Orquídea Selvagem
(de Zalman King, EUA/1990, com Mickey Rourke, Jacqueline Bisset, Carre Otis. Drama / Erótico)
01.30 Competente e Descarada

- RTP 2
14.30 Informação Gestual
15.00 Volta a França
16.00 Derrick
16.45 Gente Remota
17.40 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.20 Mundial de Basquetebol
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Ler para Crer
23.50 Ligações Sujas
(de Mike Figgis, EUA/1990, com Richard Gere, Andy Garcia, Nancy Travis, Laurie Metcalf, William Baldwin. «Thriller» Policial)

- TVI
09.00 Animação
12.00 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
18.00 Sonic
19.00 Soldados da Justiça
20.00 Asas nos Pés
21.00 Directo XXI
21.35 Quero Justiça!
22.35 Inocência Perversa
(de Amy Holden Jones, EUA/1996, com Halle Berry, Peter Greene, Clive Owen. Drama)
00.45 Invasão de Privacidade
02.50 O Corvo
03.50 Competente e Descarada



Fernanda Montenegro e a sua «Zázá» distinguem-se, numa altura em que até as telenovelas empalidecem...

- 14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
18.00 Robocop
19.00 Soldados da Justiça
20.00 Asas nos Pés
21.00 Directo XXI
21.40 Marés Vivas
22.40 Na Lista para Matar
(de William Webb, EUA/1993, com Jeff Fahey, Yancy Butler, James Coburn. «Thriller»)
00.50 Chantagem e Sedução
(de de Lou Diamond Phillips, EUA/1994, com Kate Vernon, Lou Diamond Phillips. Drama)
03.15 Competente e Descarada
03.45 Desporto

- SIC
08.00 Buééré
12.00 Zázá
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Buééré
15.40 Fátima Lopes
17.55 No Sofá Vermelho
18.00 Força de um Desejo
19.00 Andando nas Nuvens
20.00 Jornal da Noite
21.00 Jornalistas
22.10 Suave Veneno
23.20 O Feitiço do Tempo
(de Harold Ramis, EUA/1993, com Bill Murray, Andie MacDowell, Chris Elliot. Comédia Fantástica)
01.20 Último Jornal
01.55 Médicos Sem Fronteiras
02.55 Portugal Radical

- TVI
09.00 Animação
12.00 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
18.00 Sonic
19.00 Soldados da Justiça
20.00 Asas nos Pés
21.00 Directo XXI
21.35 Quero Justiça!
22.35 Inocência Perversa
(de Amy Holden Jones, EUA/1996, com Halle Berry, Peter Greene, Clive Owen. Drama)
00.45 Invasão de Privacidade
02.50 O Corvo
03.50 Competente e Descarada

- TVI
09.00 Animação
11.00 Programa Religioso
11.10 Missa
13.05 Os Últimos Paraísos na Terra
14.00 Coração Americano
(de Martin Bell, EUA/1992, com Jeff Bridges, Edward Furlong, Lucinda Jenney, Don Harvey. Ver Destaque)
17.00 Confissões de uma Universitária
(de Uli Edel, EUA/1995, com Alyssa Milano, Jamie Luner, Brian Bloom. Drama)
19.00 Colégio Brasil
21.00 Directo XXI
21.40 Ousada Justa
22.40 Outros que Mentem
(de Chuck McLain, EUA/1996, com Cassidy Rae, Vincent Irizarry, Alison Smith. Drama)
00.40 Meia-Noite e Um
01.40 Encontro com a Vida
(Port./1960, com Maria Dulce, Rogério Paulo, Luz Veloso, Maria Olguim, Fernando Cura Ribeiro. Drama)

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Suspeita (Quinta, 22.50, RTP2)

Lina McKinley (Joan Fontaine), filha de um rico general reformado, casou com o bem parecido John Aysgarth (Cary Grant), que goza da reputação de ser corredor, jogador e imoderado gastador. No regresso da viagem de núpcias, John confessa à sua mulher que está «nas lonas» mas que não pretende trabalhar, ao mesmo tempo que interessa o seu amigo Beaky num negócio imobiliário. Quando este morre subitamente em Paris, coincidindo com uma ausência de John em viagem, Lina suspeita de que o seu marido fora o culpado da morte, tanto mais que lucraria com esse facto. E quando, depois, vem a saber que John andara a inquirir sobre o seguro de vida dela própria, suspeita então que ele queria provocar a sua morte, decidindo refugiar-se em casa da mãe. É John que conduz o carro, a uma tal velocidade que ela procura saltar da viatura, despertando então o marido para a realidade: as suas atitudes haviam feito nascer as suspeitas na sua mulher; mas agora, esclarecido o equívoco, o casal retoma a sua vida normal, uma vez recuperada a confiança. Este filme inaugura, na rubrica de João Bénard da Costa *O Meu Cinema*, um ciclo dedicado a Alfred Hitchcock e é o quar-

tradas tentativas de comunicação entre eles num ambiente familiar marcado pelo facto de o primeiro ser um cadastrado destruído pela vida e de o segundo hesitar na melhor forma de lhe provar o seu amor. Duas grandes interpretações de Jeff Bridges e de Edward Furlong.

A Rede (Domingo, 18.00, SIC)

Uma especialista de informática (Sandra Bullock) tem por ocupação testar novos programas de software mas, nas horas vagas, costuma também entreter-se frequentando «grupos de discussão» e as chamadas sessões de chat, até que um dia descobre por acaso uma página na Web cuja exploração mais detalhada a faz envolver em perigosíssimas complicações... E fiquemo-nos por aqui! O argumento, embora nem sempre está articulado com grande lógica, assenta que nem uma luva em mais um filme desta nova corrente de obras de suspense cuja influência mais ou menos longínqua reside em Hitchcock. Mas, claro, os seus autores não são capazes de lhe chegar aos calcanhares do velho, como pode comprovar quem comece a assistir esta semana ao seu ao ciclo!



«O Clube da Sorte e da Alegria», de Wayne Wang, é uma estreia da RTP1 (sábado)



Uma cena de «Suspense», de Alfred Hitchcock

to realizado pelo cineasta nos EUA, demonstrando uma notável maestria em termos de narrativa que faz crescer, pouco a pouco, tanto na principal personagem feminina como no espectador, as mais terríveis suspeitas. Cena capital do filme: o copo de leite que John propõe à sua mulher e que esta recusa. Brrrrrrrrrr...

A Lei do Poder

(Sexta, 22.15, RTP1)

O grande achado deste argumento é transpor para a vida profissional o violento confronto entre pai e filha na vida familiar. É que, na circunstância em que estão envolvidos, ambos são advogados - um de acusação e outro de defesa - no julgamento de um caso.

Mas o que mais importa, em todo o filme, são os problemas de ética profissional que a sua conduta durante o julgamento envolve, bem como as motivações e a experiência de ambos os contendores: o pai, com um passado de luta contra o sistema, a começar pelas suas posições de firmeza durante a «era McCarthy»; a filha, como jovem representante de um tempo em que a subida na carreira justifica os atropelos mais surpreendentes e insuspeitados. Grandes interpretações de Gene Hackman e Mary Elizabeth Mastrantonio.

Roger e Eu (Sábado, 01.05, RTP2)

O realizador Michael Moore investiga neste documentário o célebre caso do encerramento de onze secções das fábricas da General Motors na cidade de Flint, no Estado de Michigan, entre 1987 e 1989, e debruça-se sobre as consequências que o despedimento de 30 mil trabalhadores inevitavelmente acarretaram. Que o filme se tenha orientado neste sentido - depois de Roger Smith, presidente da companhia, sistematicamente se ter recusado a fazer declarações sobre esta catástrofe social - só prova que a prepotência, a insensibilidade e a arrogância do grande patronato (seja ele reaganista, cavaquista ou guterrista) não conhecem fronteiras. Que Michael Moore o tenha conseguido num tom geral de comédia negra, por vezes dramaticamente irresistível, é sinal de inegável talento e originalidade.

Coração Americano

(Domingo, 14.10, TVI)

Inspiração no seu próprio documentário *Streetwise*, premiado em 1985 com um Oscar da categoria, o realizador Martin Bell ensaia aqui o seu primeiro filme de ficção em que trata alguns dos temas e personagens já abordados naquele filme. Trata-se de uma crónica amarga das relações entre um pai e seu filho e das frus-



Rodagem do documentário «Roger e Eu», de Michael Moore

Desejos Inconscientes

(Domingo, 23.10, SIC)

Tal como frequentemente se detecta em obras cinematográficas de Luis Buñuel ou, mais modernamente, Pedro Almodóvar, este *Desejos Inconscientes* é atravessado pela mais irresistível das anarquias, em forma de uma das comédias sexy mais atraentes dos últimos anos. Realizado pelo espanhol Bigas Luna, a partir de um argumento escrito por ele próprio, o filme conta-nos os conflitos entre duas famílias que entram em choque quando uma rapariga se apaixonou pelo filho do patrão e é por este engravidada, constituindo ao mesmo tempo um irresistível retrato da evolução social e política em Espanha. Segundo as referências, a não perder!

Donnie Brasco (Segunda, 22.45, RTP1)

Segundo nos propõe o Boletim de Programas da RTP, o filme «é uma nova incursão pelo sempre fascinante universo do crime organizado dos EUA, neste caso, a Máfia de Nova Iorque». Na realidade, baseado na própria história real de Joe Pistone, o filme conta-nos o caso da infiltração deste, durante seis anos, como agente do FBI sob disfarce, no submundo das famílias do crime, subindo na hierarquia da organização «a ponto de perder a noção das



Sandra Bullock é a intérprete principal do thriller «A Rede», de Irwin Winkler

suas responsabilidades, da sua missão e mesmo do seu sentido de lealdade». Realizado por Mike Newell e claramente influenciado por Martins Scorsese, um filme a descobrir.

A Marca de Fogo (Segunda, 02.15, SIC)

Uma mulher fatal que, perdendo ao jogo uma enorme quantia destinada à Cruz Vermelha, promete os seus amores a um rico japonês, em troca do dinheiro que perdura, é depois vingada pelo seu marido que assassina o

japonês depois deste a marcar na espádua com um ferro em brasa. Realizado por Cecil B. De Mille, eis um filme do período do mudo considerado como um marco histórico pelas qualidades invulgares da sua encenação mas também pelos avanços técnicos ao nível da iluminação, fotografia e montagem e, sobretudo, pelo tema, muito arrojado para a época (1915). Uma curiosidade reforçada pelo facto de ser provável tratar-se de uma reconstrução, já que se supunha apenas terem restado alguns fragmentos do filme.

CABO & SATÉLITE

Evocação de Darwin no «Odisseia»

Esta semana merece destaque uma série documental em três episódios, intitulada «Nascido Selvagem», que o canal Odisseia começa a apresentar hoje e nas próximas duas semanas às 21 horas. Segundo o texto de apresentação, visitaremos «alguns dos lugares mais distantes e inóspitos do mundo» e contactaremos com «algumas das criaturas que ali vivem, de África e Madagáscar ao Alasca, América Central ou Patagónia (e que) aprenderam ao longo dos séculos a coexistir e a adaptar-se ao meio onde lhes foi designado viver, num exemplo real sobre a teoria de evolução de Darwin». (Odisseia, quintas-feiras, das 21 às 22 horas)



concertos mais esperados do próximo Festival de Jazz do Seixal (além do mais, pelos músicos que traz com ele), o pianista francês Martial Solal é um dos mais originais pianistas de jazz europeus. Os amantes desta música podem vê-lo, ouvi-lo e conhecê-lo melhor, no próximo sábado, no canal Muzik, em mais um documentário da série «Music Planet», este realizado já este ano por Jean-Paul Fargier e Gérard Arnaud.

Regressa o futebol jovem

Realiza-se, a partir da próxima segunda-feira (desta vez na Suécia) mais um Campeonato da Europa de Futebol Sub-18, no qual participa de novo a equipa portuguesa. Não só na RTP, como é natural, mas também no Eurosport, poderá seguir as partidas mais importantes. Esteja atento! (Eurosport, Segunda-feira, das 22.30 às 00.00)

**Martial Solal no «Muzik»**

Já anunciado para Outubro na Margem Sul, como um dos



As pesadas suspeitas

«Consultório» é daquelas rubricas que quase ninguém vê e de que ninguém se lembra. Contudo, é transmitida pela RTP 1, em princípio, o canal principal da televisão portuguesa, e dura uma hora, nem menos. Só que a hora se situa entre as duas e as três da tarde, mais quarto de hora menos quarto de hora, e essa não é decerto a altura em que vários milhões de portugueses se acomodam diante dos televisores por não terem, ou por acharem que não têm, nada melhor para ocuparem o seu tempo.

«Consultório» não vem falar de casamentos de princesas nem de equivalentes casos de interesses geral: na sua variada linha de temas apenas se incluem situações e problemas da corrente vida quotidiana, isto é, assuntos que os *media* não valorizam aos olhos do público que, conseqüentemente, se desinteressa deles.

Por mim, vejo tanto quanto posso as emissões de «Consultório», aliás mais na condição de cidadão que na de sujeito que há-de escrever sobre TV. Reconheço, aliás que o formato de «Consultório» não é aliciante, mas sou dos que não procuram na televisão um estímulo sempre disponível para uma espécie de cavalgada de emoções: a utilidade também me interessa, e muito. Ora, «Consultório» é muitas vezes útil, embora nem sempre. É-o, por exemplo, quando os problemas do consumo, isto é, a selva que o consumidor é obrigado a percorrer, são abordados com a presença de Mário Frola, imbatível na justeza dos esclarecimentos que produz e também no impacto decorrente da ênfase por ele posta no seu discurso. E foi-o recentemente, pelo menos para quem tenha assistido à emissão, quando na passada semana foi debatido em «Consultório» o tema recorrente que é a relação da violência na TV com as crianças.

Estiveram em estúdio uma psicóloga social (Luísa Lima), uma educadora de infância (Orquídea Campos) e o presidente da Federação das Associações de Pais (Carlos Alberto Pereira). Cedo se tornou visível que qualquer deles é da opinião de que a violência na TV tem, sim, influência no comportamento dos espectadores e, designadamente, no público infantil, em princípio mais vulnerável, sobre cuja formação pode ter um efeito nefasto. Este consenso tornou evidente a falta que ali fazia o dr. Emídio Rangel, ou pelo menos um seu embaixador, sabendo-se como se sabe que quando se fala deste assunto logo Rangel desata a argumentar que o que andam a querer é instituir uma qualquer forma de censura. Tanto quanto parece, nem lhe passa pela cabeça que o público incitamento ao crime ou sequer o estímulo à sua prática incorrem em ilegalidade e que, por exemplo, a proibição de conduzir pela esquerda não é uma forma de censura rodoviária mas uma

imposição cautelar para prevenir acidentes que sem ele seriam muito prováveis, mesmo se considerarmos que poderiam não ocorrer.

A publicidade «acusa»

O importante, entenda-se, é que Emídio Rangel não está sozinho, longe disso, no seu empenhamento em inocentar a TV da acusação de estimular comportamentos violentos na vida real. Os advogados desta ré alegam que não há provas científicas, irrefutáveis, e é verdade. Há, contudo, circunstâncias que justificam suspeitas, e das pesadas. Em «Consultório» falou-se

muito, e ainda bem, dos fenómenos de imitação a que as crianças são particularmente sensíveis, o que bem se compreende se nos lembrarmos de que estão numa fase de aprendizagem da vida. Porém, é claro que o processo de

imitação perante a TV (embora não apenas perante ela e, quanto ao fenómeno artístico em geral, convém lembrar o Wilde que disse um dia que «a arte imita a vida») envolve também os adultos. Por isso a televisão é uma indutora de comportamentos, uma proponente de modelos, e por isso, de resto, é que Rangel vende tanto espaço para publicidade na estação de que é feitor. A publicidade, que por sinal é um negócio de milhões, está na TV porque sabe que a TV é eficaz em induzir consumos, isto é, práticas. Por aí surge uma prova circunstancial de que a televisão é gravemente suspeita, eventualmente culpada.

E claro que a violência na TV não contagia todos os que a «consumem», crianças ou adultos, nem sequer a maioria. Talvez só alguns raros. Talvez. Mas é inegável que o risco existe pelo menos como isso mesmo, risco, que em certos casos pode ser um risco grave. A pergunta que a seguir se impõe é se podemos continuar a permitir que a televisão circule sem limitações, como se nenhum perigo houvesse, quando é certo que está na matriz genética dos homens protegerem-se contra riscos eventuais, e por isso sobreviveram ao longo de milénios e, mais modernamente, inventaram o pára-raios, as vacinas e a regulamentação jurídica das sociedades. Depois vêm outras perguntas. Cite-se uma: podemos deixar passar a mistificação que é tentar endossar aos pais, que não são profissionais (a esmagadora maioria dos pais é desoladoramente amadora, já se vê) a responsabilidade que cabe aos gestores da televisão, aos fabricantes de produtos televisivos, aos legisladores e governantes, todos eles profissionais? E uma última: estas sociedades capitalistas e neoliberais em que as armas e a droga são os negócios maiores não precisarão de uma televisão com violência bastante para que os seus crimes pareçam «naturais» e inevitáveis?

O Algarve na Nação

Se mesmo comentadores da capital achedados ao PS rotularam de incrivelmente cor-de-rosa o discurso de António Guterres sobre o Estado da Nação, o que é que dele não terão pensado as populações do interior da província e das zonas mais periféricas?

Um vizinho do pé da porta que apanhou o discurso um bocado de raspão veio perguntar-me que país era aquele de que o primeiro-ministro estava a falar no telejornal?

Ouvido no interior do Algarve, António Guterres parecia, com efeito, uma nova Alice a falar de um mítico país das maravilhas.

A verdade é que o mandato do actual Governo do PS se saldou para os algarvios em quatro anos de espera malograda e de esperanças defraudadas.

O mais flagrantemente negativo é o domínio das acessibilidades. A auto-estrada do Algarve ficou a meio caminho, a Via do Infante não deu um passo e o IC27 (Beja-Castro Marim) andou para trás, pois chegou a estar considerado pelo anterior governo na fase de lançamento e foi remetido pelo actual para o purgatório do «a construir».

Outra obra pública de importância prioritária para o Algarve, a barragem de Odelouca, só agora, mesmo no termo do mandato governamental, é que foi desencalhada de um longo processo de espera, com uma polémica decisão que inutiliza gastos e obras feitas, atrasa e compromete o objectivo de abastecimento de água ao Barlavento algarvio.

Menos flagrante mas provavelmente de conseqüências ainda mais ruinosas para o futuro é a evolução negativa de praticamente todas as actividades económicas, com excepção do turismo e dos sectores que lhe estão mais directamente associados.

desacompanhada de uma firme política de diversificação económica, que insistem todas as estratégias oficiais.

A brava briga que estalou recentemente entre o secretário de Estado, Vítor Neto, e certos sectores regionais do PS, deve-se mais a uma luta de clãs pelo poder do a qualquer divergência séria sobre os rumos do turismo.

Esta complicada situação económica reflecte-se, como não podia deixar de ser, no

VARIANTES

■ Carlos Brito

plano social. O emprego adquire um crescente carácter sazonal, aumenta o desemprego de longa duração e a marginalização de novos estratos da população a quem resta como último recurso a esmola do rendimento mínimo garantido. Neste quadro, a ofensiva do Governo e do patronato contra os direitos dos traba-



lhadores assume uma extrema acuidade.

Noutros planos, como o da saúde, é sintomática a nova crise em que está mergulhado o Hospital de Faro, e no da educação é significativa a permanência de taxas de analfabetismo e de insucesso escolar acima da média nacional.

Não se julgue que o Algarve se serve da sedução do seu mar e das suas praias para pedir de mais, pois tanto no que respeita aos investimentos do PIDAC como aos fundos comunitários tem sido continuamente preterido.

Em face de toda esta situação, Carlos Luís Figueira, ao apresentar, há dias, a sua candidatura como cabeça da lista da CDU pelo Algarve, perguntava com toda a pertinência:

«Que mudanças se verificaram no Algarve com o facto destes dois partidos (PS e PSD), que no essencial se identificaram com o fundamental das políticas praticadas por este Governo de maioria PS, terem em conjunto obtido em 1995 mais de dois terços dos votos expressos?»

E concluía, salientando como «teria sido útil ter na Assembleia da República alguém que não estivesse comprometido com tais políticas» e levasse ali «de forma contínua e descomprometida os problemas regionais» e «defendesse soluções alternativas».

É desta necessidade que importa, com o fundamento dos factos, convencer os algarvios, num persistente trabalho de esclarecimento a realizar até 10 de Outubro.

O resultado das europeias mostra que a recuperação do deputado eleito pela CDU no Algarve é um objectivo possível. Vamos a ele!



É o definhamento da agricultura, tanto mais chocante quando se compara com o que se passa, no outro lado da fronteira, na Andaluzia, em condições ambientais semelhantes, mas com outra política oficial; é a regressão nas pescas onde o Algarve bate recordes no abate de embarcações e liquidação de postos de trabalho; é o desaparecimento da indústria de conservas e de praticamente toda a actividade industrial.

No meio desta desgraça, o turismo emerge em força, favorecido por circunstâncias externas conjunturais e não por qualquer séria política nacional. Torna-se cada vez mais na monocultura que tudo domina e que pela fragilidade das suas estruturas e pela volubilidade da sua própria natureza pode a qualquer momento mergulhar a região numa profunda crise económico-social.

Apesar da evidência deste risco, é ainda numa reforçada especialização no turismo,



ESCAPARATE

EXPOSIÇÃO

Obras
de Augusto
Pinheiro
em Nisa

Foi inaugurada no passado dia 4 uma exposição com obras do pintor «naif» Augusto Pinheiro, numa iniciativa da Câmara Municipal de Nisa com a colaboração da Galeria do Casino do Estoril. Trata-se de uma homenagem póstuma a um pintor que é natural de Nisa e uma das referências da pintura «naif» em Portugal. Segundo o texto de apresentação, «a homenagem que a Câmara Municipal de Nisa hoje presta a Augusto Pinheiro insere-se na linha mais autêntica de uma política humanista de gestão municipal que é a de honrar os cidadãos que se distinguiram através da sua conduta e da obra que nos legaram, apresentando-os como exemplos enriquecedores do património humano – que é o mais valioso de todos – de uma terra».

Quanto ao significado da obra do artista, no seu texto de apresentação do catálogo da Exposição, Lima de Carvalho, Director da Galeria de Arte do Casino do Estoril sublinha: «Augus-

to Pinheiro não escolheu escolas ou correntes, linguagens ou formas de expressão. Deu rédeas soltas à sua imaginação e começou a pintar como o seu instinto lhe ditava, com total liberdade e despreendimento das regras da perspectiva ou de composição de que nunca ouvira falar. (...) Augusto Pinheiro é um dos mais puros e autênticos naifs portugueses, pelo ingenuísmo quase infantil dos seus trabalhos, a poesia lírica que ressalta de cada um dos seus quadros, a falta total de perspectiva, a pureza das cores, a originalidade dos temas e soluções.» Esta exposição é completada por uma série de trabalhos de pintura «naif» da autoria de 15 artistas convidados.

TEATRO

Brecht no Teatro Malaposta

Estreou-se recentemente no Centro Cultural Malaposta a peça teatral «A Boda dos Pequenos Burgueses», de Bertolt Brecht, numa versão do colectivo da companhia do Teatro Malaposta, com encenação de José Peixoto. No programa do espectáculo, o encenador escreve: «Utilizamos Brecht que toda a vida divulgou a ideia de que o mundo pode mudar. Utilizamos um Brecht jovem e irreverente, iconoclasta e ainda acreditando nas virtudes da revolta expressionista que veio a repudiar. Ao Brecht jovem procuramos juntar a reflexão do Brecht menos jovem. Procuramos ainda juntar algo mais do que eventualmente Brecht poderia ter utilizado, aceitando-o como herança transferida para outra latitude. Fizemos um espectáculo contaminado por várias formas de expressão, convencidos de que o preceito da unidade formal não pode limitar o que temos para dizer.» Este espectáculo tem cenário de José Manuel Castanheira, figurinos de Juan Soutullo, música de Rui Rebelo, cenografia de Kat Kotecki, desenho de luz de António Plácido, vídeos de Pedro Sena Nunes e adereços de Natércia Costa. Entretanto, pelo facto de o Teatro da Malaposta apresentar este espectáculo no Festival de Teatro de Almada hoje à noite, as representações no Centro Cultural Malaposta serão retomadas apenas no sábado 17.

Homenagem
a Garrett
pelo TEP

Com a participação de associações de Vila Nova de Gaia e em co-produção com a Câmara

Municipal, o Teatro Experimental do Porto estreará hoje à noite, pelas 22 horas, na zona portuária, junto ao Pavilhão de Exposições de Gaia, o espectáculo «A Lenda de Gaia», uma adaptação de Manuela Machado do romance popular «Miragaia», de Almeida Garrett, bem como do «Livro de Linhagens» de D. Pedro, Conde de Barcelos. A encenação e a cenografia são de Norberto Barroca, os figurinos de Mário Dias Garcia e a coreografia de Ruben Marks, envolvendo uma centena de personagens num grande elenco encabeçado por Alexandra Ferreira, Aurora Gaia, David Cardoso, José Brás, Manuela Martinez e Norberto Barroca. Representações, ainda, nos dias 16, 17 e 18, sempre às 22 horas.

MÚSICA

Festival de Música
de Sintra

Prossegue o XXXIV Festival de Música de Sintra, com concertos a realizar no Hotel-Palácio do Estoril, no Parque Palmela (Cascais) e no Palácio Nacional de Queluz (Sala dos Embaixadores). Assim, teremos respectivamente na sexta-feira 16, às 21.30, a actuação dos Solistas da Philharmonie de Chambre de Paris, com Jérôme Ducros (piano) e Renaud Capuçon (violino), em obras de Bruckner e Chausson; no sábado 17, às 18 horas, de novo a mesma orquestra, agora com Piotr Anderzewski (piano) e a direcção do famoso maestro Christopher Hogwood interpreta obras de Haydn, Mozart e Martiní; e na terça-feira 20, às 21.30, o grande pianista norte-americano Léon Fleisher tocará obras de J. S. Bach, Sessions, Kirchner, Brahms, Blumenfeld e Godowsky.



JAZZ

V Festival Internacional de Loulé

Numa organização da Casa da Cultura de Loulé, está a realizar-se desde o passado dia 10, com concertos na Cerca do Convento do Espírito Santo, o V Festival Internacional de Jazz de Loulé, com direcção artística do conhecido contrabaixista e chefe de orquestra Zé Eduardo. Para os próximos dias, estão previstos os seguintes concertos, sempre às 22 horas: sábado 17 a banda do baterista Dave Weckl, com Tom Kennedy (baixo-eléctrico), Buzz Feiten (guitarra) e Jay Oliver (teclados); no dia 24 a New Orleans

Espaços
Públicos

Com a chegada do Verão, nada melhor do que aproveitar a oferta que várias entidades proporcionam para serem fruídos espectáculos ou festas ao ar livre. Por exemplo, tem início neste mês de Julho, em Lisboa, uma original iniciativa intitulada «Música Milénio» que pode contribuir para animar os espaços públicos de Lisboa, até mesmo para depois do Verão. Com efeito, e segundo os organizadores, esta organização «é uma homenagem aos lisboetas e a todos aqueles que nos visitarem de Julho de 1999 a Julho de 2000 na transição dos milénios, povoando de sons musicais a nossa capital. Trata-se de uma iniciativa experimental a que se pretende dar continuidade no futuro, pois a animação assente na cultura de raiz popular não só é capaz de mobilizar as populações, trazendo-as para a rua, como constitui um elemento dinamizador das actividades comerciais nos locais onde for implementada».

A iniciativa «Música no Milénio», que tem a colaboração de bandas filarmónicas, tunas académicas e coros, animando palcos e coretos espalhados por toda a cidade de Lisboa, radica, segundo os organizadores, na boa cooperação que existe entre a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, o Montepio Geral e a Câmara Municipal de Lisboa e tem já a sua programação publicamente anunciada até 25 de Junho de 2000!

Aqui, no «Escaparate», vamos ser mais modestos e dar-vos hoje apenas conta do que está previsto até ao final do corrente mês de Julho, desde já prometendo voltar a esta iniciativa com a possível regularidade. Assim: no próximo sábado 17, a Rua Augusta (em Lisboa), terá a animação da Sociedade Musical de Caneças mais a sua Tuna; oito dias mais tarde, a 24, o mesmo local será animado pela

Sociedade Perpétua Azeitonense mais a sua Tuna; e no sábado 31 será a vez de actuar a Tuna da SFUCO.

Também na cidade da Moita haverá neste mês de Julho, com prolongamento para Agosto, animação de rua. Por exemplo, no sábado 17, o Festival Sete Sóis Sete Luas apresentará no Parque 25 de Abril em Alhos Vedros o grupo Bevano Est com «ritmos arrastadores e picantes da Romagna-Itália», sendo a primeira parte assegurada pela actuação de um grupo local. Mas, em 23 de Julho, haverá Fados de Coimbra pelo Grupo «Praxis Nova» na escadaria da Igreja de N. S. de Fátima (Baixa da Banheira) e em 24 e 31, «Hoje Há Robertos», um espectáculo baseado em lendas tradicionais, pela Companhia VicenTeatro, respectivamente no Parque 25 de Abril (Alhos Vedros) e no Largo do Coreto (Gaio-Rosário). Entretanto, no Largo 5 de Outubro (Sarilhos Pequenos), haverá em 30 de Julho um espectáculo com Jovens Cantores do concelho. Sempre às 22 horas.

Divirta-se!

CURSO

Identidades Locais
e Glo(c)alização

Dirigido a licenciados e estudantes universitários, técnicos de desenvolvimento local, autarcas e técnicos da administração pública, animadores culturais, animadores do associativismo local, professores e investigadores, realiza-se no Convento de N. S. da Saudação, em Montemor-o-Novo, a partir do próximo domingo 18 e até domingo 25, o 1.º Curso «Identidades Locais e Glo(c)alização». Organizado pela «MARCA» - Associação de Desenvolvimento Local

e pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, este curso conta com a participação de universidades e centros científicos portugueses e estrangeiros, comunicações, visitas de estudo e seminários sobre temáticas tão diversas como «O papel dos espaços urbanos nas identidades locais», «O Turismo e a invenção da tradição», «Culturas locais, globalização e diferenciação cultural» ou «A identidade de um território e as novas ligações entre o rural e o urbano».

A TALHE DE FOICE

Desumano

A diferença de rendimento entre os 20 por cento mais ricos e os 20 por cento mais pobres da população mundial passou de 30 para 1 em 1960, para 74 para 1 em 1997.

Chocante? Não mais do que muitos dos restantes indicadores agora revelados pelo Relatório do Desenvolvimento Humano, das Nações Unidas. Por este documento se fica a saber que os três maiores multimilionários do mundo dispõem de bens superiores ao conjunto do Produto Nacional Bruto (PNB) de todos os países menos desenvolvidos e dos seus 600 milhões de habitantes. Ou que em mais de 80 países o rendimento per capita é actualmente inferior ao de há dez anos. Ou que 20 por cento das pessoas de todo o mundo que vivem em países de maior rendimento controlam 86 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, 80 por cento dos mercados de exportações mundiais. Ou ainda que os 20 por cento mais pobres se limitam a controlar um por cento do PIB mundial e das exportações mundiais. Neste admirável mundo da globalização, em que os países industrializados detêm 97 por cento de todas as patentes a nível mundial, e em que são transaccionados diariamente nos mercados monetários do planeta 3,5 mil milhões de dólares, «a pobreza está em todo o lado», reconhece o Relatório.

A pobreza está na Europa, onde a taxa de desemprego é de 11 por cento ao fim de uma década de «crescimento económico crescente», mas também nos continentes americano, asiático, africano.

O fosso entre ricos e pobres nunca foi tão grande, e nunca tão poucos exploraram tantos.

Face a tantos e tão esmagadores índices, custa a perceber que a ONU venha afirmar a sua convicção de que a globalização representa «um enorme potencial para erradicar a pobreza no século XXI», quando as «soluções» avançadas para combater as desigualdades não passam por uma mudança de sistema, mas pelo seu reforço. «O mundo globalmente integrado vai exigir uma governação mais forte se se pretende preservar as vantagens do mercado concorrencial mundial e dirigir as forças da globalização para o apoio ao progresso humano», diz o Relatório.

Mas «preservar as vantagens» para quem? E para apoiar que progresso? De que humanidade se fala quando ao fim de «uma década de crescimento económico» a nível mundial subsiste e aumenta o número de países como a Tanzânia, por exemplo, que gasta nove vezes mais no pagamento da dívida externa do que nos cuidados de saúde e quatro vezes mais do que nos custos da educação? Que progresso é este em que o investimento em cosméticos vale mais do que uma vacina contra a malária?

E que eficácia poderá ter contra tão profunda injustiça à escala planetária a criação de um provedor na Organização Mundial do Comércio (OCM), como propõe o Relatório? Ou um código de conduta para as multinacionais? Ou uma autoridade mundial antimonopólio para «acompanhar e aplicar regras de concorrência para o mercado mundial»? Nem por ingenuidade alguém pode acreditar que um provedor responda às injustiças do sistema ou que um código de conduta ponha fim à exploração que engorda as multinacionais.

Se é verdade, como refere o Relatório, que «o crescimento das desigualdades não é inevitável», não é menos verdade que o crescimento das desigualdades é inevitável neste sistema da economia global de mercado e da sociedade de mercado em que vivemos. Porque a desumanidade é a sua essência, e sem ela não sobrevive. Defender a quadratura do círculo, como têm feito os governos nacionais, é tentar tapar o sol com a peneira, no afã de caçar votos em tempo de eleições. A propósito, a situação em Portugal continua a ser a pior da União Europeia, apesar das disparidades entre as regiões se ter atenuado. A desertificação do interior tem destas «vantagens».

■ Anabela Fino

Embargo aos bovinos e produtos derivados

PCP denuncia silêncio do Governo

Os problemas candentes da agricultura portuguesa foram o tema da Declaração de Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP, em conferência de imprensa realizada terça-feira passada.

Na sua intervenção - que no essencial reproduzimos - o dirigente comunista analisou duas questões particularmente actuais: o prolongamento do embargo comunitário às exportações do bovino português e as posições assumidas pelo Ministério da Agricultura face a alguns problemas recentes e urgentes da agricultura portuguesa.

A decisão recentemente tomada pela Comissão Europeia de prolongamento do embargo à exportação de bovinos e produtos derivados de bovinos por mais um ano, até 1 de Agosto de 2000, confirma as piores perspectivas que se acumulavam no horizonte e que o Governo se recusava a admitir.

(...) O Governo português e, em particular o ministro da Agricultura, afirmam que não há razões técnicas que justifiquem a manutenção do embargo. Mas se assim é, não se compreende a resposta frouxa do Governo à decisão da Comissão Europeia, traduzida unicamente numa carta isolada enviada pelo titular da Agricultura ao Comissário Franz Fisher antes da decisão da Comissão. Uma decisão desta natureza, que afecta a produção pecuária portuguesa, exigia não o silêncio mas uma forte intervenção do primeiro-ministro. Mais preocupado com as viagens pré-eleitorais pelo País, o Eng. António Guterres ignora os problemas da agricultura e dos agricultores portugueses.

Governo não toma medidas necessárias

E é esta postura do Governo que o leva a não tomar todas as medidas que seriam necessárias para eliminar os pretextos da Comissão Europeia para o embargo. Como o próprio Governo reconhece no dois últimos relatórios, de Abril e Maio de 1999, sobre a BSE há enormes deficiências tanto na transformação dos materiais de risco específicos (MRE) provenientes dos abates de bovinos - como se comprova com os problemas surgidos na fábrica de proces-

samento contratada para o efeito em Coruche - como na sua destruição mantendo-se armazenados em armazéns militares mais de 13 mil toneladas de farinhas e gorduras. As fiscalizações realizadas à circulação de bovinos, designadamente importados, estão longe de garantir o controlo sanitário necessário. Continua por criar, de facto, o Corpo Nacional de Inspeção Sanitária. O encerramento de 36 matadouros (em vez de se terem aproveitado os últimos anos para modernizar e equipar com novas tecnologias o que fossem possíveis de recuperar e sem se garantirem alternativas para os produtores pecuários), criou novos problemas para os agricultores e vai seguramente estimular de novo o abate clandestino. A antecipação em seis meses da implementação do Sistema Nacional de Identificação e Registo de Bovinos sem terem sido criadas previamente as necessárias condições está a fazer com que muitos produtores corram o risco de serem penalizados.

(...) O PCP protesta contra o embargo agora prolongado pela Comissão Europeia e critica o Governo português por, mais uma vez, não ter conseguido tomar as medidas que impedissem esta decisão, prejudicial aos interesses do País e da produção nacional de bovinos. O PCP exige que o Governo, como um todo, assuma a defesa da produção pecuária nacional reclamando junto da Comissão Europeia o levantamento do embargo aos bovinos portugueses e indemnizando os produtores nacionais pelos prejuízos sofridos.

A sobrevivência do mundo rural

A política agrícola de direita do Governo PS/António Guterres, na boa continuidade da política agrícola de Cavaco Silva, não responde às especificidades da agricultura portuguesa e, assim, periódica e regularmente, ressurgem problemas afectando o rendimento de muitas explorações agrícolas e

pondo em causa a sobrevivência do mundo rural português.

(...) No sector pecuário permanecem graves problemas de sanidade animal (brucelose) com o gado ovino e caprino, em particular nas zonas montanhosas do Norte e Centro do País. Aparecem ainda como problemas de particular gravidade no momento, embora localizados, as dificuldades dos produtores de tomate para a indústria na Península de Setúbal face à infestação das suas terras pelo chamado bronzeamento do tomateiro, e os problemas de escoamento da batata primor, particularmente nas zonas do Litoral.

Paradigmática da política do actual Ministério da Agricultura é a não resolução dos problemas dos reprodutores da Herdade dos Machados (Moura) e do Monte Pardal (Lentiscais, Castelo Branco), no acesso à posse da terra que há longos anos exploram de arrendamento.

A resposta do Ministério da Agricultura tem sido não apenas insuficiente como ineficaz. Mas, mais grave tem sido a tentativa de se desresponsabilizar com o recurso ao velho truque de atirar as culpas da situação para os agricultores e organizações agrícolas.

No caso da batata, a medida anunciada de uma ajuda de 8\$00/kg ao armazenamento é manifestamente insuficiente. O ministro «esquece» a sua falta de empenhamento na criação de uma Organização Comum de Mercado (OCM) para a batata, há muito reclamada pelos produtores. Isto enquanto na Alemanha, França, Bélgica e Holanda, os produtores da batata para fécula contam com uma ajuda de 20\$00/kg (campanha 2000/2001). Exige-se uma intervenção urgente no mercado, devidamente apoiada e conduzida pelo Ministério, a preço compensador dos custos de produção.

Relativamente aos problemas decorrentes da praga do «bronzamento», as suas inevitáveis consequências ao nível de outras produções hortofrutícolas e a inviabilidade de outras culturas, exigem que o Ministério tome as medidas necessárias, em diálogo com os agricultores atingidos.

Face às reclamações dos reprodutores da Herdade dos Machados e do Monte Pardal, o espantoso é a situação em que o problema se

encontra, passados quatro anos de Governo, tal e qual o deixou o governo do prof. Cavaco Silva, isto é, sem regularização da situação, com a propriedade plena das terras pelos reprodutores. Recorde-se que estas terras fazem parte das demagógicas operações do PSD e do PS, da criação de confrontos entre os pequenos agricultores e a Reforma Agrária.

Na questão da sanidade animal, de que o problema da brucelose de ovinos e caprinos é parte, onde aos fortes prejuízos dos produtores, se somam problemas de saúde pública, encerra-se a legislatura e quatro anos de Governo sem que nada de relevante se tenha feito para pôr fim ao descalabro herdado do governo anterior. Não são operações de propaganda ou fogachos de activismo, como o encerramento de 36 matadouros, que poderão responder à gravidade dos problemas.

Velhos truques

A tudo isto respondeu recentemente Capoulas Santos com o velho truque dos «agitadores subversivos», das acções dos «profissionais da política», mais interessados em manifestações que em resolver os problemas da agricultura.

Este truque converge com uma prática assumida no fim da legislatura, pondo em causa o único ponto positivo num saldo extremamente negativo da governação agrícola do PS: o início de um tratamento plural e idêntico das principais organizações agrícolas nacionais. Valerá a pena interrogarmo-nos: porque será que, face a tantos e tão graves problemas agrícolas, o ministro Capoulas Santos nunca tenha reunido, desde que tomou posse, o Conselho Nacional da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, expressão dessa pluralidade do mundo agrícola português e estrutura criada pelo anterior ministro Gomes da Silva? Será a CAP que não deixa?!

O ministro Capoulas Santos usou, em recente declaração sobre a Lei da Caça aprovada na Assembleia da República, um truque do mesmo nível. Referindo-se ao enorme «consenso» obtido pelo Governo na votação dessa Lei, o ministro sublinhou para o jornalista que apenas «uma parte do Grupo Parlamentar da CDU votou contra». É um truque baixo: primeiro porque o ministro Capoulas Santos sabe que não existe grupo parlamentar da CDU; segundo porque devia ter referido que dos partidos da oposição, o PSD e o PP se abstiveram, e que o Grupo Parlamentar do PCP (que não é uma parte de um grupo parlamentar que não existe!) votou contra.

Carlos Carvalhas recebido na PJ

Uma delegação do PCP, composta por Carlos Carvalhas, José Neto e João Amaral, foi recebida ontem, quarta-feira, pelo Director-geral da Polícia Judiciária. O encontro realizou-se a pedido do PCP.

